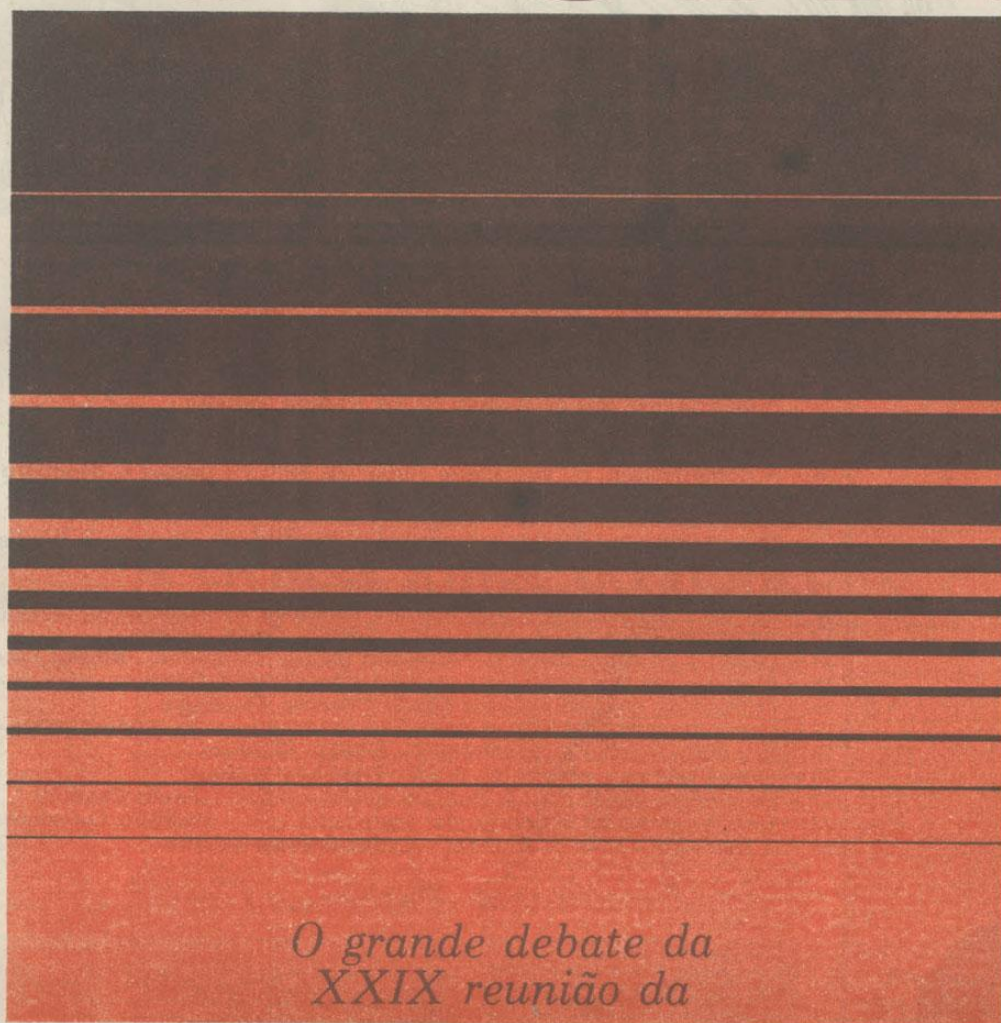


A CIÊNCIA E O PODER



*O grande debate da
XXIX reunião da*

SBPC

Depoimentos de:

Simão Mathias, Bresser Pereira, Edgard Carone,
Duglas T. Monteiro, Newton Freire Maia, Sérgio Silva,
Octávio Ianni, Carmem Junqueira, Fernando H. Cardoso,
Maria Nilde Mascellani, Ermínia Maricato, Francisco Weffort,
Ennio Candotti, Modesto Carvalhosa, Carlos Estevam Martins

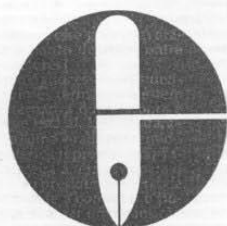
Julho/1977

A CIÊNCIA E O PODER

ÍNDICE:

Pág.

- 3 - A ciência longe do poder - **Os editores**
- 4 - Uma prova de fogo para a SBPC - **Maurício Rocha e Silva**
- 5 - A ciência não está no mundo da lua - **Clóvis Moura**
- 6 - Ciência e classes dominantes - **Jaime Pinsky**
- 7 - Por uma Educação Democrática - **Perseu Abramo**
- 8 - A domesticação, o "verdadeiro rumo" da SBPC? - **Duglas T. Monteiro**
- 9 - Um sonho muito alto - **Newton Freire Maia**
- 10 - Redescobrimo a pólvora - **Sérgio Silva**
O protegido, o tolerado e o proibido: três tipos de intelectuais brasileiros - **Octávio Ianni**
- 11 - O cientista e o cidadão - **Carmem Junqueira**
- 12 - Por uma reunião firme, mas serena - **Fernando H. Cardoso**
- 13 - Alegações incabíveis e ações subterrâneas - **Simão Mathias**
- 14 - Estado e governo, divórcio necessário para o liberalismo - **Bresser Pereira**
- 15 - O desencanto se transforma em oposição - **Edgard Carone**
- 16 - O cientista, uma consciência liberal - **Beatriz Alvarenga**
- 17 - Uma educação dividida, só para consumo dos incautos - **Maria Nilde Mascellanni**
- 18 - A industrialização esquizofrênica - **Ermínia Maricato**
- 19 - O que une os cientistas no Brasil - **Francisco Weffort**
- 21 - Em ciência, andar com as duas ou quatro pernas? - **Ennio Candotti**
- 22 - Uma bandeira de libertação das sociedades civis - **Modesto Carvalhosa**
- 23 - A sucessão, a SBPC e o poder - **Carlos Estevam Martins**



edição.s.a.

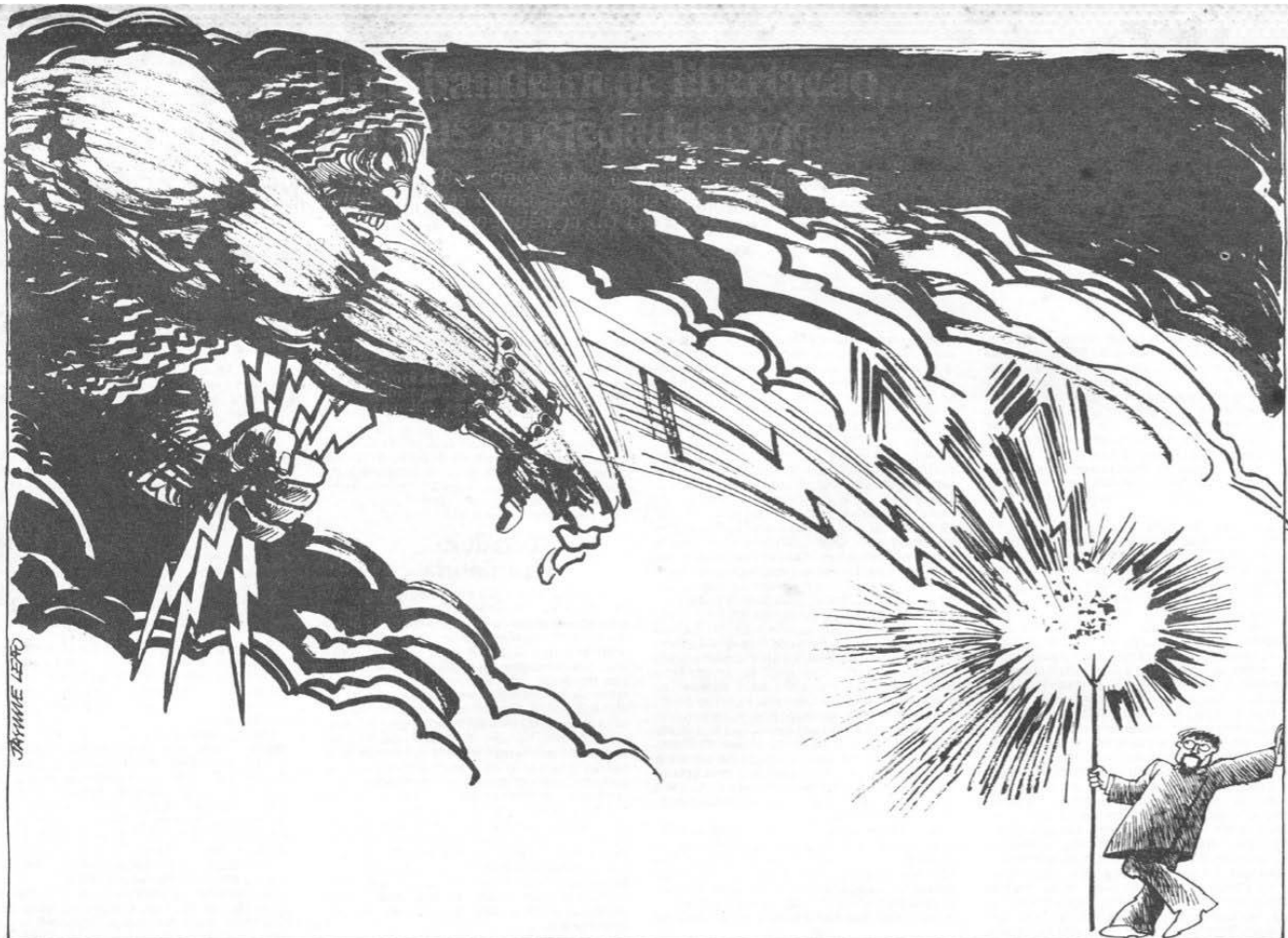
Uma publicação da Edição S.A. Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625 - Pinheiros, São Paulo, Telefones: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua da Lapa 180 sala 606 - telefone: 222-6493 - Sucursal de Brasília: Edifício Márcia, sala 1.007 - telefone: 23-7416. Composto e Impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros, São Paulo - Telefone: 282-2523.

**CIÊNCIA E
PODER/2**

Agradecimentos especiais a:

Ascânio Jatobá,
Maria Leonor Viana,
Terezinha Gonzaga,
Renê Daniel,
Angela Simon,
Solange Simon.

Diagramação: Armando Sartori, Sérgio de Oliveira, Cid Oliveira.
Revisão: Aurea Regina, Valdir Mengardo, Carlos Alberto Callado
Fotos: Cid Oliveira, Juca Martins (AGRAF) e Paulo Barbosa
Ilustrações: Jaime Leão, Luís Carneiro, Alcy e Artur
Capa: Jaime Leão



A ciência longe do poder

Julho de 1977 marca o fim das ilusões de uma independência científica sob a proteção do governo

Em julho de 1975, ao discursar em nome do governo na 27ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte, o secretário de Planejamento Reis Velloso afirmava que o primeiro ano da administração Geisel havia marcado de forma decisiva a aproximação do governo com a comunidade dos cientistas e homens de cultura. O ministro salientava, como pontos destacados dessa aproximação, de um lado a audiência que o presidente da República dera à direção da SBPC e, de outro as contribuições da SBPC na elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para o qual estariam destinados em três anos 40 bilhões de cruzeiros, o dobro do orçamento anterior. Comparando o discurso do secretário de governo com o do presidente da SBPC a revista *Ciência e Cultura*, órgão oficial da sociedade dos cientistas, dizia que, nos dois, "a tônica foi, no geral, a mesma e a linguagem muito parecida". As afinidades eram tantas que, em uma reunião de diretoria, ainda em Belo Horizonte uma ala mais desconfiada da direção da Sociedade manifestou sua preocupação com a excessiva ligação de seus dirigentes com o poder, diz *Ciência e Cultura*.

Apenas dois anos são passados; mas como tudo parece tão mudado! Em lugar do estímulo e da aproximação, o governo cancelou parte das verbas oficiais para a realização da 29ª reunião da Sociedade em Fortaleza; o encontro só pode realizar-se em São Paulo dadas as inúmeras dificuldades materiais decorrentes da falta de apoio governamental. Como se não bastasse, várias empresas e órgãos oficiais criaram impedimentos mais ou menos graves para que seus funcionários comparecessem à reunião, provocando com isso o esvaziamento de comunicações, simpósios e seminários; e, finalmente, nenhuma autoridade federal compareceu à abertura do encontro; as figuras de destaque, além dos cientistas, foram D. Evaristo Arns e o ex-ministro Severo Gomes - um adversário rotulado do governo e um ex-integrante da aliança governamental, agora em desgraça. Como que para oficializar a ruptura com o clima de dois anos atrás, o presidente de honra da reunião, Maurício da Rocha e Silva, num discurso acompanhado por demorados aplausos e pela emoção visível de mais de 4 mil pessoas, abriu o encontro ironizando abertamente as posições assumidas pelo ministro de Relações Exteriores e pelo líder do gover-

no no Senado na crise gerada pelo cancelamento das verbas e denunciava o reitor da Universidade de São Paulo por não ter cedido o campus oficial para a reunião. "Estamos num campo de concentração intelectual", dissera ele dias antes; é claro que estava provocando uma crise, dizia ele no discurso inaugural; mas seria uma "crise benéfica", "que expulsa do templo os vendilhões de seu patrimônio material e intelectual", completava.

Novos tempos

Que fatores são responsáveis por uma inversão aparentemente tão radical da situação? Mudaram os tempos, mudou a SBPC, ou mudou o governo? A diretoria da SBPC tem razão em não admitir que o cancelamento dos favores oficiais para a reunião de Fortaleza se deva a uma mudança drástica de comportamento da entidade, que teria politizado "excessivamente" suas reuniões anuais e assim "desvirtuado" suas verdadeiras finalidades, como alegou no Congresso em nome do governo o ex-liberal José Sarney. Desde sua reunião anual de Curitiba em 1971 a SBPC vem aprovando, em suas assembleias gerais, críticas muitas vezes duras às políticas do governo especialmente em relação à ciência, à cultura, à educação e à tecnologia. Há vários anos, por exemplo, que a SBPC vem pedindo a readmissão dos cientistas punidos pelo movimento militar de março de 1964; são inúmeras também as suas manifestações e de entidades e ela ligadas contra arbitrariedades como as cometidas pelo ex-ministro da Justiça e ex-reitor Gama e Silva contra professores da Universidade de São Paulo.

Mudaram mais os tempos fora do que dentro da SBPC. Mudou muito, em relação há dois anos, o movimento estudantil, por exemplo; em 1975 e em 1976 os estudantes compareceram maciçamente aos congressos dos cientistas; ao ponto de terem transformado a reunião da SBPC em Brasília em "uma festa de cultura" e não "uma reunião de sábados", como diz o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Mudou muito também a combatividade de outras categorias de profissionais como as dos médicos, escritores, jornalistas, professores que se organizam em associações, entidades livres, sindicatos de oposição e agora reivindicam, pressionam e se manifestam.

Mudou muito, também, o governo. Quando Velloso falou em Belo Horizonte, ao insis-

tir na necessidade de aproximação entre governo e SBPC, estava dando prosseguimento à política de distensão gradual e segura reafirmada por Geisel na sua mensagem ao Congresso em março daquele ano; nessa mensagem, ele se referia explicitamente à necessidade de uma maior abertura política e falava de um atraso do setor político em relação ao econômico e ao social. O discurso de Velloso, porém, é, em relação à ciência, o canto de cisne da política de distensão que tivera um de seus primeiros pontos altos na aceitação tranquila por parte do governo do retorno apoteótico do ex-ministro Celso Furtado ao Congresso da SBPC em Recife, em julho de 1974. Logo em seguida ao discurso de Velloso vem o discurso de Geisel de 1º de agosto que marca o fim da distensão e o início da pregação da hoje famosa *democracia social ou relativa*; nessa *democracia nativa*, a melhoria das condições de vida do povo não passa antes pela democratização da sociedade; nela, o desenvolvimento político volta de novo para o limbo em que viveu durante os governos de Médici e Costa e Silva.

Outubro de 1975, três meses após o congresso de Belo Horizonte é o mês dos contrastos de risco, data em que começa a se tornar uma questão de tempo a saída do ministro Severo Gomes, voz solitária dentro do governo a pregar um desenvolvimento capitalista menos dependente do capital estrangeiro. De que maneira o governo iria cumprir as suas promessas de um desenvolvimento tecnológico e científico nacional, se as grandes linhas do desenvolvimento econômico passam a ser ditadas cada vez mais em função dos interesses dos grandes investidores e dos grandes banqueiros internacionais? Qual o sentido dos discursos anti-imperialistas de Severo Gomes se a política mais geral do governo, a de desaquecimento da economia para a contenção das importações, da inflação e da dívida externa, parecem tiradas diretamente da cartola sem surpresas do Fundo Monetário Internacional? Assim como o pacote de reformas de abril e o fechamento do Congresso marcaram para a oposição democrática mais sonhadora o fim da ilusão de uma democratização gradual e segura pelas mãos do governo, a saída de Severo Gomes do governo marca, para os últimos nacionalistas esperançosos, o fim das ilusões quanto à possibilidade de o governo enfrentar a crise econômica através de uma saída independente e nacional. Hoje, des-

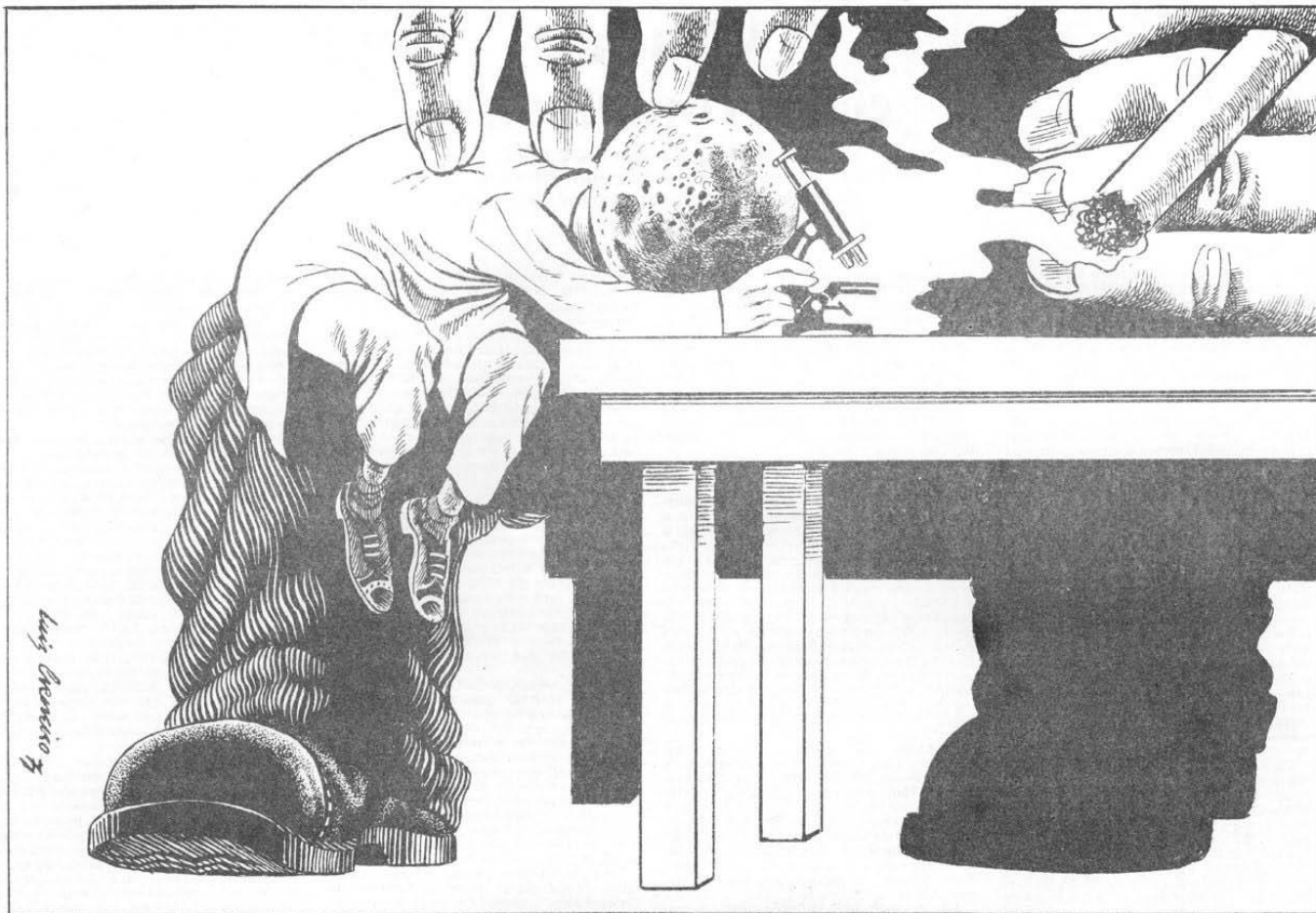
pojado dos atrativos da distensão e do nacionalismo, o que o governo que nunca foi popular tem a oferecer à comunidade de intelectuais e homens de ciência formada na sua imensa maioria por democratas, nacionalistas e pessoas interessadas, como Galileu, em uma ciência que só é verdadeira quando serve para aliviar os sofrimentos dos humildes?

O clima tenso e emocional da abertura da XXIX reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência não decorre portanto de um acesso de agressividade dos homens de ciência, subitamente empenhados em contestar as políticas oficiais. Decorre de conflitos mais amplos dentro da sociedade, conflitos estes que as transformações políticas e econômicas imaginadas pela equipe de Geisel e abrangidas pelo termo genérico de distensão não puderem resolver, mas antes contribuíram para aprofundar.

Novas esperanças

Para os cientistas, qual o caminho, a partir de agora? O cancelamento das verbas oficiais para o encontro de Fortaleza funcionou, num primeiro momento, como um bumerangue para o governo: ao tentar dificultar a reunião, por considerar que ela seria demasiado "política", o governo obrigou os homens de ciência e cultura a aprofundarem a sua compreensão do momento político vivido pelo país, a se tornarem cada vez mais solidários entre si, a multiplicarem seus esforços para se tornarem independentes do governo e a se aproximarem cada vez mais das outras camadas descontentes da população. Estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, alguns empresários, profissionais liberais de todos os cantos do país se uniram para apoiar material e espiritualmente a realização da reunião ameaçada. E, mutilada pelas deserções e ameaças oficiais, ela se realiza. Mas, o que fazer depois? Para onde pode ir a SBPC a partir de agora? Nas 20 páginas seguintes, cientistas e intelectuais brasileiros declaram, de um modo praticamente unânime, que a sua maior entidade deve trilhar o caminho de independência e de aproximação com as camadas populares. (Os editores)

CIÊNCIA E
PODER/3



A ciência não está no mundo da lua

Nas reuniões da SBPC há "uma excessiva participação política com reivindicações que transcendem suas atividades"?

Clovis Moura

A forma dramática e quase heróica como está se realizando a XXIX da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em São Paulo, faz-nos lembrar aquele pensamento de Hobbes um pouco esquecido e que, no entanto, explica o conteúdo verdadeiro das barganhas erguidas contra esse encontro. Dizia ele: "Não duvido que se fosse adverso ao direito de um homem que esteja no poder, ou ao interesse daqueles que estão no poder, que a soma dos três ângulos internos de um triângulo seja igual a dois retos, esta tese seria, se não posta em dúvida, pelo menos afastada através da destruição de todos os livros de geometria, se acaso o interessado possuísse os meios de o fazer".

Esta frase, que está no "Leviathan" poderá explicar inclusive as críticas feitas por alguns cientistas à entidade, estranhamos que a SBPC tenha, ultimamente, dado mais ênfase ao aspecto político do que ao científico. Nesta esteira de raciocínio equivocado, a manifestação mais radical é a do Prof. Celso Spínola, da Universidade Federal da Bahia, para quem há nessas reuniões "uma excessiva participação política, com reivindicações que transcendem suas atividades."

Ora, afirmar-se que o fato de discutir-se política em uma reunião de cientistas é extrapolar às suas finalidades significa ignorar que a política hoje é, também, tratada como ciência, havendo inclusive cátedras de Ciência Política ministradas em várias Universidades do Brasil. Aliás, uma das grandes conquistas do pensamento científico no século XX foi justamente a aplicação do método científico aos fatos sociais, econômicos e políticos.

Portanto, porque este medo da política revelado pelo professor baiano se a tendência do homem - ele próprio um animal político na sua definição aristotélica - é justamente participar cada vez mais como cientista e cidadão, nos debates e resoluções dos grandes

problemas da vida moderna? O seu pensamento; julgamos nós, vem revelar uma tendência que é fruto de toda uma situação do país - situação política - e que, por isto mesmo, pese o conteúdo ausente do pensamento do professor baiano, vai, paradoxalmente, influir no seu próprio pronunciamento. É que a ciência, engastada em um universo historicamente determinado é, ela também, *situada politicamente*. A obra hoje clássica de J. D. Bernal "História Social da Ciência" mostra muito bem e de forma exaustiva como as próprias ciências naturais estão embriçadas em todo um universo condicionado historicamente, social e politicamente. Cabe ao cientista portanto tomar consciência deste condicionamento para poder agir de forma autoconsciente, isto é, cientificamente.

SBPC e a elaboração de uma filosofia da ciência

No caso especial que citamos podemos ver neste pronunciamento uma ponte ideológica que existe entre o seu emissor e as estruturas de poder do momento. Esta ponte determina, em maior ou menor grau, a reelaboração de opiniões que, baseando-se em postulados já ultrapassados, permite a quem as exprime uma área maior de trânsito e prestígio entre aqueles que direcionam - de acordo com os seus objetivos políticos - o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Isto é, que poderá explicar, em última instância, a celeuma e a posição crítica que certos grupos ligados às estruturas de poder levantaram à realização do XXIX encontro da SBPC.

Mas, porque somente agora esta onda foi levantada? Por que de um momento para outro aquilo que era visto como um acontecimento que dignifica a ciência nacional passou a ser visto como manifestação demagógica, pretexto para manifestação política e ou-

tras coisas menos nobres? Será que esses homens de ciência, de um momento para outro passaram a ameaçar o mundo com bombas e terremotos?

Se a entidade tivesse sido criada agora e, com a justificativa de realizar um congresso, procurasse aliciar cientistas para uma posição contestatória, seria justificável - pela ótica dos interesses governamentais - esse posicionamento. Mas, a entidade não nasceu agora. Foi fundada em 1948 e até hoje, a partir de um ano após a sua fundação vem realizando esses encontros. É a maior associação científica do país. Seus objetivos são: Apoiar e estimular o desenvolvimento científico; defender os interesses da ciência e dos cientistas, entre eles a liberdade de pesquisas e o direito aos meios para realização do seu trabalho; articular a ciência com os problemas de interesse geral; zelar pela manutenção de elevados padrões de ética e congregar o maior número possível de sociedades científicas especializadas, nacionais e estrangeiras com objetivos semelhantes.

Foi exatamente pela aceitação desta proposta altamente dignificante por parte dos cientistas nacionais que a entidade cresceu como cresceu, tendo no momento (maio de 1977) 12.568 associados. Com representantes na maioria dos Estados, a SBPC transformou-se no núcleo representativo de uma filosofia da Ciência. E foi exatamente essa filosofia que levou a que homens de ciência, quer exatas, que humanas, se congregassem.

Parece-nos que além de tudo o que já foi feito em nível de debates, comunicações e intercâmbio durante esses encontros, é exatamente na tentativa de elaboração de uma filosofia da ciência que a SBPC demonstra a sua grande torça criadora. Não queremos dizer que tenha, a nível de consciência, se elaborado um código particular neste sentido. Mas é no comportamento dos cientistas, na sua maneira de enfocar os problemas da

ciência que começamos a notar como estão se formando certos postulados básicos que passaram a nortear a SBPC. Nisto sim. Apoiando-se no que há de mais coerente no pensamento científico universal está-se elaborando no Brasil uma filosofia da ciência que progressivamente irá se afirmar cada vez mais nos quadros das instituições científicas.

Uma visão humanista e democrática do mundo

Convém notar, porém, que já nos objetivos que ela se propõe defender vislumbra-se um programa que revela preocupações com tres postulados: não separar a teoria da sua aplicação prática; defender o direito do cientista pesquisar livremente e ter os recursos para tal, e, finalmente, lastrear a atividade do cientista com uma visão humanista e democrática do mundo.

Quando foi realizado em São Paulo o XXIV encontro da SBPC a sua revista "Ciência e Cultura" divulgava o nome de Oswaldo Cruz (patrono daquele encontro) e reproduzia nas suas páginas um pensamento que ele tinha sempre escrito nos seus papéis: *Poder, Querer, Saber, Esperar*.

Esta norma do grande experimentador de Manguinhos parece que se enquadra muito bem entre aquelas que estão surgindo para estabelecer uma filosofia da ciência no Brasil.

Esta filosofia está, no entanto, respaldada por uma grande atividade científica, isto é, ela surge como tendência de uma enorme massa de trabalhos quer expostos nas páginas da sua revista, quer através das comunicações apresentadas nos encontros. Tanto os

CIÊNCIA E PODER/5

continua na página seguinte



Por uma Educação Democrática

Melhores condições de Educação e liberdades democráticas têm que ver, hoje em dia, com estudantes, cientistas, e com o povo em geral

Perseu Abramo

Na base das recentes manifestações estudiantis, de alguma forma acompanhadas ou endossadas por manifestações de alguns outros setores sociais e que afinal também acabaram por refletir-se de modo indireto nesse formidável movimento de significativa parcela da sociedade civil em apoio à realização da 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - está, em grande parte, uma profunda contradição entre a Educação e a Sociedade brasileiras atuais. Essa contradição básica, por sua vez, exprime-se por contradições específicas do mundo educacional, e uma das que me parece mais importante, no momento, é a que se refere à que existe entre Quantidade e Qualidade de Educação no Brasil de hoje.

O Brasil tem cerca de 130 milhões de habitantes, dos quais pouco mais de vinte milhões esta, de alguma forma direta ou indireta, vinculados aos sistemas escolares, regulares ou paralelos. A grande massa desses vinte e poucos milhões não ultrapassa as primeiras quatro séries do primeiro grau, ou antigo curso primário, enquanto cerca de um por cento da população toda, ou seja, aproximadamente um milhão e duzentos mil alunos - estão nos cursos superiores. Alguém já disse que o grande problema da Educação brasileira não é o que acontece com os que tem Educação, a minoria, mas o mero fato de que a maioria está fora dos benefícios da Educação.

Nas últimas duas décadas, mais precisamente nos últimos 13 anos, tem aumentado, inegavelmente, o número de escolas e de vagas escolares. Esse aumento numérico do número de vagas escolares tem sido frequentemente, e equivocadamente, chamado de "aumento quantitativo da Educação", ou, mais erroneamente ainda, designado pelas autoridades oficiais como uma prova de "democratização da Educação".

Ora, o que ocorreu, na verdade, é que a esse aumento numérico de vagas escolares não correspondeu igual aumento de investimentos, públicos ou particulares, nas demais variáveis que compõem o nível educacional, ou seja: professores capacitados, bibliotecas, laboratórios, espaços escolares, etc. Em outras palavras, mesmo as demais variáveis quantitativas da Educação não aumentaram, nos últimos anos, nas mesmas proporções em que aumentaram as vagas escolares. E tendo ocorrido assim, o que resultou dessa contradição interna da variável QUANTIDADE foi que, na realidade, ela diminuiu, e não aumentou.

Essa contradição inerente à variável QUANTIDADE DE EDUCAÇÃO fica mais evidente quando se constata que mesmo esse aumento numérico de vagas escolares não se verificou de forma harmônica entre os diversos níveis, graus, modalidades e tipos de ensino. Todos sabem que houve muito menor aumento de vagas para o segundo grau do que para o primeiro, do curso superior do que para o primeiro e o segundo graus. Houve muito menor aumento numérico de vagas no Interior e nas zonas rurais do que nas zonas urbanas e nas Capitais.

A qualidade e a quantidade na Educação

Assim, apesar do inegável aumento numérico de vagas escolares para alguns graus e tipos de ensino, no geral, e em essência, diminuiu a QUANTIDADE DE EDUCAÇÃO aplicada à sociedade brasileira como um todo; a pouca Educação aplicada ficou concentrada em estratos e camadas altamente privilegiadas da população brasileira, refletindo de modo cabal outra contradição, essa inerente ao sistema social como um todo, que é o irrefutável aumento da concentração de renda em camadas minoritárias da população brasileira, nestes últimos treze anos.

No que se refere à QUALIDADE da Educação ministrada, também faz-se necessária uma reflexão mais crítica sobre esse conceito.

Evidentemente, pode haver numerosos critérios, de natureza psico-pedagógica, cultural, ou propriamente "educacional", para avaliar a QUALIDADE da Educação. Mas todos são altamente carregados de subjetividade. Os critérios que têm sido geralmente empregados para avaliar a QUALIDADE da Educação tem tido todos esses pecados da subjetividade, mesmo quando se apresentam de forma falsamente objetiva. Ora usa-se o grau de falta de "erudição", enciclopédica ou especializada, de alunos e professores, para atestar a má qualidade do ensino atual; ora usam-se pitorescos exemplos extraídos da linguagem oral e escrita dos estudantes e se os comparam com as normas da *lingua culta*, esquecendo-se de que esta é um apanágio das elites dominantes numa sociedade de classes; ora usa-se o descompasso entre as expectativas dos empregados públicos ou privados em contraposição ao desempenho profissional dos egressos da escola para demonstrar a falta de qualidade do ensino.

O conceito de QUALIDADE da Educação não pode ser encontrado a partir dos ele-

mentos que compõem o sistema educacional, apenas; mas deve ser buscado nas relações que vinculam ou desvinculam o sistema educacional com o sistema social. Em outras palavras, a QUALIDADE da Educação de um País, num momento dado, deve ser dada pelo grau em que a Educação ministrada serve aos propósitos de progresso histórico da sociedade global desse País, entendido esse como a capacidade que a sociedade adquire, através da Educação, de participar do processo de sua libertação, econômica, social, cultural e política. Esse me parece o conceito de QUALIDADE de Educação que mais se aproximaria das condições ideais de um conceito objetivo, entendida aqui a objetividade como a relação entre sujeito observador e objeto observável que permite àquele a apreensão mais completa e global desta.

Ora, se aceitarmos esse conceito de QUALIDADE - uma relação objetiva entre Educação e Sociedade - podemos facilmente constatar a péssima qualidade da Educação brasileira atual, porque a filosofia e a política oficiais de Educação conduzem o estudante a alienar-se cada vez mais da sua potencialidade social de sujeito do processo histórico.

Uma última palavra sobre as relações entre QUANTIDADE E QUALIDADE em Educação. Frequentemente essas relações têm sido apresentadas de modo errôneo à opinião pública, quer pelas autoridades oficiais, quer por uma parte da crítica intelectual às posições oficiais. É que ambas as posições apresentam esses dois temas como termos antitéticos de uma relação mecânica e dicotômica, e descartam, por esquecimento ou de caso pensado, as relações dialéticas entre quantidade e qualidade. Aquela visão, formalista e idealista, expressa-se, no discurso oficial, pela afirmativa de que aumentou a quantidade de Educação, a Educação democratizou-se e, como seria natural, houve uma ligeira queda de nível de qualidade, mas que já foi detectada e em breve será corrigida. No discurso aparentemente anti-oficial, partido de setores liberais de oposição à política educacional do Governo, a visão igualmente mecanicista das relações entre quantidade e qualidade exprime-se da seguinte forma: o aumento meramente quantitativo da Educação significou apenas a massificação do ensino, não a sua democratização, e isso era inevitável, pois à medida que aumenta a quantidade diminui a qualidade; portanto, é preciso não aumentar tanto a quantidade, ou mesmo é preciso diminuir a quantidade, para preservar o nível de qualidade ideal ou reconquistar um nível de qualidade passado da Educa-

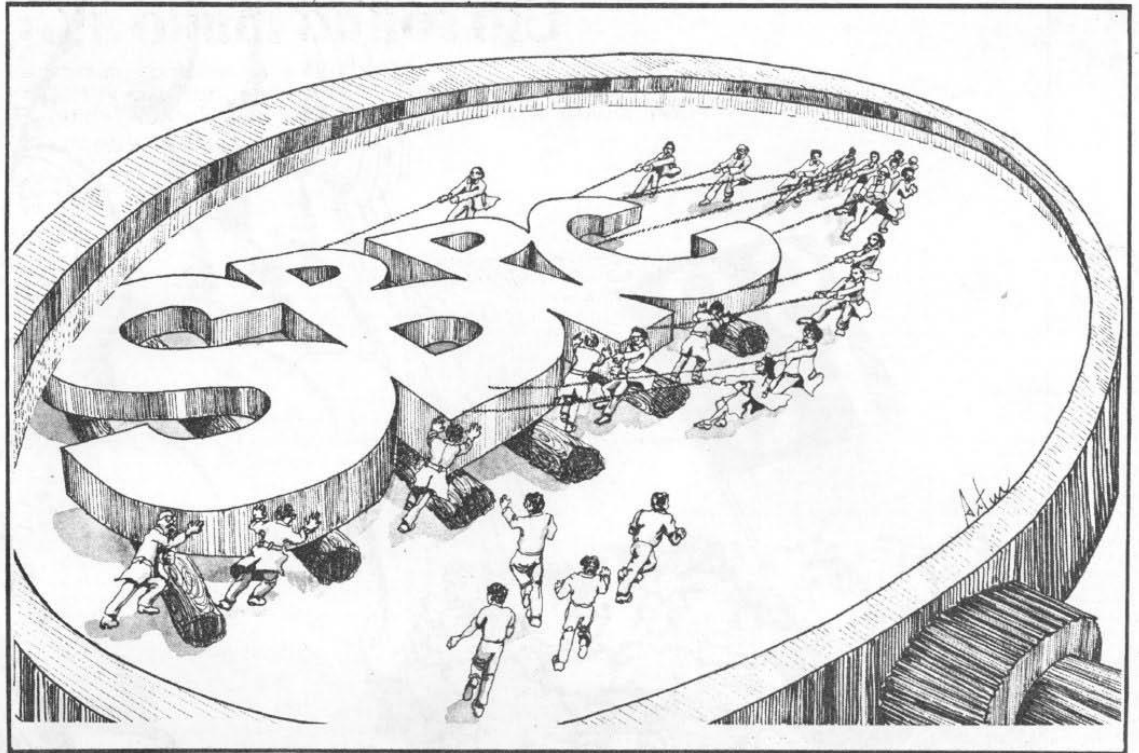
ção brasileira.

Ora, a atual QUALIDADE da Educação brasileira é péssima, mas nunca foi melhor. Não há que comparar a Educação brasileira atual com um passado de trinta ou quarenta anos atrás, em que a alguns raros era dado o supremo privilégio elitista de conviver com os clássicos ou assistir aulas em francês. Isso também era péssima QUALIDADE DE EDUCAÇÃO na medida em que alienava a enorme maioria do povo brasileiro dos benefícios da cultura histórica e socialmente produzi-

Portanto, para sair do impasse, é preciso recolocar de forma diferente os termos do problema: a Educação brasileira atual, pela diminuição real da quantidade e pela conservação ou acentuação da má qualidade, é essencialmente uma Educação anti-democrática. Para transformar-se numa Educação democrática é necessário que se aumente globalmente a quantidade de Educação aplicada e se desenvolva a qualidade da Educação ministrada, nos termos em que foi acima mencionado.

E, para isso - ou seja, para conseguir uma Educação democrática - os agentes sociais envolvidos não poderão deixar de passar por um duplo processo de conquista democrática: o da democratização interna das instituições educacionais, e o da democracia externa a elas, isto é, da própria sociedade global. Os dois processos, evidentemente, andam juntos e intimamente vinculados, e um avança à medida em que o outro progride.

É por essa razão, também, que se vêem frequentemente, nas manifestações quer de estudantes, quer de professores, cientistas, pesquisadores, intelectuais, o aparecimento simultâneo das reivindicações por melhores condições de ensino ou de exercício da Ciência, e das reivindicações por liberdades democráticas. Ambas as teses não estão espuramente em companhia uma da outra: ao contrário, sua coexistência se justifica plenamente, uma completa a outra, uma se realiza, na prática, através da outra. Melhores condições de Educação e liberdades democráticas tem que ver, hoje em dia, com estudantes, com professores e cientistas, e com o povo em geral.



A domesticação, o "verdadeiro rumo" da SBPC?

Pensar, levantar a cabeça e pronunciar-se é uma afirmação de autonomia que, em princípio, colide com o regime que decretou a menoridade de todos os brasileiros

Depoimentos:

As relações entre ciência e poder são estudadas, na maior parte das vezes, de forma abstrata e genérica. A crise da SBPC - manifestação concreta das diferenças entre ciência e poder - oferece uma oportunidade de se refletir sobre o assunto, que é tratado por 16 cientistas, nas páginas que se seguem

CIÊNCIA E
PODER / 8

Douglas T. Monteiro (*)

Depoimento a Iredê Cardoso

P - Que reações poderiam ser despertadas nos cientistas as restrições que o governo colocou à realização do Congresso da SBPC?

Douglas T. Monteiro: Nenhuma resposta de carácter geral é possível. Em certas áreas é ainda forte uma tradição de "asépsia" na investigação científica. Em outras (nas ciências aplicadas e, principalmente nas ciências sociais) pela própria natureza dos objetos de estudo, há maiores condições para desenvolver-se uma "consciência da responsabilidade social do cientista". As reações, por isto, podem variar. Existem tendências para o encapsulamento dentro de uma concepção desumana e até

anti-humana de ciência, sempre disposta a deixar-se instrumentalizar pelos elaboradores das "políticas". E existem tendências contrárias. As primeiras, conquanto discretamente envergonhadas, são fortes porque jogam com interesses criados, com as potencialidades conservadoras da inércia, com a intrínseca propensão para a estabilidade e para a ordem, próprias das classes sociais em que são recrutados os cientistas. E, mais do que tudo, com o apoio das forças políticas dominantes.

Os obstáculos à produção e difusão de idéias

O cientista, entretanto, entende-se a si mesmo como um intelectual, isto é, como alguém que, por sua formação, olha a realidade criticamente e que, para isto, faz uso de um instrumental refinado. Ora, os tempos em que vivemos no Brasil não são propícios aos intelectuais. Sob o regime autoritário e repressivo em que vivemos, ser intelectual (no sentido acima especificado) é estar, permanentemente sob o risco de ser acusado de subversão. Pensar, levantar a cabeça e pronunciar-se é uma afirmação de autonomia que, em princípio, colide com um regime que decretou a menoridade de todos os brasileiros. A medida em que a repressão se generaliza, qualquer comportamento, individual ou coletivo, que exprima autonomia, tende a ser qualificado como "subversivo". Em tais condições, mesmo o mais descompromissado dos cientistas - desde que ainda conserve algum sentido da dignidade de suas funções - não deixará de sentir-se sufocado.

Por último, para todos aqueles que neste país se dedicam, em diferentes níveis, às atividades científicas, a SBPC tem sido uma estrutura de apoio. É através dela que se encontram, e foi através dela que muitos adquiriram alguma consciência da unidade essencial de seus esforços. Além das limitações acadêmicas e a despeito da heterogeneidade dos campos de trabalho, descobriram um sentido moral profundo naquilo que fazem. Sendo assim, as medidas restritivas adotadas pelo governo con-

tra à SBPC somente ampliaram as áreas de descontentamento e de oposição.

As razões imediatas das ações repressivas e restritivas mais recentes pertencem ao Olimpo dos que neste país detêm o poder político. Por isto, sempre pululam os boatos e as conjeturas. Nesse sentido, o que se pode dizer é que essas medidas exprimem a lógica de um regime que, apesar de autoritário, revela sua fraqueza pela impossibilidade de suportar qualquer tipo de crítica.

Pelo que penso, o governo não buscou, com as medidas restritivas adotadas um afastamento com relação aos homens de ciência. Não há governo moderno que possa prescindir deles. Apenas, este governo, como muitos outros, gostaria de vê-los ajustados dentro de uma orientação que, segundo alguns, definiria os "verdadeiros rumos" da SBPC: os da domesticação.

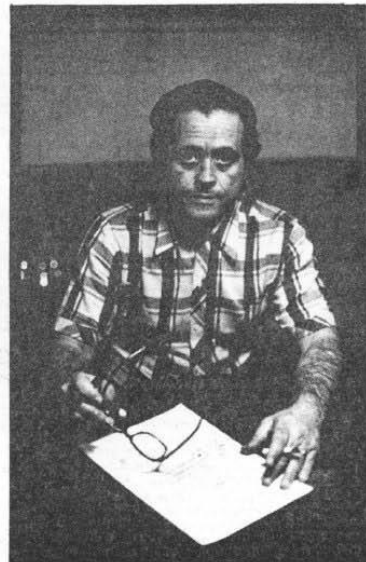
P - As restrições não decorreriam de supostos "excessos políticos" cometidos durante os últimos Congressos da SBPC?

DM: A resposta deveria ser dada pelos responsáveis pelas restrições impostas. O que posso dizer é que, nas condições atuais, qualquer debate aberto e livre tende a assumir um sentido político e, nessas circunstâncias, tende a ser encarado como "subversivo". Para a SBPC não há, porém outra alternativa: ou mantém, com a seriedade de sempre, sua orientação de comprometimento cívico (com o perdão pelo uso de uma palavra tão abusada), ou se transforma numa espécie de sodalício onde somente temas não controvertidos poderão ser abordados.

"Distensão" é assunto de competência dos que mandam

P - A permissão para a volta de Celso Furtado ao Congresso da SBPC em 1974 não poderia ser interpretado como um marco da "distensão" no campo científico e cultural e a atual restrição o fim dessa "distensão"?

DM: "Distensão", "contenção", "repressão", são assuntos da competência dos que mandam. É possível que a entrada desse economista no país e sua participação na Reunião de Recife tenha coïn-



(*) Douglas Teixeira Monteiro é professor da USP

continua na página ao lado

Um sonho muito alto

A nossa ciência é caudatária da ciência dos países desenvolvidos, que dita as modas e abre picadas através das quais a turma do "oba-oba" ingressa

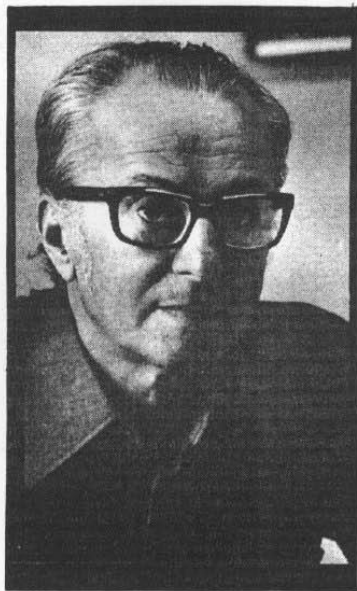
Newton Freire Maia (*)

Depoimento recolhido por Fátima Murad, em Curitiba

O desenvolvimento científico brasileiro acelerou-se visivelmente nas duas últimas décadas, em consequência da criação de instituições governamentais de amparo à pesquisa (CNPq, CAPES, CNEN, FAPESP, etc.) e criação da SBPC. No entanto, diante dessa afirmativa, poderia ser o leigo levado a acreditar que a ciência brasileira atingiu um alto nível. Isso é falso: com pequenas e honrosas exceções, a nossa ciência é ainda, uma ciência subdesenvolvida, pobre, mirrada. O fato é que, nas duas últimas décadas, a ciência dos países desenvolvidos teve um progresso muitíssimo acentuado, em extensão e profundidade, do que o nosso e, por isto, apesar do nosso desenvolvimento, ainda temos uma ciência atrasada, atrasadíssima. A nossa ciência é caudatária da ciência dos países desenvolvidos, que dita as modas e abre picadas através das quais a turma do "oba-oba" ingressa. Temos, pois, em geral, uma tarefa auxiliar a cumprir: ajudamos a ciência dos países desenvolvidos a resolver os seus problemas menores. Isto é uma pena: deveria o governo planejar uma ampla e profunda política científica nacional, na base de extensa discussão entre os cientistas e os dirigentes nacionais. Uma ciência voltada para o Brasil, para os nossos problemas, para o nosso povo - sem esquecer, obviamente, o fato elementar de que não pode e não deve haver uma ciência isolada. Mas este, reconhecido com tristeza, é um sonho muito alto, cuja possibilidade exigiria uma série de medidas muito amplas, algumas de acentuada profundidade, que ninguém está interessado em tomar. Queiro deixar claro, no entanto, que a nossa situação

É uma pena que o Governo não saiba enfrentar a realidade e criar condições para a livre manifestação do trabalho cultural dos brasileiros

seria incrivelmente pior sem a SBPC e sem as instituições governamentais citadas. Louve-se, portanto, o que já foi feito de positivo. A criação e o desenvolvimento da SBPC representam um dos mais importantes acontecimentos na evolução da ciência brasileira. Ao lado de instituições de amparo ao desenvolvimento científico, criadas pelo governo nos últimos 25 anos, a SBPC teve papel preponderante no progresso da ciência entre nós. A recente crise foi gerada pelas dificuldades inimagináveis para o prosseguimento do nosso progresso científico. As reuniões anuais da SBPC são uma grande escola de ciência, onde os jovens iniciam sua "vida pública" como cientistas ao lado dos mais velhos. Ali é que eles aprendem a importância da liberdade mais ampla e da crítica mais severa para o desen-



(*) O prof. Newton Freire Maia, professor titular da Universidade Federal do Paraná e coordenador do curso de Pós-graduação em genética humana da UFPR. É também membro da diretoria da SBPC.

volvimento da ciência. Nos laboratórios, eles aprendem a fazer ciência; nas reuniões da SBPC, aprendem a transmiti-la e, muitas vezes através de críticas e sugestões que recebem, aprendem a aprimorá-la. Assim como a crítica é de importância fundamental para o trabalho científico, deve sê-lo também para o trabalho dos governos. Feliz do governo que pode contar com uma compacta massa de cientistas (sociais, biólogos, físicos, etc.) capazes de estar sempre examinando os planos governamentais e sempre submetendo-os à crítica. Deveria, pois, o governo, incentivar a realização de reuniões da SBPC porque elas representam fontes

inestimáveis de críticas e sugestões. Na realidade, o auxílio do governo à SBPC tem sido inestimável e insubstituível. Os altos benefícios que a SBPC presta à nação não decorrem apenas das anuidades quase simbólicas pagas pelos seus sócios. Decorrem principalmente do que ela recebe do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo. No corrente ano, infelizmente, a secretaria paulista nada entregou, enquanto o CNPq entregou cerca da metade da quantia esperada. A SBPC necessita, para suas reuniões anuais, não apenas de verbas, mas também de amplos espaços. Esses são encontrados, em geral, apenas nas universidades. Por esse motivo, não pode a SBPC se tornar totalmente independente. Ela depende, pelo contrário, não só dos órgãos fornecedores de verbas, mas também de salas, anfiteatros, etc. É, como a SBPC realiza, cada ano, sua reunião em uma cidade diferente, para melhor poder executar o seu programa de difundir a ciência em todo território nacional, vê-se que ela nunca poderá ser independente de forma absoluta. É bom que assim seja. Havendo compreensão é bom que as múltiplas atividades culturais se interliguem e, desta forma, se tornem uma dependentes de outras. É pena que o governo não saiba enfrentar essa realidade e criar condições para a livre manifestação do trabalho cultural dos brasileiros. A SBPC não é uma associação de cientistas, como muitos ainda pensam, e nem foi criada para esse fim, como outros teimam em pensar. É, pelo contrário, uma associação aberta a todas as pessoas interessadas na ciência e em seu desenvolvimento. Não é, por isto, uma sociedade profissional fechada. Desta forma, estando aberta a todos - mesmo aos apenas alfabetizados - ela realiza e sua função de congrega cientistas e o povo em geral, para a análise e discussão dos mais variados temas. A maioria do tempo de trabalho das suas reuniões anuais é dedicada aos temas altamente especializados na química, em física atômica, na genética, na sociologia, na matemática, etc. Essa parte do esforço da SBPC é, no entanto, pouquíssimo divulgada pela imprensa, que prefere difundir o que ali se faz em termos mais gerais e que possa ser melhor entendido pelo público leitor. O noticiário da imprensa leiga distorce, pois, o que ocorre nas reuniões anuais, dando a impressão de que elas estejam apenas ou quase inteiramente ligadas à política governamental em seus vários setores: educação, energia, transportes, Funai, etc. Isso não é verdade. A SBPC está profundamente interessada na política - aqui entendida como filosofia de trabalho do governo - em suas várias áreas, mas também está profundamente interessada na pesquisa em seus mais altos aspectos. É pena, no entanto, que a grande imprensa passe esse segundo setor para uma posição subalterna ao noticiar o que ocorre nas reuniões anuais.

continuação da página ao lado

cidido com um momento de "distensão". O fato é que, ao tomar a iniciativa de sugerir à SBPC que o convidasse, eu pretendia apenas poder contar com a presença no simpósio que ajudei a coordenar de um especialista de alto nível. As repercussões políticas disto foram consequências secundárias inevitáveis e os resultados propriamente científicos foram excelentes. Aliás, a título de informação, Celso Furtado, ao chegar, não sabia o que era a SBPC.

Os boizinhos de presépio que sempre dizem amém

P - A ação do governo ao impor reformas políticas sem consulta aos políticos e ao povo poderá ser comparada com as ações governamentais no campo científico (acordo atômico efetuado também) sem ampla consulta aos cientistas?

DM: Do ponto de vista político, o espaço que se quer reservar aos que estão por baixo é o dos boizinhos de presépio que sempre dizem amém. Ou então, para os serviços do Sistema, é o de "implementar", "agilizar", "operacionalizar" as decisões políticas que vêm de cima. Para isso há sempre burocratas habilitados e dóceis.

Do ponto de vista da infraestrutura econômica e tecnológica acontece o mesmo. O cientista pode encontrar seu lugar, desde que, abdicando de sua dignidade, assuma a condição de tecnocrata a serviço de "políticas" para cuja elaboração não foi solicitado. Operando nesse nível, entretanto, o tecnocrata pode enfiar uma parcela muito importante de poder, ainda que as decisões de caráter mais geral escapem de seu controle. Uma situação onde, pelo menos os mistérios da tecno-burocracia possam ser conhecidos e onde os seus agentes

possam prestar contas, somente poderá ser criada com a instauração da democracia.

P - Com uma dívida externa tão grande e tão pesados pagamentos de Royalties Industriais não seria justamente esta a hora de fortalecer a produção nacional de tecnologia e de ciências?

DM: Esse talvez seja o impasse mais sério da situação brasileira atual. Não há como resolvê-lo dentro dos quadros vigentes.

P - De que depende uma maior autonomia da SBPC em relação ao governo e quais as possibilidades dela se ligar mais a outras fontes de recursos?

DM: Autonomia para a SBPC, em qualquer caso, sempre será relativa. Trata-se de uma entidade de interesse público e de caráter nacional. Sempre, e em qualquer circunstância, sua atuação dependerá, pelo menos parcialmente, de recursos públicos. Esses recursos, não devem ser recebidos como expressões da magnanimidade das autoridades, mas como uma forma de reconhecimento pelo que significa essa entidade. Se o governo controla esses recursos, eles entretanto não pertencem ao governo, mas aos contribuintes aos quais a SBPC deve contas que têm sido pagas. Quanto à possibilidade ou conveniência de apelar para a generosidade e para a compreensão de empresários médios e pequenos, não vejo grandes chances. Na verdade, esses empresários não parecem estar em condições - na atual conjuntura - de levar a tais extremos sua compreensão e generosidade. Principalmente considerando-se a dependência em que usualmente se encontram com relação à boa vontade do governo.

P - E o aumento da participação estudantil, como poderia se dar?

DM: O estudante, particularmente o estudante universitário, é uma presença necessária nas Reuniões da SBPC. Afirmar o contrário seria negar o próprio sentido da produção e difusão de uma cultura superior. É necessário, entretanto, reconhecer que, a despeito de possíveis convergências e complementariedades, os estudantes, enquanto parte integrante de suas associações e enquanto participantes legítimos das Reuniões da SBPC, devem dis-

tinguir bem a diferença entre os papéis que desempenham em cada um dos casos. Enquanto sócios da SBPC - quando for esse o caso - têm os direitos reservados a todos os demais, estudantes ou não. Enquanto membros inscritos para uma determinada Reunião, gozam dos mesmos direitos reservados para todos os dessa condição. O que se pode esperar deles é a maturidade necessária que lhes permita nas reuniões da SBPC a manutenção do padrão de seriedade que não exclui uma eferescência muito positiva, para a qual contribui a presença da juventude universitária.

Nas circunstâncias atuais, qualquer debate torna-se político e tende a ser visto como "subversivo"

P - Os intelectuais, de modo geral, como se colocam frente à crise?

DM: Em termos gerais e abstratos, na sociedade contemporânea a presença e a atuação dos intelectuais é, para o Estado e para as "forças vivas das nações" antes um peso do que uma necessidade. A não ser nas situações de crise decisiva e profunda quando então é deles que devem partir as respostas inovadoras. No Brasil atual, após os últimos 13 anos, a notória crise crônica do ensino em todos os seus níveis, a nuvem obscurantista que recobriu as escolas, principalmente no primeiro e segundo graus, os temores que instituem, além da censura objetiva, a auto-censura, o pragmatismo desorientado dos currículos... tudo isto tem criado sérios obstáculos à produção e à difusão de idéias e de conhecimentos. O regime vigente não apenas sobrevive desse modo, como depende disso para sobreviver. Pode-se indagar sobre o que acontecerá quando os intelectuais forem necessários para enfrentar os problemas novos colocados por uma democratização que virá.

**Depoimentos
CIÊNCIA E
PODER / 9**

"Uma reunião de cientistas é lugar para o estudante se sentar e ouvir caladinho" (Elsimar Coutinho, geneticista, da UFBR)

P - Como você encara os obstáculos levantados contra a Reunião da SBPC em Fortaleza?

Sérgio Silva - Vejo-a como uma manifestação de certas contradições na política do governo em relação à democratização do país. Por um lado, se afirma o desejo de caminhar no sentido da democracia, reivindicando que se tornou praticamente unânime em todas as camadas da população brasileira; por outro, adota-se uma série de medidas que restringem as liberdades, como a política adotada em relação à SBPC, ou o aprofundamento da censura, ou ainda, o prosseguimento das cassações. Acho que é um dever dos intelectuais se manifestarem sobre as questões sociais, o que implica necessariamente em posicionar-se politicamente. Para isso não devem pedir licença a ninguém. Ao contrário, a nação só pode exigir que os cientistas, seja os que trabalham na área de ciências humanas e, mais ainda, os que trabalham em física, química, etc., tenham consciência de que exercem uma função social, que fazem parte de uma sociedade, da qual devem participar e à qual devem prestar contas. O inverso equivaleria a contar com um bando de "cientistas loucos", voltados unicamente para a parte técnica de seu trabalho, maravilhados com suas descobertas e dispostos a tolerar a utilização de seus conhecimentos para qualquer fim, incluindo-se aí, até o extermínio da raça humana, por exemplo. Assim, o fato de os cientistas estarem preocupados, neste momento, com a questão da democracia no Brasil só pode ser reconfortante. Em relação ao momento presente, a posição dos cientistas constitui mais uma prova da existência desse consenso nacional em torno das liberdades democráticas.

Um presidente foi convencido de que o país pode ir bem enquanto o povo vai mal

P - Nessa perspectiva, como você vê a participação dos economistas?

SS - Se analisarmos a participação na SBPC por áreas de especialização, veremos que os economistas estão relativamente ausentes. Talvez existam fatores ligados à própria história da SBPC - que inicialmente congregava cientistas quase exclusivamente nas áreas de ciências exatas e naturais - que contribuem para explicar essa ausência. Mas, certamente, o paradoxal e quase inacreditável distanciamento dos economistas de uma realidade social que é objeto mesmo de seu trabalho, parece o fator decisivo nessa questão. As consequências sociais dessa atitude são sentidas cotidianamente por toda a população: são os chamados tecnocratas, guindados à posição de aparentes elaboradores da política econômica, que inundam os meios de comunicação com dados sobre a taxa de crescimento do PNB, das performances da política de exportações, etc., a ponto de, aparentemente, ter conseguido convencer um presidente da República de que o país pode ir bem enquanto o povo vai mal. Talvez, se os economistas fossem levados a trocar idéias com cientistas de outras áreas sobre seus trabalhos - e é para isso que a SBPC existe, conclus-

A política cultural vigente no Brasil em 1977 divide os intelectuais, as organizações nas quais eles trabalham, e principalmente a sua produção, em três categorias principais. Primeiro, há a produção intelectual que é valorizada, incentivada, protegida ou oficializada. Segundo, há a produção intelectual que é consentida ou tolerada. Terceiro, há a produção intelectual que é censurada ou proibida. É óbvio que essas três classes de produções envolvem três classes de organizações de ensino e pesquisa, da mesma forma que compreende três classes de intelectuais.

É inegável que essa política cultural afeta cada categoria de modo diverso. São bem distintas as condições materiais e espirituais de produção para cada uma delas. Entretanto, é muito provável que esse tipo de política afete também o conjunto; talvez toda produção intelectual brasileira, científica e artística, esteja sofrendo as consequências da subdivisão mencionada. É ilusório pensar que a liberdade de pensamento pode ser distribuída em partes desiguais; ou que a liberdade de pensamento - ensinar, pesquisar, debater - possa existir à parte da liberdade política.

A política cultural dos governos brasileiros dos anos 1964-77 tem prejudicado, em escala crescente, a produção intelectual do país. Professores, pesquisadores, artistas e jornalistas têm visto o seu trabalho bloqueado ou distorcido pelas pressões e proibições provenientes do poder estatal. As três categorias mencionadas sofrem distorções notáveis.

A censura não é uma prática de política cultural que atinge apenas as publicações e os espetáculos. Ela atinge o próprio processo de criação intelectual, tanto na ciência como na arte, na sala de aula como no laboratório, no teatro como no jornal. Ao proibir-se uma peça de teatro, ao apreender-se um livro, ao afastar-se um pesquisador do seu ambiente de trabalho, ao tornar-se suspeita a bibliografia que o professor precisa usar em suas aulas, ao vetar-se a realização de uma reunião científica, o que se está fazendo é, ao mesmo tempo, introduzir no espírito do intelectual e do público a autocensura, a insegurança, o medo. Uns preferem emigrar do país. Outros confinam-se dentro de si mesmos. Mesmo quando continuam a produzir - e são muitos os que decidem continuar a produzir - e são muitas as condições adversas - mesmo nesses casos, a criação científica ou artística se faz sob pressão extraindo-se, ou simplesmente polida.

Mas é ilusório pensar que esse elemento da política cultural afeta apenas os que não concordam

Redescobrimo a pólvora

O preço da liberdade reside, em última instância, na capacidade de ligar-se às camadas mais amplas da população, na renúncia ao caráter elitista e na tentativa, pelo menos, de conciliar a obtenção de títulos e honrarias com a produção de trabalhos voltados para a necessidade da população

Sérgio Silva (*)

Depoimento concedido a Italo Tronca

sem pela necessidade de se aproximar dessa realidade social que as estatísticas frequentemente mascaram.

P - Dada, então, a necessidade social de uma entidade como a SBPC, qual a maneira de fortalecê-la visando à consecução de seus objetivos?

SS - A crise atual revelou ao grande público os aspectos profundamente negativos da dependência da SBPC em relação ao governo, que se traduz através de um apoio financeiro direto, indispensável à própria vida da organização. Esse problema, na verdade, já era sentido por aqueles cientistas de maior sensibilidade social. No calor da crise, chegou-se, inclusive, a cogitar de tornar a entidade inteiramente autônoma do ponto de vista financeiro, vivendo unicamente com recursos de seus sócios. Parece-me difícil, porém, que uma organização desse tipo possa se desenvolver dentro desses limites. Em outros países, nos EUA ou na Europa, existe como alternativa real recursos de entidades

privadas, como fundações e instituições de caráter particular, cuja atuação está vinculada, pelo menos historicamente, a uma tradição liberal. Mas seria preciso, no caso brasileiro, uma máquina do tempo que reencontrasse o elo perdido de um capitalismo baseado no empresário privado que avançasse sob a liderança de uma burguesia liberal. O que temos concretamente no Brasil é a onipresença do Estado, que se faz sentir desde o controle de setores-chave da economia até a fiscalização da vida diária do cidadão, que não é tratado como tal se não estiver munido de, no mínimo, três ou quatro documentos fornecidos pelas autoridades competentes. Não adianta ao cientista sonhar. O preço de sua liberdade reside, em última instância, na sua capacidade de ligar-se às camadas mais amplas da população, e fazê-las entender o interesse social de seu trabalho. Mas evidentemente o problema não é simplesmente de uma melhor comunicação entre cientistas e população. Para que isso seja alcançado é preciso, em contrapartida, que os cientistas renunciem ao caráter elitista que marca suas atividades atuais e tentem, pelo menos, conciliar a obtenção de títulos e honrarias com a produção de trabalhos voltados para as necessidades dessa população. Evidentemente não é fácil trilhar esse caminho no dia-a-dia da elaboração de projetos e obtenção de financiamentos estatais, mas não adianta fechar os olhos à realidade. Só na medida em que os cientistas tenham o apoio da população, poderão garantir os recursos e a liberdade, indispensáveis ao seu trabalho. Não estamos descobrindo a pólvora. A prova de que os cientistas sabem disso está no fato de colocarem em primeiro plano, como matéria de seu interesse específico, a vigência das liberdades democráticas. Finalmente, não me parece uma tragédia o fato específico de os cientistas dependerem financeiramente do governo e não de Forde e Rockfellers brasileiros, na medida em que, nesse contexto, a independência dos cientistas deve apoiar-se em uma maior ligação com a população e na existência de um governo democrático.

Tudo isso, entretanto, não nega a validade de pensar novas formas de organização da SBPC (tipo fundação, etc) que permitam uma maior autonomia financeira nem de pensar em maior participação financeira dos sócios. Isso é, certamente importante. Mas é importante também, não esconder o problema fundamental, sonhando com uma solução unicamente administrativa.



(*) Sérgio S. Silva, 34 anos, é professor de Economia Brasileira no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas; autor de "Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil" - obra considerada inovadora sobre o assunto - cursou a Universidade de Paris, trabalhando sob a orientação do teórico francês Charles Bettelheim.

O protegido, o tolerado e o proibido: três tipos de cientistas brasileiros

Ao dividir e subdividir a liberdade de pensamento em função dos interesses políticos e econômicos muito particulares, os governantes acabam por emaranhar-se numa atmosfera de fantasia

Octavio Ianni (*)

com a ciência e a arte oficiais, úteis aos donos do poder. Essa política cultural afeta também os intelectuais que são tolerados, consentidos; e inclusive os que são protegidos ou oficializados. Os tolerados naturalmente têm consciência de que os seus trabalhos são permitidos somente enquanto se refugiam numa linguagem metafórica; ou enquanto abordam problemas "irrelevantes", segundo os donos do poder.

A censura atinge o processo de criação intelectual, tanto na ciência como na arte, na sala de aula como no laboratório, no teatro como no jornal

E os intelectuais protegidos ou oficializados, por fim, também padecem os efeitos da censura. A sua criação científica ou artística se torna artificial, instrumental, acessível e fácil aos ouvidos e aos interesses dos governantes. Sim, porque também os intelectuais orgânicos do poder estatal têm no seu horizonte de trabalho a idéia do que é proibido e tolerado, ao lado da idéia do que é valorizado, sempre na perspectiva da política de cultura do governo.

E por isso que o intelectual que se acha ligado ao aparelho estatal - por dentro ou por fora dele - tende a produzir principalmente a ideologia dos governantes, em vez de produzir a ciência que descontinuará as tendências reais das situações, problemas ou crises. Em última instância, o intelectual orgânico do aparelho estatal é duplamente vítima da política cultural dos governantes. Primeiro, ele tem sempre o receio de cair em pecado, receio de pensar as condições de mudança antes do que as condições de cristalização ou congelamento do status quo. Segundo, esse receio o leva a produzir principalmente ideologia, antes do que ciência. Para servir aos donos do poder, ele constrói principalmente ficções, discursos ideológicos, diagnósticos parciais, soluções de circunstância.

Ao dividir e subdividir a liberdade de pensamento - de ensino, pesquisa e debate - em função de interesses políticos e econômicos muito particulares, os governantes acabam por emaranhar-se numa atmosfera de fantasia, ou de construções simplesmente ideológicas. Ao exercer o poder por sobre a sociedade, ao menos por sobre a maior parte da sociedade, o aparelho estatal acaba por isolar-se numa falsa ciência; e na arte feita da transformação da história e folclore.

(*) Octavio Ianni é professor na PUC, em São Paulo e membro do CEBRAP.

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 10

"Dentro da SBPC existe uma parcela de associados que deseja utilizá-la para fazer política partidária às custas da ciência". (José Sarney - senador da Arena)

O cientista e o cidadão

Se o cientista reflete sobre o problema das camadas populares, desde a doença até os problemas sociais, não é como cientista que ele estabelece esse contato e compromisso, mas como cidadão e membro da sociedade

Carmon Junqueira (*)

Entrevista a Cristina Salinas

P - Existe crise da ciência no Brasil?

CJ - Eu tenho impressão de que mesmo durante a ditadura Vargas nunca houve nenhum problema em relação à análise de coisas específicas como análise dos cromossomos, dos genes, etc. Começaram a surgir os primeiros desentendimentos entre algumas esferas do governo e as entidades científicas no momento em que os próprios cientistas que tratavam de energia ou de cromossomos, por exemplo, tiveram sensibilidade para perceber que esse era também um problema político. Da mesma forma se fala que medicina preventiva deixa de ser um problema médico apenas para ser também um problema político. Até então somente as ciências sociais tratavam de temas que sensibilizavam muito o governo, porque se confundia as análises das ciências sociais, as análises políticas, econômicas, com sublevação do povo, incitação ou o que seja. No momento em que os cientistas ditos naturais, puros, começaram a explicar que o problema da energia, o problema da população eram também problemas políticos e econômicos, aí então essas ciências, aos olhos do governo começaram a deixar de ser ciências exatas para entrar no rol das ciências "perigosas" - que seriam as humanas em geral e as sociais em particular.

P - Há uma repressão com relação à ciência no Brasil atualmente?

CJ - Sem dúvida. Esses embargos que eles colocaram à realização da reunião da SBPC, publicamente pelo retardar das verbas, isso é uma forma de pressão violenta.

P - Já havia pressão anteriormente, ou a pressão é de agora? O marco seria a proibição da reunião da SBPC? Em 1974 a reunião da SBPC contou com a presença de ministros de Estado.

CJ - Em 68, catadráticos que falavam de ciência política, ou mesmo outros na medicina, por exemplo, já haviam sido cassados... A afronta à ciência, se não se iniciou em 64, já se configurou muito claramente em 68.

P - Houve então uma distensão com relação à ciência em 74?

CJ - Houve. Pelo menos houve uma calma. Quem acompanha os congressos da SBPC desde o início, consegue ver, e isso é muito interessante, a coisa se movimentando, às vezes por setores, por temas, às vezes os mais simples dentro da ciência. A reunião de Curitiba foi a primeira em que nós levantamos, de modo mais violento, um protesto com relação à política indigenista, e que recebeu o apoio de toda a Assembléia. Pela primeira vez criou-se dentro dessa reunião anual uma Comissão de Etnologia, e quando chegamos à Recife tivemos um aguçamento nas discussões sobre o problema indígena.

Quando se explicita a questão da energia atômica, da população, a "ciência exata" vira "perigosa"

P - Até que ponto um cancelamento do congresso, da reunião da SBPC, teria repercussão negativa para as pesquisas da sua área?

CJ - Não quero ser pretensioso, mas acho que teria a mesma repercussão que houve quando Galileu foi preso! Você veja, já é ineficaz a ciência social, agora nem falar se pode mais. Ela é ineficaz porque ela não consegue mesmo intervir, na realidade, ou sua intervenção não é a fundamental. Agora não pode nem falar aquilo que ela acha que são os males...

P - E quanto ao ponto de vista financeiro?

CJ - Esse é um problema grave, agora que a SBPC se viu imobilizada pelo corte de verbas. Então deveríamos fazer uma campanha ao empresariado, às universidades, para conseguir libertar a SBPC dessas verbas. Que ela consiga se autodeterminar independentemente do auxílio governamental.

P - Mas o fato de torná-la dependente do empresariado já não seria uma forma de dependência? Não seria melhor ela se tornar dependente apenas de seus próprios membros?

CJ - O empresariado faria doações como fundo morto! Não que o empresariado vá sustentar a SBPC. O que não se deve é recusar a possibilidade desse tipo de contribuição.

P - Como você vê o problema da admissão de estudantes na SBPC? O fato de se admitir um número muito grande de estudantes tem consequências políticas.

CJ - Quem são os estudantes? São pessoas que, de uma forma, ou de outra, estão a caminho de se tornarem cientistas no futuro, de sorte que sou totalmente favorável a que, como é tradição da SBPC, o estudante participe das reuniões com direito a voto. Não vejo forma de você transmitir essa praxis democrática, de debates entre mais velhos e mais moços, essa renovação constante de formas de pensar, de atuar, a não ser admitindo estudantes. Agora, se a admissão de estudantes traz problemas políticos, a conclusão a que se chega é que o problema político é um problema sério na nossa

sociedade. E que portanto deve ser assimilado pelos próprios cientistas. Sou favorável inclusive a estímulos à admissão de estudantes.

P - E como você coloca o problema de uma repressão do Estado a uma atitude política da SBPC? Você acha que vai haver uma radicalização em consequência da admissão de um número grande de estudantes?

CJ - Eu acho que você só aprende a liberdade sendo livre. O clima liberal que sempre presidiu as reuniões da SBPC é uma escola para estudantes e cientistas, de sorte que eu não vejo radicalização como consequência imediata da entrada de estudantes em número grande. Não acho que impedir a admissão de estudantes ou reprimir o teor das conferências possam dar um caráter educativo à reunião. Só a prática da liberdade conduz realmente ao exercício da liberdade. E liberdade é uma das coisas que você não consegue aprender só teoricamente. Quanto à radicalização, eu acho que ela é como febre, é sintoma. Quando estudante radicaliza, quando cientista radicaliza, quando artista radicaliza, isto é sintoma de alguma coisa. Eu acho que não basta então só aspirina. Há necessidade de detectar qual a doença e aplicar o remédio correto. Ignorar é bancar avestruz.

Presencia-se a anarquia da produção na ciência igual à anarquia da produção capitalista

P - De que maneira poderia a SBPC se vincular mais às camadas populares?

CJ - Acho que só indiretamente. Se o cientista reflete sobre o problema das camadas populares desde as doenças até os problemas sociais, não é como cientista que ele estabelece exatamente o contato e o compromisso com essas camadas, mas como cidadão e como membro de uma sociedade. O seu papel como cidadão sobrepõe o papel como cientista. Através de suas pesquisas ele pode encontrar fórmulas de superar dificuldades, mas sua atuação mais eficaz é como membro da sociedade. Nós temos uma ciência - sua prática é sempre política. E essa praxis política não se exerce porque se é cientista, se exerce porque se é cidadão. O máximo que a ciência faz é produzir conhecimento. A aplicação desse conhecimento, a eficácia que possa gerar é um problema político. Assim, voltamos àquela pergunta anterior, da eficácia da ciência. E para popularizar a ciência, nós teríamos primeiro que eliminar a palavra cientista. O que você tem são pessoas com mais idade, mais experiência, que transmitem conhecimento independentemente dos graus, dos diplomas, de concursos. Mas para isso é preciso viver numa sociedade muito democrática. Nos primeiros tipos de sociedade que a humanidade conheceu, na sociedade sem escrita, por exemplo, há formas de conhecimento que são gerados, transmitidas de geração em geração, e são tipos de conhecimento, ou religioso, cosmogônico, aerodinâmico por exemplo, que servem de imediato à vida do indivíduo, à vida da sociedade. Isso não quer dizer que o índio detém o conhecimento aerodinâmico e saiba portanto fazer uma canoa que seja rápida e que flutue, ou que ele aprenda apenas a flexar um peixe percebendo como se dá o fenômeno de refração da água, mas serve à sociedade também porque explica a natureza, permite as pessoas a compreender a natureza, a classificar os fenômenos da natureza. Há populações que têm classificações botânicas mais minuciosas que dos cientistas atuais. Se a gente imaginar que essa sociedade de uma certa forma repete coisas que ocorreram centenas de anos atrás, a gente há de convir que durante milênios o conhecimento foi formulado e criado pelo homem para servir ao homem. No desenvolvimento de todo esse processo intelectual chegou-se finalmente a uma descoberta fantástica, que foi o registro da linguagem, sistemas de linguagem escrita. Com isso realmente se consegue acumular mais, controlar mais conhecimento, e principalmente assegurar que a transmissão de uma geração para outra também seja controlada. Mas esse código de linguagem escrita ocorre quando as sociedades não são mais igualitárias, quando a sociedade já tem divisão - uma divisão básica, por exemplo, entre sábios e aqueles que trabalham, que criam o necessário para a sobrevivência da sociedade. Nesse mesmo instante aparece a discriminação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Aí ocorre um fenômeno estranho: em muitos setores do globo, perde-se o sentido inicial do que era o gerar conhecimento, passa-se a gerá-lo como se o conhecimento tivesse uma existência própria, não tivesse nenhum compromisso com o resto da sociedade. Muitos setores passam, então, a fazer-se ciência pela ciência, embora alguns se voltem para a tentativa de fazer esse conhecimento gerar maior bem estar para as populações. Mas no corpo da ciência começam a proliferar as divisões - as divisões entre disciplinas, entre especialidades. E aí não basta apenas a pessoa ser letrada para ter acesso

so a essa ciência, é preciso ser iniciado naquele linguajar científico próprio da especialidade, e presencia-se então a uma quase anarquia na produção dos campos da ciência, como se presença anarquia na própria produção capitalista. E, da mesma forma que a produção capitalista não é mais dirigida para satisfazer a necessidades, a produção científica não é também diretamente movida para sua aplicação na sociedade. Se hoje na sociedade capitalista a produção se volta fundamentalmente para a satisfação do consumo, das necessidades de toda população, não teríamos o problema da fome, da subnutrição, etc. Da mesma forma, se todo esforço da ciência se voltasse para as reais necessidades da população, essas necessidades já teriam sido satisfeitas, porque uma ciência que consegue mandar um foguete para a lua conseguiria também eliminar barreiras e obstáculos no campo da medicina, da educação, da poluição. Veja, toda uma sociedade trabalha, contribui para que no seu seio possa ser mantido um grupo de cientistas, um grupo de sábios, mas infelizmente a apropriação desse conhecimento é feita nos mesmos moldes da apropriação capitalista, da apropriação da riqueza. Ao permitir a participação de todos aqueles que queiram ser sócios, a SBPC está lutando contra essa tendência: talvez não tenha eficácia, mas procura fazer pelo menos com que os resultados do conhecimento gerado possam ser ouvidos por todos aqueles que queiram ouvir.

P - Como são financiadas as pesquisas na sua área?

R - Aqui em São Paulo, o básico do financiamento é conseguido através da FAPESP. Quem julga o projeto são os conselheiros que são membros da universidade, USP, CEBRAP, etc. A restrição vem então na dotação de verba. E eventualmente na distribuição de quanto vai para quem. Realmente Ciências Sociais tende a ter o quinhão menor. No caso, antropologia tem um quinhão pequeno... mas, frente às propostas que vem de Sociologia, da Ciência Política, a Antropologia não é das mais congestionadas. Mas a decisão do tema, da liberação do recurso, desde que ele exista, é feita entre pares. Exceto algumas exceções excecráveis, o veto não tem sido feito até agora em sintonia com as diretrizes do Sistema... pelo menos. É claro que, como existem hoje cientistas que trabalham contra a Ciência, que trabalham contra uma democracia plena, inclusive de se pensar, então pode ocorrer o evento de um tema não agradar a determinada pessoa, a determinado conselheiro... mas tenho a impressão que, por exemplo, no âmbito da FAPESP isso não ocorre com muita frequência não. O problema é anterior. É a cessão de verbas que pode ser maior ou menor, e aí pode haver o corte. As fundações internacionais, e por assim dizer, as americanas, elas tem tido uma disposição muito grande em aceitar projetos. Mais que a Ford, a Inter-American Foundation, que é uma Fundação que recebe verba do Congresso americano. Mas é uma Fundação, ela tem autonomia, a rigor não tem nem a preocupação de verificar minúcias metodológicas do projeto.



* Carmon Junqueira é antropóloga, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e presidente Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Especialista em problemas indígenas, é autora de vários livros sobre o tema. O último livro de Carmon Junqueira é "Os Índios de Ipanema", um trabalho sobre os kamauri, do Parque Nacional do Xingu.

Depoimentos

CIÊNCIA E PODER / 11

"Não nos enganemos, tudo isso não consiste em um fenômeno passageiro, defasagem de um sistema que ainda não encontrou seu rumo. A ciência como força produtiva alienada implica em confinar o saber numa elocubração formal, no jogo de armar sistemas desvinculados de uma política científica e do esforço de transformação da história; assim como implica na torção do estudioso, a fim de que seu estudo se converta num meio das classes dominantes selecionarem seus funcionários".

(J. A. Gianotti, trabalho apresentado em simpósio da SBPC, no ano passado)

Por uma reunião firme, mas serena

Na SBPC eu acho que deve ser simplesmente colocado o problema da democratização. Quanto à forma de atingir a democratização específica eu acho que devíamos deixar para outros fóruns. Mas acho que isso no Brasil é muito difícil. Com a falta de liberdade de expressão, as pessoas se aproveitam de todos os fóruns disponíveis para se expressarem

Fernando Henrique Cardoso

Entrevistado por Dirceu Brisola

Se a SBPC não existisse, o professor Fernando Henrique Cardoso não teria apresentado seu primeiro trabalho científico nas circunstâncias em que o apresentou. Ele não se lembra mas supõe que tenha sido por volta de 1957 quando participou pela primeira vez de uma reunião e lá expôs seu primeiro estudo acadêmico. De lá para cá, tem comparecido habitualmente às reuniões da SBPC. Embora não seja um dos dirigentes da organização ele a trata com clareza e certo carinho.

"Eu acho que o grande passo que se dará - disse ele nesta entrevista, a respeito do congresso que vai realizar-se em São Paulo - será fazer uma reunião firme e serena": "discutir os temas científicos apropriadamente, sem deixarmos de nos manifestar sobre aquilo que tem importância política para a organização da sociedade brasileira. Mas nos termos em que os cientistas normalmente o fazem!

Para Fernando Henrique Cardoso, por exemplo a discussão da questão da Constituinte seria "colocar o carro à frente dos bois". "Não se pode transformar a SBPC em fórum para tudo", disse ele. "É preciso manter a especificidade relativa das instituições". (DB)

P - Como você interpreta a atitude do governo no caso da suspensão dos recursos para a realização do 29º Congresso da SBPC?

FH - Já no ano passado, em Brasília, era mais ou menos visível que havia uma certa irritação por parte do governo. Eu imaginei que isso estava acontecendo porque a reunião era em Brasília. Diziam-se certas coisas, em Brasília. Interpretei assim porque o que era dito na SBPC não era substancialmente diferente do que era dito em outros simpósios. A irritação viria assim não do que era dito mas do lugar em que isso era dito. Além de Brasília, havia também o fato de que a SBPC pela primeira vez - não exatamente pela primeira vez, mas de maneira mais visível - demonstrou ser uma sociedade não só de cientistas, mas de amigos da ciência, também. Então tinha muita gente. Era uma festa da cultura e não uma reunião de sábios. Isso eu creio que foi novo para todo mundo. Para nós também. Eu sou membro da SBPC há muito tempo. Não me lembro qual foi a primeira reunião que eu assisti da SBPC mas deve ter sido lá pelo ano de 1957; por aí. Eu apresentei um trabalho lá. Naquele tempo, embora houvesse - porque houve sempre uma ou outra sessão destinada às ciências sociais - eram poucos os cientistas sociais que participavam da SBPC. O tom era dado pela química e pela física, pelas ciências chamadas exatas, em geral. Eram reuniões nas quais se apresentavam os trabalhos feitos, geralmente no último ano. Sempre teve repercussão. Eu creio mesmo, como foi lembrado outro dia, que a própria criação da SBPC tem algo a ver com a proteção do cientista na sua condição de trabalho. Ou seja, uma coisa política também. A SBPC foi criada, se não me engano, lá por 1948. Era uma época difícil, não tanto no Brasil onde também era difícil, mas havia o Macartismo. E a SBPC sempre foi uma associação que entendia sua missão amplamente, de forma abrangente. Essa missão não era só a de transmitir os resultados do trabalho científico mas também de discutir as condições de realizações desse trabalho. Em Brasília se

viu que a discussão das condições de trabalho, embora tivesse tomado uma parte muito pequena no tempo da reunião, porque havia milhares de encontros exclusivamente para a apresentação de trabalhos, teve ampla repercussão. Havia uma certa preocupação quanto às condições de trabalho. Mas esse era um sentimento geral da sociedade brasileira. Eu acho que o governo agora ficou com medo que isso ocorresse agora em escala maior, porque o governo deve saber que a sociedade brasileira está mais cansada hoje do que estava no ano passado com relação a tudo. E acredito também que o movimento estudantil tenha influido na atitude do governo. É possível que o governo tenha a preocupação de que o movimento estudantil realize o tal encontro de estudantes dentro da SBPC.

No Brasil não existe a visão do liberalismo anglo-saxão de que a sociedade civil está longe do Estado. Aqui as pessoas estão no Estado e querem ter independência. Agora se descobriu o limite disso

P - Mas houve alguma articulação do movimento estudantil nesse sentido?

FH - Que eu saiba não. E de qualquer forma os estudantes nunca diriam isso à SBPC. Mas admito uma certa possibilidade de que isso ocorra. O governo deve ter ficado assustado por isso. E cometeu vários equívocos. Se fosse no Ceará a reunião da SBPC teria repercussão menor do que vai ter aqui em São Paulo. Mesmo que houvesse estudantes, etc... Seria menor porque a imprensa teria maior dificuldade em cobrir, e muito menos gente iria ao Ceará.

P - E quais são as consequências mais imediatas da atitude que o governo tomou em relação à SBPC?

FH - O governo adotou uma tática que desperdiçou na SBPC uma preocupação importante. O que ele fez? Cortou verba. Então isso alertou a direção da SBPC e os associados para o fato de que a SBPC era demasiado dependente das verbas do governo.

P - Essa preocupação não havia ocorrido a ninguém da SBPC antes da medida agora adotada pelo governo?

FH - Eu acho que não. Como você sabe a relação dos brasileiros com o dinheiro do Estado é curiosa, e talvez incompreensível nos países anglo-saxônicos. Mas aqui o pessoal no fundo pensa o seguinte: O dinheiro do Estado é nosso. Quer dizer que o Estado tem a obrigação de dar o dinheiro para nós porque o dinheiro é nosso. Não há uma relação de que porque o governo dá dinheiro os cientistas devam fazer o que o governo quer. Não existe a visão do liberalismo anglo-saxão de que a sociedade civil está longe do Estado mas querem ter independência. Então agora se descobriu o limite disso. Mas um limite também curioso. Também o governo não se sente muito à vontade de dizer que não dá o dinheiro.

P - Quer dizer que o governo faz isso com o sentido de penalizar a associação que deveria receber a verba e não por qualquer critério técnico quanto à distribuição das suas verbas?

FH - É isso mesmo. No sentido de penalizar. Para cortar mesmo, para segurar. Então eu acho que isso vai ter uma consequência importante. Porque se se realizar o simpósio aqui, apesar do corte de verbas, isso vai mostrar a vitalidade da SBPC. E o que eu acho que o governo vai ter que fazer é corrigir no futuro o seu comportamento.

P - E você acredita que essa tendência de revitalização leve os membros da SBPC a politizar ainda mais suas atitudes?

FH - É possível, porque, na verdade, neste momento, boa parte dos membros da SBPC se irritou com o gesto oficial. O governo não explicitou suas razões, ele não pode explicitar as suas razões. Qual seria a razão? Dizer: nós não queremos críticas? Ou nós não queremos que os estudantes estejam aí? E nesse caso nós diríamos: nós também não. Não somos nós que estamos querendo que os estudantes façam seu encontro. Isso não é problema nosso. Como o governo não pôde explicitar suas razões isso criou um clima de irritação. Os membros da SBPC se sentem como se tivessem recebido um voto de desconfiança. Por causa disso, o êxito da reunião vai depender um pouco da maturidade que a gente tiver. Eu acho que nós devemos fazer uma reunião exatamente igual a todas que nós fizemos. Quer dizer, discutir os temas científicos apropriadamente, sem deixarmos de nos manifestar sobre aquilo que tem importância política para a organização da sociedade brasileira. Mas

nos termos em que os cientistas normalmente o fazem. Eu acho que o grande passo que se dará será fazer uma reunião firme e serena. Firme, mas serena. Eu até diria que o êxito da reunião será inversamente proporcional à verbalização muito violenta. Quanto menos verbalização e mais firmeza e maturidade melhor. Eu vou à reunião da SBPC e vou falar o que eualaria em qualquer circunstância.

P - Não ficou bem claro para mim quais as consequências que na sua opinião advirão para a SBPC a partir da atitude assumida pelo governo.

FH - A SBPC já vem sofrendo uma certa crise de crescimento, porque ela cresceu muito. E nós não temos aqui no Brasil a experiência de outras sociedades desse gênero que cresçam tanto. Falta a experiência de como conduzir uma organização grande. E há um outro problema em que nós temos que prestar atenção - e que é incrível também, aqui no Brasil. É o problema de manter as especificidades relativas das instituições. Não se pode usar a SBPC para tudo. Não se pode dissolver todas as instituições na mesma coisa. A reunião da SBPC é basicamente uma reunião de cientistas e de pessoas interessadas na ciência que vão comunicar o resultado dos seus trabalhos e julgar as condições de que dispõem para a realização deles. Ora é claro que nessas condições se inclui o problema da liberdade e da democracia. Não creio que devamos entrar em temas muito específicos além disso. Discutir por exemplo o problema da Constituinte seria colocar o carro à frente dos bois. Em outros setores, em outras áreas não. Mas na SBPC eu acho que deve ser simplesmente colocado o problema da democratização. Quanto à forma de atingir a democratização específica eu acho que devíamos deixar para outros fóruns. Mas acho que isso no Brasil é muito difícil. Com a falta de liberdade de expressão, com a falta de fóruns, as pessoas se aproveitam de todos os fóruns disponíveis para se expressar. Eu diria que o risco maior dessa reunião será exatamente esse: não manter o equilíbrio entre a vontade de dizer tudo e a capacidade de entender que as coisas devem ser ditas de maneira apropriada nos lugares apropriados.

Não adianta liberar a SBPC das pressões do governo para cair nas possíveis pressões do setor privado nacional. Não vejo vantagem muito grande nisso

P - Mas a culpa da existência de poucos fóruns não deve ser atribuída à própria sociedade civil que não tem tido a iniciativa de criar esses fóruns?

FH - Não há dúvida nenhuma. A própria SBPC é um exemplo de que a gente pode criar fóruns. Deve criar fóruns. Se a sociedade civil criasse mais fóruns, não haveria o problema de congestão dos poucos canais existentes. Nós temos que multiplicar esses fóruns.

P - Há uma questão que tem, a meu juízo, permanecido obscura para a maior parte da opinião pública. Trata-se da importância do papel desempenhado pela SBPC. A contribuição dela para a pesquisa científica é relevante?

FH - Eu acho que sim no sentido da comunicação do que se fez. A SBPC é exatamente semelhante a organizações congêneres que existem em toda a parte do mundo, nos Estados Unidos, na Europa, por aí fora. Eu tenho participado de várias reuniões de cientistas e o que se vê nessas reuniões não é nada diferente do que se vê na SBPC. É exatamente a mesma coisa. A reunião da SBPC põe gente em contato e comunica ao mundo o resultado dos trabalhos. Ela não faz ciência. Oferece a oportunidade para que um converse com o outro para ver o que cada um fez. É também mercado de trabalho. As pessoas se conhecem, etc... É um momento para a divulgação de livros. Livros técnicos, culturais. A SBPC é tudo isso. Nessa e em outras reuniões semelhantes no exterior, o nível científico é muito variável, depende de cada sessão, de cada grupo, de cada pessoa. Mas é importante existir esse meio de comunicação.

P - Você acha que a SBPC contribui de alguma forma diretamente para a criação de uma tecnologia nacional independente?

FH - Eu não posso dizer com precisão porque não tenho muitas informações do setor tecnológico. O que eu tenho visto e tenho ouvido são discussões sobre o tema, o que eu acho importante. Que eu me lembre, desde que eu tenho contato com cientistas - e eu era da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quer dizer, da sessão de ciências e então tinha muito contato com físicos, químicos, etc... - sempre houve essa preocupação com a questão da independência tecnológica. E a SBPC repercutiu isso, refletiu isso. Ai eu tenho dúvidas quanto a uma questão: não sei qual é o grau de

continua na página ao lado

Depoimentos

CIÊNCIA E PODER /12

"Porque a USP? Por que não realizar a reunião na PUC, sob o manto protetor da Cúria Metropolitana? O cardeal Arns tem sido muito sensível aos problemas da ciência." (Orlando Marques de Paiva, reitor da USP, se desculpendo de não poder ceder a USP para a realização da Reunião, alegando que durante as férias costuma realizar obras na universidade)



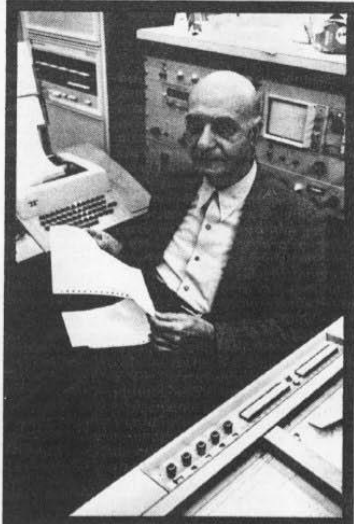
Fernando H. Cardoso

Alegações incabíveis e ações subterrâneas

A transferência de tecnologia estrangeira, como vem sendo praticada, só pode beneficiar uma parcela íntima e privilegiada da população brasileira além de, normalmente, beneficiar muito mais os países ricos

Simão Mathias (*)

Depoimento a Iredê Cardoso



(*) O prof. Simão Mathias leciona História da Ciência na Faculdade de Filosofia e Letras da USP. É diretor do departamento de Físico-Química da USP e presidente de honra da SBPC.

A crise que ocorre entre o Governo e a SBPC transcendeu o âmbito dos cientistas propriamente ditos para adquirir um movimento de caráter nacional. Trata-se de um fenômeno que, nos últimos decênios, se tem repetido em diversos países tanto nos mais avançados - Alemanha, Itália, Estados Unidos, - como nos menos desenvolvidos, como vários da América Latina, onde o conflito entre cientistas e governos tem adquirido, em certas ocasiões, aspectos críticos. No Brasil, o fenômeno é mais recente e a crise atual envolvendo a SBPC é a maior que já ocorreu na história desta Sociedade. Estes fenômenos, nas suas mais variadas formas, certamente contribuíram para que a comunidade científica se tornasse cada vez mais consciente de sua função na civilização atual. Esta nova atitude do cientista se reflete na crescente literatura sobre a função social da ciência, em livros e artigos, cujo número aumenta de ano a ano e nas reuniões e congressos científicos interdisciplinares como os das Sociedades para o Progresso da Ciência em vários países e conclave internacionais como as Conferências "Pugwash".

No caso da crise atual que envolve a SBPC, não se tem ainda uma idéia clara sobre os motivos que levaram o Governo a criar obstáculos para a realização de sua 29ª Reunião Anual. A alegação a meu ver, incabível, de que nos últimos anos, as Reuniões Anuais da SBPC tenham adquirido um caráter cada vez mais político - para mim num sentido construtivo - provavelmente se baseia numa deficiência de informação ou falta de compreensão. De fato, nessas últimas Reuniões foram debatidos assuntos políticos entre cientistas e representantes do Governo, na louável iniciativa de se estabelecer um diálogo entre os homens de ciência e os responsáveis governamentais nas áreas pertinentes. Acho que o Governo, pelo menos na cúpula, ainda não tomou consciência da importância da SBPC no desenvolvimento do país. Este desenvolvimento, qualquer que seja sua política não pode prescindir da colaboração dos cientistas brasileiros. Nossa dependência dos países mais avançados cresce dia a dia e um dos aspectos fundamentais para a redução dessa dependência - essencialmente político-econômica - é o desenvolvimento de nossa própria tecnologia, interligada à nossa ciência, uma tecnologia nacional estrangeira, como vem sendo praticada, só pode beneficiar uma parcela íntima e privilegiada da população brasileira além de, normalmente, beneficiar muito mais os países ricos. Não é o país, no seu todo, que se está beneficiando desta tecnologia sofisticada. Nestas condições, como justificar o desenvolvimento econômico e social proclamados na entrevista do Presidente Geisel à televisão francesa? Que espécie de de-

envolvimento econômico e social se está realizando no país? Examinando os acontecimentos atuais, creio que a Reunião Anual realizada em Brasília no ano passado, foi a maior na história da Sociedade e onde a colaboração de representantes Governamentais foi a mais acentuada. Em sua sessão inaugural tivemos o discurso do ministro Velloso. O número e qualidade dos simpósios, mesas redondas e conferências nos mais variados campos da ciência, incluindo as ciências humanas, se revelaram amplos e de alto nível. A Assembleia Geral decorreu numa atmosfera de entusiasmo e ordem. Como é

Num certo sentido, a SBPC é a única oportunidade que se oferece ao estudante para ele se sentir numa atmosfera verdadeiramente universitária, atmosfera essa infelizmente inexistente em nossas universidades

tradição nessas reuniões da SBPC houve grande participação dos estudantes, sem nenhuma perturbação da ordem. Para os estudantes, sua participação é extremamente educativa, pois é a única oportunidade que eles têm de entrar em contato com os cientistas do país, numa atmosfera livre e descontraída, onde o intercâmbio de idéias é muito ativo e saudável. Num certo sentido, é a única oportunidade que se lhes oferece de se sentirem numa atmosfera verdadeiramente universitária, atmosfera essa infelizmente inexistente nas nossas universidades. A imagem da Reunião de Brasília dada pela imprensa, em geral, foi das mais infelizes e teve caráter sensacionalista, explorando apenas os aspectos políticos da reunião. Nenhuma notícia ou ênfase foi dada aos simpósios, mesas redondas, conferências e sessões nas áreas das ciências básicas e aplicadas e nas áreas das ciências humanas. Os cientistas convidados do exterior, entre eles alguns dos mais notáveis em seus campos, nem sequer foram mencionados.

Espero que a atual crise não venha no futuro a prejudicar as relações entre a SBPC e o Governo. De qualquer modo, creio que a SBPC deverá, para preservar sua autonomia, tornar-se cada vez menos dependente de financiamentos oficiais, oferecer sua colaboração preservando sua independência e dignidade, como sempre o fez no passado.

Sem conhecermos os detalhes, pois a 29ª Reunião Anual, que deveria realizar-se em Fortaleza, não foi oficialmente proibida, mas insidiosamente difi-

cultada, acreditamos que ações "subterrâneas" foram postas em execução com o intuito de dificultar a realização não só em Fortaleza, como na Universidade de São Paulo. A sugestão de se subdividir a Reunião Anual numa série de reuniões regionais baseia-se em pura ignorância, pois tais reuniões regionais vêm se realizando há vários anos e o sentido da Reunião Anual é o de facilitar a comunicação entre "todos" os cientistas do país, dando-lhe um caráter eminentemente interdisciplinar e nacional.

Para finalizar, desejo salientar o gesto digno e nobre da Reitoria da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, oferecendo os seus edifícios para a realização da 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. É um exemplo de dignidade universitária.

continuação da página ao lado

sensibilidade neste momento quanto à questão atômica. É possível que por aí a reunião cause alguma preocupação por parte do governo. Mas eu acho que o governo perde a chance de através da SBPC explicar a sua política.

P - Você acredita que nesse esforço de se tornar mais autônoma, menos dependente do governo, a SBPC poderia ampliar sua faixa de contribuintes em direção de empresas e empresários, tendo em vista o interesse de muitos deles no desenvolvimento de uma tecnologia nacional?

FH - Eu acho que seria uma boa tentativa, mas a experiência que se tem em relação a esses setores privados nessa matéria é muito decepcionante. Há uma falta de apoio financeiro para qualquer atividade desse tipo. Seria uma chance. Mas eu acho que essa chance deveria ser vista em um contexto bastante diversificado. Também não adianta liberar a SBPC das pressões do governo para cair nas possíveis pressões do setor privado nacional. Não vejo uma vantagem muito grande nisso. O que seria bom seria um sistema balanceado em que também os cientistas dessem dinheiro. Atualmente parece que estão falando em cada um dar um dia de salário. Por que não?

P - Seria uma espécie de imposto sindical?

FH - Uma espécie de imposto sindical. Porque

O governo tem de dar dinheiro para reuniões nas quais ele vai sofrer críticas. Esse é o negócio, porque o dinheiro não é do governo. O dinheiro é do Estado, vem dos impostos

não? São aí uns 10 mil cientistas, ou por aí - eu não sei bem quantos são. É verdade que cientista ganha pouco, mas um dia de salário médio não será muito menos hoje do que talvez 500 cruzeiros, ou 300 cruzeiros. Digamos 300. Multiplicado por 10 mil dá 3 milhões. Isso daria uma base à SBPC.

Ví também uma iniciativa pelo lado dos artistas, que dariam shows. Nesse contexto considero válido pedir a empresários que ajudem também. Não seria uma coisa exclusiva deles; o grosso da contribuição seria nossa mesmo. Aí não vejo porque não pedir. Se os empresários dizem que são favoráveis

à tecnologia nacional, etc... vamos ver se na hora da onça beber água eles dão alguma coisa. Agora eu acho muito difícil no Brasil uma sociedade como a SBPC existir independentemente de verbas oficiais, totalmente alheia ao dinheiro do governo. Não. Eu acho que a gente tem que educar o governo. O governo tem que dar o dinheiro para reuniões nas quais ele vai sofrer críticas. Esse é que é o negócio, porque o dinheiro não é do governo. O dinheiro é do Estado, vem dos impostos. Acho que temos de manter o princípio de que é legítimo que o Conselho Nacional de Pesquisa dê dinheiro à SBPC e que não espere em troca apoio no sentido político. Tem que esperar em troca seriedade, isso sim.

P - Não lhe parece que a imagem da SBPC, talvez em virtude do tipo de cobertura jornalística que foi dada às suas reuniões de uns anos para cá, esteja um pouco desequilibrada? Que os assuntos mais quentes como a questão da liberdade e da democracia tenham obscurecido os demais? Você não acha que a SBPC devia fazer um esforço no sentido de recompor o equilíbrio da sua imagem?

FH - A SBPC tem uma revista, na qual divulga as atas das suas reuniões. O problema seria como coordenar a sua informação à imprensa durante o congresso. A gente tem que entender que a imprensa se interessa mais pelos aspectos mais gerais e portanto também mais políticos. Isso é natural. O que não pode é transmitir a imagem de que só se discutiu isso. Eu estive em Brasília. Participei de três mesas redondas das mais concorridas. E muitas vezes eu li coisas que não correspondiam exatamente ao que tinha acontecido. Não por má fé, mas porque o repórter muitas vezes não pegou, não captou o que tinha de fato acontecido. Em alguns casos os jornais chegaram mesmo a escrever editoriais não a respeito do que se havia dito em uma determinada sessão mas sim baseados no que a imprensa havia publicado a propósito do que se havia dito, que não era a mesma coisa. É um problema de comunicação que a SBPC talvez devesse cuidar. No fundo porém é o governo que tem que se acostumar com o fato de que quem é cientista diz o que pensa, quer dizer o que pensa. Pode estar errado, mas diz criticamente e vai continuar dizendo.

P - Você vê alguma possibilidade de que o governo volte a investir contra a SBPC durante a realização do congresso, mesmo na PUC?

FH - Possibilidade há. Mas seria um erro político porque não é necessário. Aí existem duas coisas. Uma com relação aos cientistas: porque antagoni-

zar os cientistas, o pessoal da SBPC? Não é um pessoal radical. Não é mesmo. A outra é com relação aos estudantes, o governo que fica com medo. Eu acho que se o governo chegasse e dissesse para eles: façam o encontro nacional dos estudantes não aconteceria nada. Eles fariam o encontro nacional dos estudantes e só. O governo transforma em cavalo de batalha um negócio que não é um cavalo de batalha. Na medida em que se transforma situação em perseguição de gato ao rato aí fica tudo subversivo.

Eu não sei qual é o tema que os estudantes estão discutindo mas imagino que não pode ser muito mais complicado do que se fazem ou não uma União Nacional dos Estudantes etc... Além disso o que seria. Cada setor estudantil tem a sua visão da sociedade. Deixa que falem quais são as suas visões. O que é que tem isso? No fundo o grande problema da sensibilidade é que se está colocando a sensibilidade onde ela não deveria estar. Resultado: porque os estudantes estariam imaginando que vão poder fazer isto ou aquilo. Porque não deixam que eles façam suas coisas através de uma instituição deles. A confusão é provocada pelo autoritarismo. Nunca houve reunião de estudantes através da SBPC, nunca houve.

P - Você acredita que esses acontecimentos recentes vão contribuir para reforçar a unidade dos membros da SBPC?

FH - Eu acho que se a reunião for feita de maneira exitosa isso vai reforçar a unidade. A diretoria se comportou bem. Ela dirige uma sociedade, se sentiu sem recursos para fazer o congresso, não pode fazer. Alguns membros sugeriram que a reunião fosse em São Paulo e a diretoria concordou. Eu acredito que se se fizer a reunião como em todos os anos isso só vai fortalecer a SBPC. Todo mundo vai ver que fomos capazes de promover a reunião e nos mantermos unidos apesar da pressão do governo.

P - Você diria que essa é a questão mais importante que se coloca para essa próxima reunião?

FH - Eu acho que a questão mais importante é demonstrar que somos capazes de fazer uma reunião como sempre fizemos, sem depender de uma enorme quantidade de apoio oficial. Se nós formos capazes de fazer a reunião com firmeza e com seriedade, dizer o que nós pensamos mas não transformar a SBPC em um fórum para tudo, esse congresso será um acontecimento de real importância.

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 13

"A SBPC está pagando agora o preço de ter permitido uma excessiva participação política em seu ambiente uma vez que as reuniões têm sido utilizadas para reivindicações políticas que transcendem suas atividades".
(Celso Spinoia, delegado da SBPC na Bahia)

Estado e Governo, um divórcio necessário para o liberalismo

O desejo do governo seria o de subordinar os intelectuais à sua ideologia autoritária, desenvolvimentista e concentracionista de renda, mas as possibilidades de êxito de uma política desse tipo são mínimas; diria até que, hoje no Brasil, são inexistentes

Bresser Pereira (*)

Depoimento a George Kosik

P - Os entraves que o governo colocou à realização da SBPC poderão tornar os cientistas mais politizados e independentes?

Bresser Pereira: Um dos elementos que tem caracterizado a crise política dos últimos anos, especificamente dos últimos três anos, é a crescente ruptura entre os cientistas e os intelectuais de um modo geral com o governo. Na verdade, não se deveria falar numa ruptura porque em nenhum momento os cientistas deram apoio ao sistema autoritário de governo estabelecido no Brasil. O que houve, realmente, em certos momentos, foi uma certa confusão. Há certas pessoas que falam na existência de uma comunidade técnico-científica e com isso confundem os tecnoburocratas com os cientistas ou os intelectuais. Os tecnoburocratas que estão no poder, aliados com certos setores da burguesia, têm como objetivo a eficiência, tornar as organizações e os processos mais eficientes, enquanto que os cientistas e os intelectuais estão preocupados com o desenvolvimento do conhecimento. A ideologia tecnoburocrática é uma ideologia autoritária-desenvolvimentista; a ideologia dos cientistas é uma ideologia liberal e eventualmente socialista. Não creio que hajam no Brasil, hoje, nenhuma área significativa de cientistas e intelectuais com uma ideologia autoritária. Provavelmente, a ideologia dominante é a ideologia liberal de base burguesa. Existe, obviamente, um grupo de intelectuais, provavelmente minoritário, com uma ideologia socialista. Tanto a ideologia socialista como a ideologia liberal conflitam-se fundamentalmente com a ideologia tecnoburocrática-capitalista dominante. Os obstáculos que o governo colocou à realização da reunião da SBPC são sintomas dessa divergência no plano ideológico. Mas, mais do que isso, são um sintoma da crise política geral porque está passando o país. Esta crise que deslançou nos últimos três anos, tem uma série de causas que independem da posição dos intelectuais, que, aliás, sempre foram contrários ao tipo de governo que nós temos. Mas no momento em que a crise se agrava, é óbvio que os intelectuais aprofundam as suas divergências com o governo. Parece-me que os entraves que o governo colocou à realização da reunião da SBPC derivam de uma confusão entre governo, Estado e sociedade civil. O governo, identificando-se com o Estado, imagina que não pode conceder verbas para os cientistas realizarem uma atividade política contra os seus interesses. Acontece que os recursos não pertencem ao governo, mas sim ao Estado. Não há dúvida que o Estado no Brasil, como aliás no resto do mundo, deverá ver as suas funções crescerem continuamente, não só no plano econômico como também no plano do desenvolvimento técnico e científico, pois, só o Estado tem condições de financiar o desenvolvimento da ciência. Agora, no momento em que confundimos governo com Estado, estaremos

caminhando para o autoritarismo e mesmo para o totalitarismo. Este é alcançado quando se imagina confundir não apenas o governo com o Estado, mas também o Estado com a sociedade civil.

P - Em que medida a crise contribui para aumentar a consciência crítica do cientista no que se refere às suas relações com o governo e a independência da ciência e dos cientistas?

BP - Os momentos de crise política são momentos privilegiados para a análise dos processos sociais. É muito mais fácil para o cientista social compreender a sociedade em que vive quando ele analisa-a em momentos de crise do que em momentos de estabilidade. Da mesma forma, é nos momentos de crise que aumenta a consciência crítica das pessoas. A crise que estamos passando hoje (iniciada em 1974, mais ou menos) evidentemente está aumentando a consciência crítica dos cientistas em relação ao governo.

P - Haveria alguma razão mais ampla forçando o governo a se afastar dos homens da ciência?

BP - O governo tem todo o interesse em se aproximar e não de se afastar dos homens de ciência. Se ele se afasta é porque há conflitos no plano ideológico muito profundos, conflitos que, evidentemente, o próprio governo não pode evitar. O desejo do governo seria o de subordinar os intelectuais à sua ideologia autoritária, desenvolvimentista e concentracionista de renda, mas as possibilidades de êxito de uma política desse tipo são mínimas; diria até que, hoje no Brasil, são inexistentes.

Em todo país do mundo quem financia a pesquisa básica é o Estado. Todo o problema é não confundir o Governo com o Estado

P - Seria devido à "politização" dos Congressos da SBPC, que se dão com maior ênfase a partir de 1971?

BP - O afastamento do governo em relação aos cientistas não é devido à politização dos Congressos da SBPC a partir de 1971. O afastamento ocorre na medida que a crise política se agrava, na medida que mesmo para os cientistas de formação liberal vai ficando claro que este governo pretende manter-se no poder de forma autoritária, por um tempo indefinido. No período entre mais ou menos 1969 e 1974 toda a sociedade brasileira, inclusive um número ponderável de cientistas e intelectuais, foram anestesiados pelo chamado "milagre". A partir do momento que o "milagre" se acabou, a consciência crítica dos intelectuais voltou a se fazer presente e a maior preocupação da SBPC pelos problemas políticos reflete isso. Assim, a politização dos congressos da SBPC ocorre como um sintoma desse processo geral e não uma causa.

P - Não seria justamente essa a hora de fortalecer a produção nacional de tecnologia e ciência? Por que acontece o contrário: com o desestímulo à realização da SBPC?

BP - A realização do congresso da SBPC não está relacionado com o fortalecimento ou não da tecnologia e da ciência nacional. Diga-se, de passagem, um governo tecnoburocrático como o nosso tem interesse em desenvolver essa tecnologia e essa ciência. O problema é um problema político.

P - Poderia se comparar a ação do governo de impor reformas políticas sem consulta aos políticos e ao povo com as ações governamentais no campo científico (acordo atômico), também sem ampla consulta aos cientistas?

BP - O autoritarismo do governo se estende em todas as áreas: é produto de uma filosofia de vida, de uma concepção das coisas e é claro que esse autoritarismo se estende também para o campo da universidade e para o campo da ciência, portanto, é claro, também, que o desacordo dos cientistas tem também como causa essa interferência do Estado em áreas que não lhe pertencem.

P - Há inúmeras sugestões dos passos que a SBPC deveria dar para aumentar sua autonomia. Seria interessante analisar formas concretas dessa luta por autonomia: por que tornar-se mais autônoma? quais os objetivos imediatos e a longo prazo? quais os limites dessa autonomia (verbas, etc.)?

BP - Não há dúvidas que a SBPC deve tomar todas as medidas possíveis para aumentar a sua autonomia.

P - Pode-se dizer que a ofensiva que se desencadeia contra a SBPC, acusando de veicular "demagogia" e "subversão" e contra o Cebrap tenham alguma semelhança com a ofensiva desencadeada no Congresso, quando vários parlamentares são acusados também? Seria uma nova etapa em que o governo passa à ofensiva depois de um período mais defensivo, como forma de atemorizar os moderados e indécisos e mobilizar os direitistas?

BP - A SBPC é um organismo típico da sociedade

civil brasileira e no momento a sociedade civil se coloca contra o governo, ou melhor, contra os tecnoburocratas e a alta burguesia que ainda mantém o seu apoio ao governo. Também outras organizações, representando a sociedade civil, estão adotando uma posição crítica em relação ao governo e é claro que os representantes desse governo desencadeiam uma ofensiva contra essas organizações, e em épocas de crise, são de se esperar; estão começando a ocorrer nos últimos tempos, são as clássicas radicalizações de direita, mas, tenho a impressão de que são radicalizações de vida curta.

P - Para se tornar mais independente, a SBPC precisaria se ligar mais fortemente a outros setores, de modo a depender menos do governo; como se deveria encarar então uma aceitação de ajuda por parte, digamos, dos pequenos e médios empresários, que estariam interessados numa tecnologia nacional, mas barata, adequada à situação nacional? Que problemas colariaria essa vinculação?

BP - A questão está mal colocada. Pequenos e médios empresários não têm condições de financiar pesquisa e o desenvolvimento de uma tecnologia no Brasil. Em todo país do mundo quem financia a pesquisa básica é o Estado; isto deverá continuar acontecendo no Brasil. Todo o problema é não confundir o governo com o Estado.

P - Seria o mesmo tipo de relacionamento de interesses que existe agora com o governo, com a diferença apenas de que de atual governo privilegia a importação de know-how?

BP - Qualquer tipo de desenvolvimento tecnológico no Brasil implica em importação de know-how. Não cabe a nós discutir quais os limites dessa importação, embora não haja dúvidas quanto à necessidade do desenvolvimento de uma tecnologia nacional. Mas, é perigoso imaginar que haja uma tecnologia nacional para produzir tratores, por exemplo. O mais importante é desenvolver uma ciência social nacional. Mas, mesmo aí, é muito perigoso falar-se em modelos políticos nacionais. Nós temos visto o que tem feito o governo com essa ideia, que utilização absolutamente imprópria tem sido feita disso. Há uma ampla experiência de democracia em todo mundo, e no entanto, o que se continua falando é que o Brasil tem características próprias e exige um modelo político próprio, estando implícita nessa ideia que se exige (para o Brasil) um modelo político autoritário.

P - Outra vinculação que se coloca é com os estudantes. Como assimilar os estudantes sem perder os "moderados" e "indécisos" que o governo procura isolar? Que importância teria um alinhamento maior dos estudantes com a SBPC?

Os estudantes já estão alinhados com a SBPC, ou melhor, estão alinhados com os cientistas que querem redemocratizar esse país. Nesse processo de alinhamento é muito importante, no momento, a moderação; as radicalizações, agora, só servirão aos objetivos do sistema autoritário, isto porque o que nós temos visto neste último ano especialmente é uma ruptura cada vez maior entre a burguesia e o governo (e a tecnoburocracia estatal que o domina) e essa ruptura continuará a se aprofundar na medida em que não haja uma radicalização de esquerda no momento.

P - Muitos intelectuais têm discutido, um pouco abstratamente, o relacionamento entre o Estado e os intelectuais; a atual crise, sendo uma manifestação concreta de interesses divergentes dá uma oportunidade de se discutir concretamente esse relacionamento: quais seriam os interesses do Estado (e de outros patronos, como o empresariado, por exemplo) em oposição aos dos intelectuais?

BP - Os intelectuais podem ser tanto um instrumento ideológico do Estado como podem ser um instrumento crítico do Estado. Todo Estado é controlado por uma elite dirigente (essa elite dirigente, no Brasil, por exemplo, é constituída de militares, tecnoburocratas civis e membros da alta burguesia). Essa elite dirigente sempre procura apoiar-se em intelectuais que vão se responsabilizar pela ideologia do sistema. Por outro lado, é normal que haja um grupo de intelectuais que se opõe a essa ideologia, que se opõe ao governo. O problema fundamental do relacionamento entre os intelectuais e o Estado é um problema de garantir a independência dos intelectuais. O fundamental é que a grande maioria dos intelectuais é hoje obrigada a trabalhar dentro do Estado e por isso, nada mais importante do que distinguir governo de Estado, elite dirigente de Estado.

P - O fato do trabalho dos cientistas ser financiado pelo Estado ou grupos econômicos condiciona necessariamente o produto final, de modo que a função da ciência fica sendo a reprodução ideológica do capitalismo e classes dominantes?

BP - Condiçãoará na medida em que governo e Estado sejam confundidos. Se for possível fazer distinção entre uma coisa e outra, ou seja, se puder existir um Estado economicamente forte e ao mes-

continua na página ao lado

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 14

"E agora, nesta Reunião que se realiza em São Paulo, os participantes não são apenas nós, os sócios da SBPC, mas todo o povo brasileiro representado pelos seus intelectuais, cientistas, artistas de teatro, escritores sonhadores de um país melhor, liberado da opressão e do obscurantismo".
(Prof. Maurício Rocha e Silva, discurso de abertura da 29ª Reunião Anual da SBPC).



Luiz C. Bresser Pereira é professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

O desencanto se transforma em oposição

Desde a Segunda Guerra que o fascismo é visto com maus olhos, mas os instrumentos da repressão, civis e militares, foram organizados dentre modelos direitistas

Edgard Carone (*)

Depoimento recolhido por Eurico Andrade

POs entraves colocados pelo governo à realização do congresso da SBPC poderão tornar os cientistas mais conscientes e politizados? Em que medida essa atitude estimularia uma independência maior da ciência e dos cientistas em relação ao governo?

Edgard Carone: Entrave e consciência são dois pontos que não se interligam automaticamente. Os cientistas podem reclamar a falta de verbas, medidas como a proibição da realização do S.B.P.C., mas estes atos não os levam automaticamente a superar os entraves de sua consciência profissional. Por alguns depoimentos prestados aos jornais, vê-se claramente que muitos cientistas - não todos - limitaram-se a protestar contra a falta do seu Congresso do SBPC e não estenderam sua crítica à essência do ato governamental, que é a proibição de um Congresso, onde opinião e manifestação - comunicações de ciência pura e ciências sociais - possam ser ditas livremente.

Há diferença entre consciência profissional, específica, e consciência social, voltada para as regras da sociedade. Esta última é fundamental, porque dá a todos o sentido e o significado da ação do homem na sociedade. O essencial é que ambas se completam e não se excluem, como pretendem muitos. A partir da visão geral é que o cientista pode visualizar o limite do seu ser profissional e a

O resultado é o contínuo e permanente archo interno, econômico e político

utilização feita dos seus conhecimentos, o último, resultado da sua capacidade individual, mas cujo fruto não lhe pertence. O exemplo clássico é do pai da bomba atômica americana, Oppenheimer, que após a deflagração de Hiroshima e Nagasaki, renegeu o que fizera, mas nada mais adiantava, pois, a bomba era uma realidade e fugia-lhe das mãos.

P - Haveria alguma razão mais ampla forçando o governo a se afastar dos cientistas?

EC: O atual governo tem uma política mais voltada à dependência externa e menos a um desenvolvimento interno. Um e outro incentivo à produção e à técnica nacional não infirmam o que foi dito. As cassações de cientistas - do Instituto Osvaldo Cruz aos físicos, dos sociólogos aos historiadores - a falta de verbas e de planejamento mostram a tônica governamental.

O problema é que a estrutura de poder existente no Brasil após 64, para se manter, precisa de auxílio estrangeiro e do apoio das forças armadas e das classes produtoras em geral. A ciência em geral - pesquisa e conteúdo - aparece-lhes com sentido abstrato, não ligado diretamente aos seus interesses momentâneos. Daí a falta de estímulo em geral a elas. O que não se dá, no entanto, quanto à questão atômica, arma política e de pressão, interna e externa, mesmo que se faça através de dependência alemã ou de outro qualquer país. Para o armamento e prestígio nada pode faltar, pois, a auto-

promoção e a pressão coercitiva são os valores deste governo.

Estes fatos levam o governo a não encarar com simpatia nenhum ato que não lhe é grato, mais ainda porque os cientistas em geral passaram ao desencanto de uma realidade que não se esconde mais atrás de promessas vãs, feitas e repetidas em todo o passado.

P - Há alguma ligação entre a ofensiva desencadeada contra a SBPC e as últimas medidas adotadas contra o Congresso, como cassação de mandatos e denúncias de "subversão" contra parlamentares?

EC: Dívidas e compromissos externos sufocam o Brasil mas não significam mudança de consciência crítica governamental. O resultado é o contínuo e permanente archo interno, econômico e político. A insolvência brasileira é a insolvência do regime, que não sabe e não pode tomar rumos diferentes.

A crise do sistema não é só resultado da crise mundial - pois, foi a prosperidade mundial que deu alento ao "milagre brasileiro", e não este à economia capitalista. A inevitabilidade do caos leva a um aumento da repressão em todos sentidos. O fundamental, porém, é a dicotomia que se dá entre decipitude do regime e as fórmulas repressivas adotadas.

Desde a segunda Guerra Mundial que o fascismo é visto com maus olhos, mas, os instrumentos de repressão, civis e militares foram organizados dentre os modelos direitistas. Justificando-os existem os argumentos surrados e arcaicos, da "subversão" e da "corrupção". 64 foi feito para salvar o Brasil destes males, porém, os males ainda revivem, mas, é contra a esfera governamental, os elementos escolhidos pelo regime, que espoucam as acusações de corrupção, sem aspas. No entanto, o governo nada faz para punir os responsáveis, ao contrário, se o fizer, publicamente denuncia a sua incapacidade e conivência. É melhor esquecer.

O contrato governamental só pode ser feito na base do tema "subversão". Os esquerdistas estão presos e processados, a que então acusar? Não falamos de um José Bonifácio qualquer, pois, nas cortes medievais havia sempre um bôbo-do-rei: só que este anunciava, com ar de mote coisas sérias;

O desenvolvimento brasileiro levou forçosamente o governo a um fechamento político e policial, que comprovou a falácia das promessas iniciais

mas, facilmente, poderia ser acusado de proferir qualquer non-sense. O que nos interessa é a ação do governo determinando as formas agressivas ou veladas de ataques aos que os criticam: assim, Igreja, CEBRAP, estudantes, empresários, SBPC, governos estrangeiros e quejandas são e podem ser denunciadas facilmente como "subversivas" e entregues à "sanha do comunismo internacional". Neste caso, podem-se perguntar: quem está ao lado do governo? No momento atual, 1977, a resposta é a seguinte: José Bonifácio e um seletivo grupo de deputados, senadores, militares, não mais.

P - Que importância teria um alinhamento maior da SBPC com os estudantes?

EC: Estudantes e governo, intelectuais e governo. Alguma coisa os alista ou representam interesses convergentes politicamente?

mo, é essencial. É da aliança dos intelectuais, incluídos entre eles os artistas e os estudantes, com os trabalhadores que é possível imaginar, no futuro, uma sociedade socialista. Eu acredito, obviamente, que os intelectuais estejam condicionados pela classe a que pertencem, mas eu também não acredito que esse condicionamento seja total; o que assistimos no mundo de hoje é uma crescente autonomização dos intelectuais em relação às suas condições materiais de existência. Sem essa autonomização, qualquer transformação social profunda será muito difícil.

P - O Prof. Carlos Estevam Martins em seu livro "Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil" diz que existe no Brasil uma camada de altos funcionários do capital estatal que têm interesses independentes do capital estrangeiro e dos setores agro-exportadores e estariam interessados na emancipação nacional. A tentativa de emancipação da SBPC, nesse quadro, seria indesejável? Os cientistas se organizarem independentemente seria um enfraquecimento do projeto dos funcionários do "capital estatal"?

BP: É inegável que entre a tecnoburocracia estatal existem tecnoburocratas nacionalistas. Mas devemos tomar muito cuidado com isso. Não creio que o problema fundamental no Brasil hoje seja dividir as pessoas em nacionalistas e não-nacionalistas. O que é importante hoje é sim, dividir as pessoas em democratas e anti-democratas. A



Desde cedo há divórcio da intelectualidade e dos estudantes com o governo. As várias tentativas governamentais fracassaram, devido à sua falta de sensibilidade em relação a problemas específicos destas classes, ao emprego da força, pela injustiça cometida, e por outras medidas discriminatórias.

Num regime onde faltam verdadeiros canais competentes - partidos livres, sindicatos livres, liberdade de imprensa - o inconformismo se traduz anarquicamente. Nesta situação, os estudantes e os intelectuais reagem mais prontamente a este mal-estar. Não que sejam mais capazes, mas por captarem melhor uma inquietude, já que seu mundo, sua preocupação, é o comportamento ou os comportamentos da sociedade em que vivem. Por sua vez, não estando ligados a nenhuma instituição ou forma de atividade rígida - como o industrial à sua Associação de Classe, ou o político ao seu partido - sua liberdade crítica é maior e, conforme sua decisão e momento, a manifestação se faz contundente.

Por estas razões, entre outras, é que se pode falar em abismo entre governo, de um lado, e estudantes e intelectuais, do outro. Já que o primeiro é impermeável a influências e não pretende adotar políticas de temporização e de abertura, cabem aos outros analisarem objetivamente a situação e forçarem os canais legais de comunicação, como a SBPC a imprensa e outros órgãos.

P - De uma maneira mais ampla, como o senhor vê o relacionamento dos estudantes, intelectuais e cientistas com o governo?

continua na página seguinte

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 15

"As instituições sócio-políticas vigentes no país não suportam a manifestação dessas liberdades, como demonstram as transgressões sistemáticas, por parte das autoridades, dos direitos mais elementares, atingindo recentemente estudantes, operários e aqueles que com ele se solidarizam" (Manifesto assinado por 600 professores universitários paulistas, em maio desse ano).

(*) O historiador Edgard Carone, 53 anos, é autor de História da República, professor da Universidade de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas e da Faculdade de Filosofia de Araraquara (SP). Sua obra já chegou ao Estado Novo. Hoje, ele estuda a redemocratização em 1945.

continuação da página ao lado

mo tempo politicamente fraco, um Estado que responsabiliza-se por setores amplos da produção nacional e certamente do desenvolvimento tecnológico nacional e ao mesmo tempo é um Estado controlado pela sociedade civil, controlado pelos setores fora do Estado: trabalhadores, estudantes, intelectuais, pequenos e médios empresários, então nós podemos imaginar uma sociedade em que o trabalho do cientista é garantido e ao mesmo tempo a sua autonomia.

P - Que margem de trabalho independente existiria, caso a análise acima seja verdadeira?

BP: O Estado totalitário é aquele em que não há distinção nenhuma entre governo, Estado e sociedade civil, tudo é o Estado. Um governo democrático é aquele em que nós podemos separar com clareza o Estado, o governo e a sociedade civil. Dentro de uma sociedade democrática, por mais forte que seja economicamente o Estado, se estiverem bem distintos os três níveis a que estamos nos referindo, será possível haver uma ampla independência para o trabalho científico.

P - Seria possível, ao contrário, que os intelectuais se "descolassem" de interesses das classes dominantes e se posicionassem ao lado de outras classes? Como se daria isso?

BP: O papel dos intelectuais no processo de transformação da sociedade, não só em direção à democracia, mas também em direção ao socialis-

O cientista, uma consciência liberal

O desenvolvimento de uma tecnologia própria, de uma ciência própria, significa também o desenvolvimento crítico das pessoas. Talvez isso não interesse ao governo

Beatriz Alvarenga (*)

Depoimento recolhido por Murilo Albernaz, em Belo Horizonte

P - Os entraves que surgiram na realização da SBPC poderão contribuir para uma maior politização ou independência dos cientistas? Em que medida a crise contribui para aumentar a consciência crítica do cientista no que se refere a suas relações com o governo e a independência da ciência e dos cientistas?

Beatriz Alvarenga - Eu acredito que os entraves vão tornar os cientistas mais politizados e independentes. Eu acho que a reunião é que seria a melhor forma de desenvolver esse espírito nos cientistas. Mas de qualquer jeito, parece que houve uma reação e a consciência crítica dos cientistas se faz presente.

P - Haveria alguma questão mais ampla forçando o governo a se afastar dos homens da ciência?

BA - Eu acho que a razão é essa que nós estamos encontrando aí, vendo a todo o momento, com essas cassações, com todas as dificuldades que o governo tem posto a um desenvolvimento de uma consciência crítica de qualquer pessoa, desde estudante, até os professores, os cientistas de uma maneira geral.

P - Como se poderia comparar a intenção do governo de impor reformas políticas sem consultar aos políticos em geral e ao povo, e essas medidas governamentais no campo científico também sem consulta aos cientistas, como o acordo nuclear, por exemplo?

BA - Acho que tudo é mais ou menos a mesma coisa, é um processo no qual não há nenhuma participação, a não ser do governo, determinado, afinal de contas por um regime autoritário.

P - Com a dívida externa tão grande, pagando aproximadamente 3,4 bilhões de dólares por tecnologia importada, não seria justamente essa, a hora de fortalecer a produção nacional de tecnologia e ciência? Por que acontece o contrário, com o desestímulo à realização da reunião da SBPC?

BA - Acredito que o desenvolvimento de uma tecnologia própria, de uma ciência própria, signifique, uma demonstração de desenvolvimento crítico das pessoas, e isso favorece inclusive um elevamento da conscientização do povo. Talvez isso não interesse ao governo.

P - Há inúmeras sugestões das pessoas que a SBPC deve dar para aumentar a sua autonomia. Seria interessante analisar formas concretas dessa luta por autonomia. Porque se tornar autônoma, quais os objetivos imediatos, quais os limites dessa autonomia?

BA - Acho que uma sociedade científica deve ser autônoma, mas autônoma ao manifestar seu pensamento, porém em relação à verbas, deve haver um interesse do governo em manter esse tipo de ajuda e aceitar a autonomia, porque os objetivos são o desenvolvimento do país, o desenvolvimento de uma tecnologia própria, de uma ciência própria e isso tudo deve interessar ao país, o que não pode ser feito sem as verbas do governo. Agora, acho que essa dependência em relação a verbas, não deveria implicar em uma perda de autonomia.

P - Pode-se dizer que a ofensiva que se desencadeia contra a SBPC acusando-a de veicular demagogia e subversão e contra o CEBRAP, tem alguma semelhança com a ofensiva desencadeada no congresso quando vários parlamentares são acusados também?

BA - Acho que sim. Qualquer coisa que vá contra as determinações das forças que dominam o país, são rotuladas de subversivas. Acho que é mais ou menos o mesmo. É a mesma linha que está sendo desenvolvida tanto contra a SBPC, contra o CEBRAP, contra todas essas instituições que congregam pessoas que tem mais independência de pensamento.

P - Para se tornar independente, a SBPC precisa-

ria se ligar mais fortemente a outros setores de modo a depender menos do governo. Como se deveria encarar então uma aceitação de ajuda por parte de, digamos, pequenos e médios empresários, que estariam interessados em uma tecnologia nacional mais barata, adequada à situação nacional. Que problemas traria essa vinculação?

BA - Eu não sou muito favorável a essa independência do governo. Acho que deve haver essa dependência. É preferível essa dependência. Não com o governo atual, mas eu acho que as verbas para uma sociedade científica dessas, na minha opinião, deveriam depender mais do governo do que de empresas particulares. Nos EUA, por exemplo, eu acho que elas devem estar mais ligadas à verbas de empresas particulares, e eu acho que isso traz uma dependência que é mais danosa. No caso nosso, eu acho que essa dependência do governo, também não é uma dependência muito agradável. Se fosse um governo democrático, um governo que realmente tivesse intenções de deixar se desenvolver uma ciência nacional, uma tecnologia própria, essa dependência seria melhor do que com as empresas.

P - Com as empresas seria o mesmo tipo de relacionamento?

BA - Eu acho que nesse caso poderia haver mais dependência, mais domínio, eles poderiam querer, digamos assim, dirigir as pesquisas, as empresas poderiam ter o interesse de dirigir numa determinada linha as pesquisas, em quanto que em relação ao governo, isso poderia se dar no sentido dos interesses nacionais, as pesquisas seriam orientadas em função desses interesses e não de interesses particulares. Portanto o capital de empresas seria mais perigoso principalmente na situação em que nós estamos atualmente.

P - Muitos intelectuais tem discutido, muito abstratamente, o relacionamento entre o estado e os intelectuais. Essa crise sendo uma manifestação concreta de interesses divergentes dá uma oportunidade de discutir concretamente este relacionamento. Quais seriam os interesses do Estado e de outros patronos como por exemplo o empresariado em oposição aos dos intelectuais?

BA - No estado atual, o objetivo maior do governo é tornar as pessoas passivas, aceitar todas as ações repressivas que o Estado pratica. Os intelectuais, que são geralmente liberais, estão em uma situação inteiramente oposta. E aqui, no caso, em relação ao empresariado, geralmente o interesse deles é o mesmo do atual governo. Tem mais ou menos a mesma linha em relação aos operários, em relação às classes que dominam. E o intelectual é um ser, ou pelo menos presume-se, que seja um liberal, que gosta de respeitar a pessoa humana, cada um em sua área, mas com liberdade de pensamento.

P - O fato de o trabalho do cientista ser financiado pelo Estado ou grupos econômicos, condiciona necessariamente o produto final de modo que o objetivo final da ciência fica sendo a reprodução ideológica do capitalismo e classes dominantes?

BA - É lógico que no caso de um estado ditatorial ou então numa sociedade capitalista isso pode acontecer, que o produto final fique condicionado. Mas a gente não pode entender ciência dessa maneira. Eu compreendo ciência como sendo uma atividade inteiramente livre. Isso não tem nenhum vínculo, apesar de o cientista ser financiado pelo

(*) Beatriz Alvarenga leciona no Departamento de Física da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente coordena um projeto de reformulação do 2º grau e do Ciclo Básico. É vice-presidente da Sociedade Brasileira de Física. Seu livro texto de ensino básico de Física (2º grau) foi traduzido para o espanhol e será editado brevemente em Portugal.

Estado, o Estado deveria dar liberdade a esse cientista, e não condicionar o produto final. E o cientista, naturalmente, não pode se desvincular do produto que vai produzir. A pesquisa científica deveria ter em vista a melhoria da situação de vida do povo, de um modo geral, não do Estado em particular. Então isso dependeria muito do tipo de cientista que tivésemos formado. O cientista deve ser independente, deve ter uma formação tal que permita-o produzir um produto final independente, apesar de ele ser financiado por outros interesses.

P - Seria possível para os intelectuais que eles se deslocassem dos interesses das classes dominantes e que se posicionassem ao lado de outras classes? Como se daria isso?

BA - Eu acho que isso é uma obrigação dos intelectuais. Isso tudo vai depender da formação, da conscientização, da politização desses intelectuais, naturalmente que os intelectuais que estão sendo formados atualmente no Brasil, que isto está sendo muito difícil de ser conseguido, apenas há algumas exceções que conseguem manter essa independência. Porque eles são condicionados desde a época em que eles estão fazendo suas atividades escolares, então eles vão saindo com o espírito totalmente dominado. A gente tem que procurar fazer uma oposição a isso, eu acho que é muito importante a formação dos professores. É importante demais.

P - Se permitirem que o cientista realize seu trabalho na Universidade, com certo grau de liberdade, mas impedir que os cientistas se organizem politicamente, se colocando ao lado de outros setores de oposição. O que significa essa dupla política?

BA - Essa política é a de fazer com que o produto seja determinado pelos interesses do Estado, porque essa liberdade, como está falando aí é ilusória. Se o pessoal não for conscientizado, se eles não tiverem uma visão mais ampla, não discutem com os colegas, é impossível ao cientista fazer ciência independente de uma visão social daquela ciência, da utilidade daquela ciência. Não há possibilidade de se desvincular ciência de política. Não há possibilidade. Toda a Ciência tem sempre um vínculo político, o cientista não pode ficar resguardado dentro de seu gabinete, de seu laboratório, é alienação total. É impossível fazer uma ciência alienada.

P - Como encarar a tentativa da SBPC se tornar mais independente e das medidas concretas nesse sentido. Como a doação de um dia de salário dos professores para a SBPC, a doação de empresas particulares, etc. Quais as chances que teria uma SBPC mais independente e autante? Quais seriam os limites dessa autonomia? Que chances teria a SBPC de se tornar um sindicato?

BA - Eu acho que um sindicato ela nunca se tornaria porque primeiro o próprio governo iria impedir isto, depois que não seria o objetivo da SBPC. Ela não tem esse objetivo de ser um sindicato. Acho que os objetivos são bem diferentes. Mas eu acho que estas propostas atuais são propostas de emergência. Elas estão visando a manutenção da reunião deste ano, e eu acho isso muito válido. Mas futuramente deve se lutar para que o governo continue custeando as Reuniões da SBPC, dando as verbas e permitindo as reuniões livres. Eu acho que a luta deve ser levada para este lado. Isso naturalmente como medida de emergência eu acho que é válida. Porque parece que foi uma coisa em cima da hora e não houve possibilidade de se tomar uma outra atitude. Na própria reunião deveria se pensar nisso. Exercer uma pressão no governo para que isso fosse permitido.

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 16

"A SBPC deve ser colocada em seus reais caminhos... as últimas reuniões, principalmente a de Brasília, foram bastante disvirtuadas pela participação de leigos e curiosos, carregados de pontos de vista emocionais e ideológicos" (Cecília Maria Westphalen, diretora do setor de Ciências Humanas da UFPR)

continuação da página anterior

EC - Intelectuais e estudantes não são classes sociais sociologicamente falando, mas sim categorias. Falta-lhes unidade de interesse e de trabalho que lhes determine funções e obrigatoriedade de ação conjunta, e lhes dê unidade e coesão como às classes sociais. Daí sua satisfação ser mais difusa e complexa, seu comportamento mais variado.

O Estado e as classes produtoras, de um lado, formulam no seu interesse obrigações que pretendem serem identificadas, em muitos casos, há interesses supremos e únicos. Como o Estado moderno é expressão de grupos sociais mais poderosos e mais fortes, naturalmente a imposição de interesses, conforme à época, e o equilíbrio das forças sociais, pode ser imposta ou pode ser rejeitada.

No Brasil, após 64, vingou a união momentânea dos grupos produtores urbanos - indústria e comércio -, das oligarquias, das multinacionais etc., sob a égide da força militar. Tentou-se criar um modelo de desenvolvimento modernizador, nada original, que foi imposto pela força. O resultado foi a baixa de salários e a diminuição do poder aquisitivo, o crescimento econômico do Estado, a pene-

tração exaustiva de capitais estrangeiros e a consequente desnacionalização brasileira, tudo numa soma anárquica e pretensamente orientada. A única coerência imposta por 64 foi a facilidade concedida aos capitais estrangeiros e a certos ramos do capitalismo interno.

Neste mundo conturbado, mesclado de coerção política e de preconceitos, dificilmente poderia haver unidade de posicionamento intelectual. Forçados ou não, após 1964 muitos cientistas embarcaram em aventuras favoráveis ao governo, entre elas a da bomba atômica, camuflada em energia atômica. Os intelectuais, no entanto, com raras exceções, fugiram ao canto-de-serieira governamental, permanecendo críticos aos acontecimentos. No entanto, o desenvolvimento brasileiro forçosamente levou o governo a um fechamento político e policial, que comprovou a falácia das promessas iniciais. A crise econômica foi o último ponto desta desventura.

P - Em que medida o intelectual e o cientista se afinam com o Estado dominante? Qual o sentido de dependência entre ambos?

EC - Esperar uma resposta única é impossível. O

que comprovam os fatos, de 1964 até hoje, é o seguinte: o apoio que houve, de cientistas e intelectuais ao governo, a partir do golpe de 64, foi maior entre os primeiros do que os segundos. Poderíamos perguntar: até onde o cientista pode manter liberdade de trabalho, se depende de laboratórios e material caríssimo? Mas, se individualmente o cientista está preso a uma estrutura econômica, que é também política - Estado e grandes empresas -, também não se pode negar que eles, não individualmente, mas como conjunto, participantes de uma sociedade, podem e devem identificar o seu trabalho ao conjunto das relações sociais e políticas da sociedade em que vivem, responsabilizando-se, como qualquer indivíduo, pelo resultado social e final do fruto do seu trabalho.

A consciência profissional-social aparece na posição dos cientistas, em 1964 e 1977. O apoio maior inicial se transformou, com o tempo, em desencanto. Desencanto com a repressão policial, com o Acordo Atômico com a Alemanha, com a crise econômica, com a falta de verbas. Assim, os cientistas acabaram se aliando às posições adotadas pela maioria dos intelectuais, que desde cedo denunciavam o sistema.

Uma educação dividida, só para consumo dos incautos

Na medida em que uma entidade científica se torna dependente de um regime que provoca o cerceamento cultural, reprime educadores, artistas, é preferível não receber tais verbas

Maria Nilde Mascellani (*)
Entrevistada por Cecília Magalhães

P - Como a recente crise causada pela restrição de verbas à SBPC vai afetar a comunidade científica?

Maria Nilde: A crise é muito oportuna porque vai provocar uma tomada de posição por parte da comunidade científica. Aliás, a divisão que ela já provocou dentro da SBPC é muito reveladora. Existe hoje um bloco a favor de que a SBPC se torne independente do governo e outra que não vê possível esta independência na medida em que os cientistas dependem das verbas do governo. Só a partir da crise que surgiu quando foram negadas as verbas oficiais é que a população, os estudantes, os professores de ensino médio e, mesmo os professores universitários tiveram conhecimento de que a SBPC dependia de tantos organismos estatais. Evidentemente, que, se ela está numa dependência tão grande do Estado, ele tem um poder quase absoluto sobre ela, controlando o seu trabalho.

P - Esta crise prova que o governo pode prescindir dos cientistas também, como vem prescindindo dos políticos, juristas etc.?

MN: Não é que os cientistas não façam falta ao regime. O Estado como está constituído no nosso país, não tendo nada de democrático, é capaz de manipular a ciência. Ele nunca vai afirmar que ela é desnecessária. Qual é a ciência necessária para ele? É aquela que serve à ideologia do Estado. Então há certos "ramos" científicos que devem servir a uma tecnologia de utilização imediata, que converge para um desenvolvimento econômico, situado dentro da proposta capitalista. A descoberta científica e a técnica e sua aplicabilidade ao ver do governo tem que ser muito próxima, não pode guardar uma distância muito grande. Não existe por parte do governo nenhum interesse em se pesquisar determinados problemas ou assuntos, em que a pesquisa se prolonga mais no tempo e não resulte em dados favoráveis a uma tecnologia que vai servir de imediato ao modelo econômico político.

Eu diria que não faria falta ao governo os verdadeiros cientistas. Pessoas que têm consciência do trabalho que fazem, daquilo que vão produzir e de como poderá ser aproveitada a sua produção. É claro que o cientista não tem controle do resultado científico quanto transformação deste resultado em tecnologia. Mas, em termos de previsão e probabilidade, é claro que sim. A escolha dos próprios temas e assuntos a serem pesquisados já converge para certas áreas de conhecimentos e metas. Existem pesquisas muito mais comprometidas no sentido de investigar problemas mais ligados à situação social, econômica, política de seu país, mesmo no campo que se convencionou chamar de ciências exatas. Quando numa reunião da SBPC se discute o acordo nuclear ou problemas de ecologia, os políticos atuais acham que isso não tem nada de ciência porque tem muito a ver com a política. Qualquer abordagem que saia dos limites e dos parâmetros de uma linguagem tecnológica é sentida pelos governantes como uma extrapolação, como uma tentativa de levar a ciência a ter implicações políticas, quando a ciência necessariamente tem implicações políticas. A ciência é feita por homens pertencentes a uma sociedade, com vistas a oferecer subsídios ao desenvolvimento desta sociedade. Dentro dessa relação é um absurdo dizer que a ciência não tem nada a ver com a política ou que ela não é política. Ela ou serve a uma sociedade, ou serve a um regime ou serve a determinados objetivos que se aproximam de uma ideologia.

No momento em que estou exercendo o 477, estou exercendo minha função de educadora

P - E os cientistas podem prescindir das verbas do Estado?

MN - Eu faria uma distinção. Primeiro, nós cientistas devemos exigir do governo o dinheiro que se destina à educação, ciência, cultura, até dentro da previsão que a Constituição manda. No caso da educação as verbas são furadas porque se dá somente a décima parte do previsto. Em termos de exigência, de reivindicação, de luta por este direito é claro que eu admito que as verbas têm que vir do Estado. O que eu crítico é que no momento presente, diante desta crise, a SBPC deva se posicionar no sentido de se comprometer com o Estado por causa das verbas já recebidas. Na medida em que uma entidade científica se torna dependente de um regime que provoca cerceamento cultural, reprime educadores, artistas é preferível não receber estas verbas.

P - Como ficam então aqueles cientistas que precisam de verbas do governo para fazer suas pesquisas?

MN - Para alguns especialistas que precisam de verbas vultuosas, é preferível que eles dediquem seu tempo ao debate da relação ciência/sociedade, ciência/política, para que a sociedade como um

todo tome consciência deste problema. Em termos alternativos parece que é muito mais importante um geólogo, físico e matemático discutir nos dias atuais a situação política do país, do que passar os 365 dias do ano discutindo uma questão de natureza matemática, física ou química. Não sei se pode parecer uma posição radical, mas, eu penso que, no momento em que eu não posso fazer uma educação como convém, eu acho que discutir a problemática educacional passa a ser um conteúdo de uma educação que pode convir. Se você transportar esta preocupação que os cientistas têm, de obtenção de verbas para determinadas pesquisas para áreas como a ciências Humanas, eu diria que se não se dispõe de verbas para uma educação que convém, então não se faz. Quero dizer que o próprio debate da questão passa a ser definido como o conteúdo educacional. No momento em que eu estou debatendo o cerceamento cultural, ou a aplicação do 477 ou a problemática do movimento estudantil, eu estou atuando pedagogicamente, educacionalmente, exercendo a minha função de educadora. Se eu converso com 200 ou 300 pessoas sobre educação, como elas estão sentindo a educação no país neste momento, isto para mim se constituirá em um material de estudo sobre o que eu posso elaborar. Vai assumir um caráter de pesquisa de um diagnóstico de uma situação, que pode ser oferecido para toda a sociedade e é neste sentido que está o caráter socializador que a ciência deve assumir. Dentro da área pedagógica é que eu me sinto em melhores condições para exemplificar. Mas, na medida em que um físico, vai discutir com vários grupos de pessoas porque ele não pode levar em frente um determinado experimento que é de capital importância para o presente, para o Brasil, para o mundo, ele está fazendo tanta física quanto se ele levasse à frente a pesquisa.

O ministro disse bem na minha frente: se tirasse o conteúdo político, o meu método era bom

P - Como a ciência pode servir às camadas mais amplas da população?

MN - Você admitir que toda a pesquisa científica vai servir automaticamente a todas as camadas da população, inclusive as chamadas camadas populares não é correto. Mas acho que uma pesquisa que pode servir a toda a sociedade, e de modo particularizado a determinadas camadas da sociedade, principalmente as camadas de nível socioeconômico mais baixo, elas precisam necessariamente ser profundas e bem elaboradas. Não existe uma ciência neutra. Ou você faz uma pesquisa que sirva à toda a sociedade ou você faz uma que sirva de um modo mais determinado às camadas mais populares. Assim a pesquisa vai ter uma carga de relações sociais, de relações políticas na medida em que você vai formular hipóteses. Um cientista começa a formular hipóteses a partir de pressupostos e estes pressupostos vêm do universo mental que ele consegue organizar a partir do que ele observa, percebe, das experiências que ele teve.

P - Você acredita que uma empresa capitalista americana possa usar o método Paulo Freire entre os seus funcionários, como foi noticiado pela imprensa? Uma metodologia científica usada na educação pode ser usada por várias ideologias?

MN - Não preciso ler um jornal americano para dizer que uma firma tal ou qual resolveu utilizar o método Paulo Freire por considerá-lo eficiente do ponto de vista técnico. Quando se debata as experiências educacionais em 1969 no Brasil, eu tive oportunidade de me entrevistar com o então ministro da Educação Jarbas Passarinho. Nesta conversa ele me disse que se da Universidade de Brasília do Professor Darci Ribeiro, se das experiências educacionais de Paulo Freire e se dos ginásios vocacionais da professora Maria Nilde - eu estava bem na frente dele - se tirasse o conteúdo político, o método até que era muito bom. E ele como ministro da Educação estava interessado em aproveitá-las.

Entim, há uma busca de um processo de libertação, há buscas de saídas

P - E você acredita nisto?

MN - Absolutamente não. Acho que o que sai daí é uma caricatura muito bem feita que engana apenas os indivíduos incautos e ingênuos. Em se tratando de pedagogia você tem que colocar como conteúdo da educação aquilo que é a realidade de

vivência das pessoas. Se a universidade de Brasília, se o movimento de educação de base de Paulo Freire e os colégios vocacionais, ou outras experiências, se elas tomam em conta a realidade social não dá pra isolar o método do conteúdo político.

P - Existe hoje no Brasil a possibilidade dos cientistas trabalharem independentemente do governo?

MN - Os momentos históricos são diferentes. Antes de 64 a situação socio-política era diferente do que a atual e eu pude fazer uma experiência pedagógica que sobrevive alguns anos após 64, a duração de valorização da ciência, de incentivo à ciência, é claro que as verbas para a pesquisa científica e para o trabalho educacional sempre foram muito pequenas e nós naquela época tínhamos que recorrer a colaborações as mais diversas, desde pais de alunos até entidades simpatizantes. A imprensa nos ajudava muito colocando a questão de verbas, em debate por exemplo. Depois que eu fui afastado do Estado, os trabalhos que eu consegui realizar foram trabalhos que eu colocaria assim num nível básico de disponibilidade muito grande das pessoas que comigo colaboraram. Neste sentido eu tenho me beneficiado de auxílios e colaborações de entidades que não são governamentais, que não tem ligação com o governo, mas são entidades promocionais que têm interesse em patrocinar trabalhos científicos, trabalhos culturais quer nacionais como estrangeiros. Isso em termos de financiamento, embora o nosso escritório não viva de financiamento para manter a sua estrutura ou infra-estrutura ou mão-de-obra que exigem um esforço de recursos de pesquisa um pouco mais elaboradas. Agora pelo fato de eu estar ligada também a universidade católica numa função docente, isto me permite atrair muitos estudantes das áreas de ciências humanas para esse tipo de trabalho. Eu tenho um certo receio de explorar a mão-de-obra universitária quando isto vai servir a terceiros. Mas quando este lucro é a favor da própria ciência, da própria cultura, eu acho que de comum acordo aluno e professor podem se entender. A gente vai capengando mas eu não poderia depender da verba do governo, no trabalho. Algum auxílio eu recebo de entidades que eu considero assim mais respeitáveis que não vão pedir chumbo trocado.

P - Existe uma identificação entre 69 quando o governo reprimiu muitas experiências progressistas e hoje, com a tentativa de proibição da SBPC?

MN - Há uma certa aproximação que alguns querem fazer. Se poderia dizer que se elas se repetem de maneira diferente. 68 foi um ano de ascensão, e 69 um ano de profunda repressão e daí ela foi se fortalecendo. O que se pode constatar é um avanço no comportamento das pessoas e dos grupos. Alguns extratos dessa população representados por certas categorias ocupacionais, estudantes, profissionais etc, estão fartas de cerceamento, estão fartas de repressão. Enfim, há uma busca de um processo de libertação, há buscas de saídas.



(*) Maria Nilde foi a responsável pela experiência dos colégios vocacionais no Estado de São Paulo, fechados em 1969 pelo governo. Atualmente é professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e dirige um escritório que faz trabalhos na área de planejamento educacional e orientação vocacional.

Depoimentos

CIÊNCIA E PODER / 17

... "Sem o debate, sem o restabelecimento das liberdades fundamentais, as decisões continuarão no âmbito de poucos, com a consequente marginalização da grande maioria da população brasileira..."

No próprio fato de a reunião da SBPC se realizar destaca que a campanha que acaba de mobilizar setores tão amplos demonstrou, mais uma vez que não podemos nos limitar a esperar a concessão de nossos direitos e liberdades. Devemos conquistá-los, como a SBPC conquistou nessa campanha o direito de promover sua reunião" (Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas profissionais do Estado de São Paulo)

A industrialização esquizofrênica

Para a SBPC, em primeiro lugar, seria importante chamar a atenção para a profundidade do problema da dependência; em segundo, começar a construir uma política de industrialização mais ligada às grandes necessidades do povo brasileiro.

Erminia Maricato (*)

Entrevista por Maria Stela Ferreira

P - A crise de relacionamento do Estado com os cientistas, no geral, e no caso concreto das restrições do Congresso da SBPC, vão se modificar daqui para frente?

Erminia Maricato - O que tem se falado muito ultimamente nesse debate, é de que a sociedade civil está oprimida pelo Estado. Que na verdade o Estado está ocupando um espaço excessivo, no sentido de não permitir organização independente na sociedade civil. Eu concordo com isso, concordo que a sociedade civil tem que procurar seus canais independentes de participação para se organizar, para debater, para fazer pressão, etc., mas quando se trata de cientistas, eu não vejo como você possa ter uma autonomia plena; p. ex.: tome o caso da pesquisa tecnológica ou mesmo da pesquisa científica - autonomia com relação ao Estado seria o que? É exatamente o que a gente não quer. Então, é impossível entender um desenvolvimento científico e tecnológico sabendo do que ele significa em termos de investimento (investimento e máquinas e laboratórios, investimento e formação de pessoal) impossível pensar uma independência em certas áreas.

A SBPC, como entidade civil que congrega os cientistas, deveria buscar autonomia em relação ao Estado. Agora, na relação cientista-Estado, eu acho que não se deve abandonar um caminho de pressão, no sentido do Estado realmente financiar o desenvolvimento científico e tecnológico e que ele se dê sem prejuízo da autonomia da pesquisa. Isso acontece: na verdade a maior parte dos cientistas e intelectuais sobrevive às costas do Estado. Eu vejo que existe um espaço para os cientistas terem um certo tipo de produção crítica. Isso quando o cientista não está muito ligado aos setores produtivos. No instante em que a área do conhecimento se liga diretamente aos setores produtivos, aí você vê que existe um direcionamento muito maior do Estado, não existe verba para pesquisa tecnológica nacional. Essa área é muito mais estreita do que a área dos intelectuais que especulam por exemplo a sociedade, as relações sociais, a cultura, etc.

P - Você acha, por exemplo, que dentro da Universidade, a grande produção científica seria uma área de especulação?

EM - Isso tem dúvida. Porque, no Brasil, você vê a massacrante importação de tecnologia que se fez a partir de 1950 (toda a história é acompanhada de importação de tecnologia) ela não foi aproveitada no sentido de pegar esse know-how, se apropriar dele e incorporá-lo a outras áreas. Não interessou ao Estado e não houve oportunidades para que cientistas e tecnólogos desenvolvessem um jeito de chupar essa tecnologia. Como país subdesenvolvido, a gente pega determinados processos de transformação de matéria e tenta aproveitar, incorporar a outros setores esse conhecimento. E isso não existe. Efetivamente, nós temos uma produção ideológica, críticas significativas, grande parte dela comprometida com o processo de transformação social. Não vou dizer toda, porque uma boa parte é um academicismo que se fecha em si, começa e acaba no universo acadêmico; pode ser crítica, mas não tem reflexos fora do mundo acadêmico.

Agora, uma parte dessa produção crítica chega a ter certos reflexos, que se reproduziu junto a outras camadas da sociedade, chegando mesmo a ser amplamente divulgada. Por exemplo críticas sobre

o papel do Estado com relação a habitação, o caráter empresarial e elitista da política habitacional foram temas muito divulgados; todas as denúncias com relação à mortalidade infantil, nos centros urbanos, o problema da aculturação dos índios, da política energética do governo, o modelo político e econômico brasileiro, a concentração da renda são assuntos que ganharam bastante divulgação junto a amplos setores sociais em alguns instantes.

O que eu quero dizer é que essa produção é crítica nas áreas em que ela é ideológica mas nas áreas em que ela se compromete com os setores produtivos, aí ela inexistente. Aí realmente o quadro universitário vai ser de uma adaptação de tecnologia, um entendimento de processos e de administração do que vem de fora. Nesse espaço, onde se dá efetivamente a realização do capital, bens (onde se define sua distribuição) a produção científica e tecnológica inexistente no Brasil.

É nesse sentido que nós estamos preocupados em colocar o tema do desenho industrial.

Para mostrar que a gente vive em ambiente totalmente rodeado de uma cultura que vem de cima para baixo. Pode-se dizer que em algumas áreas ele (o ambiente) é totalmente esquizofrênico, ele combina produtos de tecnologia avançada, produtos que tem um alto nível de sofisticação de acabamento, mesmo de design, que é o caso de alguns televisores com uma casa que é produto da auto-construção, quer dizer, o sujeito é que fez a casa com as mãos, no fim de semana; a casa não tem nem água corrente, mas tem uma série desses bens modernos.

A esquizofrenia cultural: vemos casas construídas pelos próprios moradores, que não têm nem água corrente, terem produtos sofisticados, como a televisão, por exemplo

Então me parece que, ao lado de necessidades gritantes da maioria da população, que não são atendidas, você tem uma massificante dominação cultural e ideológica que vem de fora e que é absorvida inclusive para essa população, pelas classes trabalhadoras, através do televisor, através do contato com vizinhos, através das relações comunitárias, etc.

Esse problema é muito mais profundo do que parece: não é que você faça uma leitura ideológica e perceba, pelos símbolos, que culturalmente nós somos dominados. O problema é que quando você pega um objeto e vê como ele é produzido, você vai perceber que a máquina que produz o objeto veio de fora; a máquina que produz o objeto vindo de fora exige que a matéria prima com a qual ela vai trabalhar seja uma matéria prima "X", que frequentemente também tem que ser importada ou então ela passa a ser produzida no país repetindo a tecnologia com que ela é produzida fora. Vou citar o caso da petroquímica, plásticos, etc. Então a máquina é importada para trabalhar com uma matéria prima importada, que somente depois vai ser produzida no país.

Nós vamos desenvolver uma matéria prima que é produzida fora porque as máquinas estão adaptadas àquela matéria prima e evidentemente se a máquina implica em uma tecnologia, que por sua vez implica em determinada matéria prima, o desenvolvimento já está comprometido. Claro, o desenho está comprometido com o processo tecnológico. Os processos tecnológicos, comprometem profundamente o desenho do produto. E aí, e a partir daí, que nós chegamos ao cultural.

Agora, o que é mais grave aí é que esse tipo de industrialização a gente sabe que vai determinar os padrões de consumo. Então, não é a tóia que o trabalhador está consumindo bens modernos. É porque isso foi determinado pelo modelo de industrialização. Agora, o que você faz diante de uma tal penetração em termos tecnológicos, em termos de cultura?

P - Como você vê o papel da SBPC nesse processo?

EM - Eu penso que a SBPC se torna incômoda no momento em que ela mostra como é profunda essa dependência. Porque ela não é uma dependência de aspectos culturais ou políticos, no seu sentido mais restrito. Ela é uma dependência que liga à produção de tudo que fazemos e nós não podemos de uma hora para outra mudar essa produção tecnológica - tudo que se produz no país, quase tudo (você tira certas áreas mais atrasadas) é comprometido.

P - Você acha que esse é o ponto fundamental, o móvel dessa atitude do governo de tentar proibir a SBPC? Ou seria a relação com a política interna do país?

EM - Eu acho que o que pesa mais realmente é a agitação e a mobilização que ela promove no momento, discutir problemas políticos, (no stricto sensu) dentro da conjuntura atual. Isso aí é realmente o que mais é temido.

P - Você acha que isso é coisa inerente à SBPC, enquanto sociedade, ou ela teria outro tipo de papel?

EM - Eu acabei de te dizer de como a discussão do problema da tecnologia acaba sendo incômoda, quando se mostra o nível de dependência; e essa dependência, não podemos nos livrar dela apoiando simplesmente a burguesia nacional. Ela é um setor de contestação não por essa agitação política que tem uma repercussão mais imediata. Essa agitação se ligou à SBPC porque os trabalhos científicos e intelectuais em geral, ganharam "status" bastante críticos como é o caso da política energética brasileira, como é o caso da política de distribuição de renda. Quer dizer, são opiniões que não são opiniões meramente agitatórias, que você não pode classificar como subversivos, como superficiais, puramente agitativos. Não é, são cientistas que fundamentam o que estão colocando e que vai ter um reflexo mais intenso devido a conjuntura. A reunião da SBPC se tornou movimentada politicamente por causa do instante que estamos vivendo.

P - Você falou que uma ligação da SBPC com os setores da burguesia que estivessem interessados na tecnologia nacional não seria suficiente para acabar a dependência. Essa dependência é tão grande, tão profunda, que não se tem mais como lutar contra ela dentro do trabalho científico. Que tipo de poder a SBPC teria nessa questão da dependência, ao longo de seu trabalho que não é só na Reunião Anual?

EM - Por exemplo, eu digo que o fortalecimento da burguesia nacional não resolve não só porque a burguesia nacional, quando lhe interessa, se liga ao capital estrangeiro, mas porque o problema real está na estrutura da produção industrial. Da seguinte forma: o que se produz no país - nos setores mais dinâmicos inclusive - não está ligado às maiores necessidades, às grandes, às urgentes, necessidades da população brasileira. Então, você acabar com a dependência, significa acabar com a indústria que está colocada no centro. Significa você - através da participação da população, através de amplas discussões - ver o que é prioritário em termos de produção industrial para o país. E essa indústria é a que deve ser incentivada. Não sei se é exatamente isso que a burguesia nacional estaria interessada. Me parece que você tem um padrão de consumo atualmente que é ditado pela estrutura industrial que temos. Quer dizer, é porque as multinacionais assim o desejam que a população trabalhadora está comendo menos e comprando mais eletro domésticos. Não é que a ideologia pequeno-burguesa tenha alcançado a população trabalhadora. Expulsar as multinacionais, significa o que? (se isso fosse possível, claro que isso é um sonho). Aliás, não expulsar, mas se tornar independente, significa o que? Significa independência com relação a esses padrões de consumo. Significa buscar não o que a burguesia nacional quer, mas o que a população brasileira precisa. Então acho que isso significa uma transformação profunda na indústria brasileira. Porque ninguém disse que, enquanto a indústria era mais nacional ela se voltava mais para satisfazer as necessidades do povo. No começo do século por exemplo, quando a indústria nacional fabricava para a população local e a classe dominante comprava tudo importado, então, nós ainda poderíamos dizer que a indústria nacional se voltava para os interesses da maioria. Mas atualmente a indústria se volta para os interesses da maioria, eu não sei o que significa; que tipo de transformação e escala de transformação seria necessária fazer. Uma transformação de tal vulto não pode ser entendida pela burguesia nacional apenas.

Importamos uma máquina que exige, naturalmente, uma matéria prima também importada, ou então esta matéria prima vai ser produzida aqui segundo processos determinados lá fora. Então, todo processo está comprometido

P - E a SBPC?

EM - Eu penso que o primeiro ponto seria chamar atenção para a escala do problema de dependência. Em primeiro lugar o fato de que culturalmente, ideologicamente, o ambiente físico e cultural é comprometido; assim como existe um produto para o consumidor, o consumidor é mais ou menos moldado pelos produtos que existem, também. Então nós podemos dizer que o consumidor é moldado em parte pelo ambiente. É nesse sentido que os aspectos ideológicos de dominação são fundamentais. Do ponto de vista econômico e político nem se fala. Então em primeiro lugar seria a divulgação da profundidade da questão e da natureza da dependência tecnológica. Sair um pouco do discurso político restrito para pegar um pouco mais a globalidade. Em segundo lugar seria interessante começar a construir, desenvolver uma consciência do que seria uma política de industrialização ligada às grandes necessidades do povo brasileiro. Realmente começar esboçar um projeto, por

continua na página ao lado

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 18

"A SBPC ainda não mostrou nenhuma invenção, nenhuma tecnologia nem deu qualquer colaboração concreta nesses anos de existência"

(Eurico Resende - senador da Arena)



(*) Erminia Maricato é professora de Desenho Industrial da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Sua tese de mestrado é sobre a "Proletarização do espaço sob a grande indústria".

O que une os cientistas no Brasil

A SBPC tem uma linha tênue que liga todos os sócios, das mais variadas tendências: a defesa da ciência. Se essa linha fôr rompida, não haverá nenhuma instituição que a substitua.

Francisco Weffort (*)

Entrevistado por Gilberto Galvão

P - Os entraves que o governo colocou à realização da SBPC poderão tornar os cientistas mais politizados e independentes? Em que medida a crise contribuiu para aumentar a consciência crítica do cientista no que se refere às suas relações com o governo e a independência da ciência e dos cientistas?

Francisco Weffort - Eu acho que a questão da SBPC não é a SBPC. São os estudantes. Na medida em que os estudantes participaram da SBPC de Brasília e havia e ainda há uma expectativa que eles participem da SBPC agora em São Paulo. A preocupação do Governo com os estudantes vem por que a crise política, está provocando acontecimentos a cada semana. O regime está cansando. O ideal para um regime como este seria a última etapa do governo Médici que as coisas aconteciam mas sem nenhuma repercussão pública. Tudo era controlado, havia o milagre Brasileiro, mas além disso havia um invisível controle de imprensa e uma série de outras coisas. E também a opinião pública não estava tão mobilizada - Como está agora. Então, se você acompanha o 1º semestre deste ano, eu acho que desde fevereiro e março até aqui, você não tem uma quinzena que não tenha alguma coisa estourando. Então, para o atual regime como o nosso é demais. Eu acho que o objetivo do regime era postergar a SBPC, não era paralisar a SBPC. Era não fazê-la em julho. Era fazer em setembro. Este era o objetivo, que aliás o Oscar Sala comunicou aos sócios da SBPC. Este era o objetivo. A SBPC não concordou com este objetivo, porque estava tudo programado para julho, então a partir daí o governo decidiu retirar o acordo. Eu acho que este é o aspecto decisivo, quer dizer, a questão da participação estudantil.

P - Quer dizer que, basicamente o que existe por aí é a participação dos estudantes e o fato de em um regime como este estar acontecendo fatos políticos demais?

F.W. - Eu acho que é este o ponto. O ponto central para as objeções do governo à SBPC. O outro é que em Brasília participaram alguns funcionários do governo, inclusive o Reis Velloso esteve lá. Os representantes do governo não tiveram muito êxito. Então, digamos, o governo não tem interesse para pagar um congresso deste para ser criticado e sem defesa, quer dizer, os seus representantes não têm capacidade de defendê-lo. Isto. Este é o ponto que eu vejo como central.

P - Está havendo, então, todo um processo de politização da SBPC?

F.W. - Eu diria diferente. Eu diria que o que está havendo é um processo de humanização da SBPC.

P - Você falou em um processo de humanização e não de politização da SBPC?

F.W. - Não, acaba sendo também um processo de politização, mas o que houve foi que a SBPC era uma sociedade que nasceu no campo das ciências naturais com geologistas, especialmente, e de alguns anos para cá, creio que uns 5 anos por aí, começou a se abrir à participação das Ciências Humanas, é por isso que eu digo aí em humanização. São as Ciências Sociais.

P - A partir de 71 por aí?

F.W. - Exato a partir de 70 e 71. Eles poderiam não ter aberto a SBPC mas decidiram abrir porque se deram conta de que essas temas eram importantes para eles também. Então, inicialmente houve uma participação maior de sociólogos, economistas e o público aumentou. E no público aparecem os estu-

dantes. E como a SBPC é uma sociedade muito democrática na sua concepção, tanto pode fazer parte da SBPC um professor universitário ou um pesquisador de universidade quanto um estudante ou qualquer outra pessoa. E acabou, desde que a diretoria admite o sujeito, o sujeito se torna sócio. Muitos estudantes entraram de sócios. Então, digamos, no que a SBPC democratizou-se abriu-se, politizou-se. Também agora, não é uma politização no sentido de que, se você consultar a pauta das comunicações da SBPC você vai ver predominar a política. Não, a maior parte da pauta é de comunicação estritamente científica. então cada fulano comunica no campo da sua especialidade mas a sociedade adquiriu essa personagem política porque abriu seus problemas aos problemas sociais, políticos, e econômicos. Este é que eu acho ser o processo de politização. Neste sentido, eu diria: houve politização. A ciência chegou mais perto da realidade.

Se a SBPC recusasse frente ao governo, adiando o Congresso, ela se dissolveria como sociedade

P - Inclusive, foi a partir desta época que começou a haver uma escalada chegando por exemplo em 1974 a aparecer o Celso Furtado lá. E depois de 74 para cá aconteceu tudo isto. Agora, será que a gente poderia, por ex: ligar o aparecimento do Celso Furtado em 74 assim como uma abertura, distensão no campo científico e cultural e esses entraves agora, como término desta distensão, por exemplo?

F.W. - Veja, poderia significar o término, do lado do governo talvez signifique mas eu não creio que signifique o término do lado dos cientistas. Se você tivesse que contar só com as atenções do governo, sim, significaria o término. A SBPC estaria obrigada ao recuo. Onde ao meu ver ela provavelmente se dissolveria como sociedade. Agora, exatamente porque o pessoal se negou a recuar eu não creio que isto signifique o término. Não pela vontade do governo, pela vontade dos sócios da SBPC, quer dizer, quando os sócios decidem fazer a reunião em SP às suas próprias custas e numa Universidade privada é sinal de que eles não aceitam esse término, isso pelo lado dos sócios. Pelo lado do governo, já não. Agora vejamos, o governo também não tem uma posição muito firme porque a primeira notícia que chegou foi de que o governo negava as verbas. De fato criou dificuldades depois se revelou a notícia de que o CNPQ, que é do governo, tinha liberado parte da verba. Então se entende? O governo não pode ficar totalmente isolado. Ele tem que ter um pé dentro na medida em que ele tem verba dentro ele tem um canal de diálogo.

Sem dúvida, a presença do Celso Furtado na reunião da SBPC de 74 coincide com a "distensão", mas a questão é que a SBPC vem mudando, devagarinho, de antes. Na reunião de Recife, o Celso Furtado foi convidado como também podia não ter sido - Essas coisas ocorrem num plano de muita espontaneidade, do ponto de vista político. Quando alguém vai montar uma mesa sobre Economia, ele convida os nomes que estiverem na cabeça dele. A



(*) Francisco Weffort é membro do Cedec e professor na USP

SBPC aprova ou não. Mas em princípio a SBPC aprova o que o cara propuser, desde que tenha dinheiro para fazer; porque o critério dela é estritamente liberal. O nome do Celso Furtado ocorreu ao coordenador da mesa, ele propôs e foi aceite. Termina significando uma distensão política. Mas de novo eu devo insistir, isso não muda. A distensão de 74, como toda e qualquer distensão ou abertura tem sempre dois significados. Um é o que significa para os que estão lá em cima, outro é o que significa para os que estão lá em baixo. Então lá (a sugestão do nome do Celso Furtado) foi uma coisa parecida. Poderia ter sido outra, mas foi o que foi. Como agora, que o governo visivelmente não queria a SBPC. Mas, também nem sabemos como a SBPC vai sair. No que depender da vontade, da capacidade de ação dos cientistas, vai sair. A assembléia da USP foi importante porque o pessoal tomou a iniciativa. Assembléia bastante numerosa, no mínimo 500 pessoas, o pessoal estava firmemente decidido a fazer a reunião.

P - Poderia se dizer que a ausência de Severo Gomes - um propagandista da "independência nacional" e das "soluções nacionais" no governo teria contribuído para que o governo tomasse iniciativa de restringir a SBPC?

F.W. - Provavelmente a saída do Severo Gomes contribuiu para os entraves à reunião da SBPC. Não sei pessoalmente, se ele seria um dos caras que decidiriam num assunto desses, mas o que eu diria é

continua na página seguinte

continuação da página ao lado

exemplo que poderia tornar o trabalho dos arquitetos e desenhistas industriais de modo geral menos alienados com relação à realidade brasileira. É sabido que o desenho industrial é utilizado quase que só no desenho de produtos superfúos. Embeleza o objeto, mexe no estilo, mexe na maquiagem, e tal, mas realmente o problema da tecnologia não é alcançado aí. Então, me parece que através da SBPC, nós podemos começar a levantar o problema e tentar desenvolver essa consciência. Desenvolver uma certa resistência dos pesquisadores e dos profissionais ligados ao assunto da tecnologia e do desenho, para ver afinal o que seria o desenho no espaço da dependência e da emancipação. Não tenho esperança que nós vamos buscar as raízes lá no nordeste. Como já disse o Pasquim, elas estão no Jardim Botânico. O nosso ambiente agora é essa parafarnália, heterodesenhada, essa parafarnália tecnológica, essa parafarnália de símbolos e signos. Não vai se encontrar um desenho brasileiro buscando as raízes, mas é realmente buscando a participação do povo dentro dessa miscelânea que é nosso ambiente cultural.

P - Porque é que você acha que exatamente nesse momento, o governo resolve alterar suas relações com os cientistas?

EM - Simplesmente o governo está numa posição muito delicada, no país atualmente, pelo quanto a sociedade civil tem começado a se mobilizar. Principalmente, eu acho, através do movimento estudantil. É flagrante que a gente está atravessando um momento de crise política e econômica, então

é evidente que uma mobilização do tipo como a SBPC faz tem condições de incomodar.

P - Como você vê a vinculação dos estudantes com a SBPC e a participação deles na Reunião?

EM - Os estudantes têm uma disponibilidade à participação política que nenhum outro setor da sociedade tem atualmente. Eu penso que é muito importante que o espaço de atividade dos intelectuais e cientistas nessa 29ª reunião da SBPC seja respeitado, principalmente nesse instante em que a reunião ganha tal dimensão política. Os estudantes tem maior espaço para a participação política do que os cientistas e intelectuais que por sua vez têm possibilidades bem maiores de participação do que a classe trabalhadora, por exemplo.

Não é a tã que o trabalhador está consumindo bens modernos, sacrificando a alimentação; é porque isso foi determinado pelo modelo de industrialização

É preciso lembrar que é importante preservar a unidade da SBPC no momento e que o "radicalismo" deslocado poderia promover a visão em relação a alguns setores moderados da SBPC. Não vemos entretanto uma oposição, ou mesmo divisão entre os intelectuais e cientistas e os estudantes, futuros (e atuais) cientistas e intelectuais. Sua participação na SBPC é indispensável sem dúvida nenhuma, principalmente pela maturidade e organização que o Movimento Estudantil alcançou.

P - Você acha que eles devem votar?

EM - Na Assembléia Geral, eu acho que devem.

P - E de uma forma representativa, com todo mundo que estiver lá?

EM - Ai todo mundo que estiver lá, evidente.

P - Uma outra questão, como você vê a possibilidade nesse quadro, do comprometimento do cientista com o sistema, de que maneira ele poderia se posicionar ao lado de outras classes, ao invés de estar servindo inicialmente aos interesses da classe dominante? Há margem para fazer isso?

EM - Dentro do meu trabalho, eu penso que tem. No instante que a gente percebe que o quantum do salário dedicado à alimentação, saúde vestimenta diminui para aumentar o quantum que os trabalhadores gastam com eletrodoméstico, e com transporte e educação, então a gente pode perceber que a irracionalidade não é do ponto de vista da ideologia de uma classe dominante, que sabe quais são os padrões sob os quais os trabalhadores deveriam viver. Não se trata disso. É que no instante em que a saúde está sendo prejudicada, no instante em que a habitação está promovendo a doença, então, nesse caso, eu penso que nós teríamos muito trabalho para fazer. Seria um trabalho engajado, uma luta por um desenho industrial mais voltado para fazer uma população mais saudável. Acho que, principalmente no que se refere à habitação - habitação num sentido bem amplo não é construir a casa, é no sentido bem geral do que seja habitar. Nesse sentido temos imensa contribuição a dar.

Depoimentos

CIÊNCIA E PODER / 19

"É lamentável que temas políticos como anistia e política indigenista por exemplo, venham roubando a importância do material científico de primeira ordem normalmente apresentado nas reuniões" (José Sarney, senador da Arena).

continuação da página anterior

que a saída dele já é sinal de que a distensão está caindo. Nesse sentido eu relaciono a saída do Severo Gomes e as restrições a SBPC: não que ele decidisse algo, diretamente, mas a saída de um cara como ele significa que outros arranjos devem ter se dado lá em cima. O campo para esse tipo de debate se restringiu.

P - Pode-se dizer que a ofensiva que se desencadeia contra a SBPC, acusando de veicular a "demagogia" e "subversão" e contra o CEBRAP tenham alguma semelhança à ofensiva desencadeada no Congresso?

FW - A ofensiva contra o CEBRAP e a contra a SBPC são dois processos diferentes. A acusação ao CEBRAP parte de parlamentares muito secundários. Esse Galil é um deputado de importância muito secundária, não é um homem de primeiro plano no governo. É um radicalismo que o governo em princípio não endossa, as vozes dentro do governo, como o Francelino, o Magalhães Pinto, o Maciel. Pelo menos eles não se comportam da mesma maneira. Então a acusação ao CEBRAP é típica de uma linha dura dentro do sistema. Enquanto que as restrições a SBPC são uma coisa mais grave. Por que não partem de uma linha dura do governo, do sistema; mas partem do governo, do sistema como um bloco. Então, se se quiser analisar se a distensão se esgotou ou não, entre o caso do CEBRAP e o da SBPC, o da SBPC é mais importante, mais significativo. O ataque ao CEBRAP é uma coisa marginal ao sistema; as informações citadas na acusação são as publicadas no jornal *Expresso* há algum tempo atrás, por exemplo. Enquanto que a SBPC foi um entendimento entre o Golbery, o Ney Braga, os que estão no núcleo do negócio; não foi um Galil qualquer. Essa é uma diferença importante. Toda essa série de acusações, a parlamentares, têm um sentido intimidatório, como em toda conjuntura deste tipo. No momento em que o assunto principal é saber quem será o sucessor do presidente, eu acho que atitudes assim têm um efeito de intimidação. O jogo é claro, eles atacam sujeitos que eles pensam que são vulneráveis e isso passa a intimidar todos os outros. Ou busca intimidar. Ai também é interessante observar, pela reação dos deputados, que o efeito tem sido pequeno.

Desde que a SBPC ampliou seu número de sócios ela se democratizou mais, porque todos têm os mesmos direitos. Democratizando-se, a SBPC abriu-se e politizando-se

P - Que papel pode ter a SBPC no desenvolvimento de uma tecnologia menos dependente?

FW - Houve até quem dissesse que a SBPC não tinha feito contribuição nenhuma para a ciência no Brasil; foi um funcionário do governo. A afirmativa é bem indicativa do que é a situação. Há uma explicação óbvia, evidente, verdadeira: num país como o nosso, dependente sobretudo dos grandes capitais internacionais, a dependência muito frequentemente assume forma de dependência tecnológica e científica. Então as questões do desenvolvimento de uma ciência no país passa para um plano inteiramente secundário do ponto de vista de quem orienta uma política nesse gênero. Por outro lado, o país não é apenas "dependente" dos grandes capitais internacionais. Há também um desenvolvimento do capitalismo aqui dentro, que frequentemente está sob o controle do setor público. Há um capitalismo, há setores estatais importantes na economia. E esses setores eu acho que sempre deveriam ter interesse no desenvolvimento de uma tecnologia nacional, de uma certa autonomia no plano científico e técnico. De modo que eu suponho que deve haver uma contradição no interior do regime, entre a autonomia ou a dependência tecnológica. Não havendo essa contradição, é que esses setores estatais da economia estão finalmente subordinados ao setor internacional. Eles importam tecnologia, também; importam ciência. Embora importantes para o desenvolvimento da economia, não são mais importantes que os setores da matriz que se instalam aqui dentro.

P - Poderia se comparar a ação do governo de impor reformas políticas sem consulta aos políticos e ao povo com as ações governamentais no campo científico (acordo atômico) também sem consulta aos cientistas?

FW - O regime sendo como é, toma decisões sem consultar ninguém, em princípio. Assim, tanto as reformas políticas como o acordo atômico eu acho que os dois problemas deveriam (as reformas políticas com mais razão), como qualquer decisão importante do Estado, partir de uma ampla consulta aos órgãos do poder público, parlamento, partidos, organizações populares, etc.

P - Se as decisões importantes do Estado são tomadas sem consulta, a SBPC não deveria também se tornar mais independente, procurando outras fontes de apoio? Dos pequenos e médios empresários, por exemplo, que estariam em princípio interessados numa tecnologia nacional?

FW - A SBPC é uma associação civil que reúne os cientistas, os pesquisadores, etc., a qual também se filiam frequentemente centros de pesquisa, etc. Agora a SBPC não produz pesquisa: ela recebe pesquisa, resultados de pesquisa. A SBPC busca condições para o desenvolvimento do ensino da ciência, e da pesquisa científica, mas ela não tem o objetivo de montar um laboratório dela, um centro de pesquisa dela. Ela é uma espécie de sindicato dos cientistas para a defesa de suas atividades profissionais. Mas essa atividade se realiza nas universidades, nos centros de pesquisa, em instituições de pesquisa. Aqui não há uma relação direta entre a orientação que procura existir em um campo de pesquisa e a orientação geral que a SBPC possa tomar. O que ela oferece ao cientista, uma vez por

ano, é a possibilidade do encontro, no qual os cientistas discutem seus trabalhos. Por isso eu não acho que a SBPC como tal, para ser independente, necessite de fazer aliança com quem quer que seja. A SBPC vive sobretudo do dinheiro do sócio. E tem um número grande de sócios, cerca de 14 mil. Assim, para ela ser independente, só tem que tomar a decisão de ser independente. Esses grandes congressos nacionais é que precisam de financiamento de fora. Viagens pagas para todo mundo, estadas pagas, etc. Mas esses encontros podem ser realizados com apelos à opinião pública, sem que a Sociedade precise fazer aliança com outros setores da burguesia para obter dinheiro. Como apelos à opinião pública que ela está fazendo à reunião deste ano. Na Sociedade tem gente que pensa de todos os jeitos. Há pesquisadores, então, que estão trabalhando numa linha que não tem nada a ver com o empresariado médio. O que une as pessoas na SBPC é uma linha muito fina, é a defesa da ciência, em todos os planos. É claro que na SBPC há gente que critica a política científica do governo, há gente que gostaria que fosse assim ou assado. A SBPC é um plenário, uma tribuna para esse debate. Este ano a maioria pode ser a favor de uma ideia, o outro pode ser a favor de outra ideia. Mas a SBPC como tal, além de dar a público as decisões, não faz nada, não executa. E por isso que para ela ser independente não custa muito. Ela é uma tribuna, um encontro dos cientistas que buscam condições para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Agora, a questão de se tem relação ou não com o grande capital, com a média empresa, é mais importante vista do lado do governo do que do lado da SBPC. Há compromissos, então, que a SBPC não pode cumprir, dada sua própria estrutura, sua própria natureza. Ela não tem controle, por exemplo, sobre o instituto de Física, sobre Manguinhos, sobre o CEBRAP. Todas essas instituições têm pesquisadores que participam da Sociedade. Mas participam automaticamente, eles vão lá para o debate.

P - Que significaria a tentativa de subdividir a SBPC em congressos estanques, seja sob a forma de regionalização ou sob a forma de divisão das áreas em congressos separados?

FW - A Sociedade já tem suas regionais. Eu acho que essa ideia (dos congressos separados) não vai pegar. Por uma razão muito simples: a região São Paulo-Rio faz 80% dos trabalhos apresentados, e o resto do país faz muito pouco, quase nada. Quando a Sociedade programou a reunião para Fortaleza, houve quem quisesse em São Paulo. Mas a maioria achou que não devia, que devia ser em outro estado. Apesar do aumento do custo, porque a intenção é pedagógica, é levar o debate científico para outras áreas do Brasil. Os congressos regionais significariam, hipercentralização do desenvolvimento intelectual do Brasil. Tudo o que estivesse fora desse centro viria para cá. E a SBPC é contra isso, esse centralismo, então ela se volta para fora. Se você tivesse congressos regionais o único que vingaria seria o de São Paulo, porque é o único que tem dinheiro para fazer. Enquanto que a ideia de ir para fora é fazer o dinheiro de São Paulo beneficiar os outros lugares. Agora, essa ideia de dividir tem uma intenção política.

A autonomia da SBPC é importante porque só agora ela toma conhecimento dos problemas que afligem a vida dos cientistas no país. Por exemplo, as universidades brasileiras não admitem professores sem atestado de ideologia, que é uma violação de princípios que nenhum cientista defenderia

P - Há inúmeras sugestões dos passos que a SBPC deve dar para aumentar sua autonomia. Seria interessante analisar formas concretas dessa luta por autonomia: porque se tornar mais autônoma, quais objetivos imediatos e a longo prazo, sob os limites dessa autonomia (verbas, etc.)?

FW - A SBPC deve conquistar sua autonomia a partir dos sócios que tem. Isso não significa que o único dinheiro que ela possa usar seja aquele dado pelos sócios. Ela pode recorrer à opinião pública, fundações de pesquisa, eventualmente até a instituições governamentais. A questão é de que o limite de autonomia de uma associação começa no momento em que ela não sobrevive sem o dinheiro que os outros dão. Toda associação desse tipo, para desenvolver sua atividade, tem que pedir para várias fontes. Se essa fonte é uma só, ela fica dependente dessa única. Então ela tem que ser plural, ela tem que pedir dinheiro para várias. Em segundo lugar, a proporção de dinheiro que entra de fora não pode ser tão grande que a associação não possa em determinado momento cortar sem morrer. Então aí ela é autônoma. Com o dinheiro que ela tem, dela mesma, ela pode se mover. Então ela pode fazer alianças, com uma ou outra instituição, mas são alianças, não é subordinação. Ela pode fazer alianças boas ou más, mas ela não virá empregada da outra, dependente da outra. Então eu não sei qual o orçamento da SBPC, não sei quanto ela recebe de fora, mas se a recusa de verbas do governo significou o que significou é porque a proporção de dinheiro do governo era muito grande. A Sociedade de fato estava caminhando perigosamente para ser dependência do governo. Então vai virando um hábito, os congressos imensos, onde se paga viagem para todo mundo, estadia para todo mundo. Se as necessidades de dinheiro são enor-

mes, se a fonte principal é o governo, ela tem que depender do governo.

A autonomia da Sociedade é importante como a autonomia de qualquer associação civil perante o Estado. A importância dessa autonomia é que os cientistas possam decidir por eles mesmos o seu rumo. Se os cientistas vão pra lá, pra cá, pra cima, pra baixo, para a direita ou para a esquerda, isso é problema deles. Nesta época, agora, que o Brasil fechou e a SBPC abriu, é lógico que ela vire um grande plenário político. Agora, virar ou não virar isso, que seja decisão dos cientistas. Na conjuntura atual, a autonomia da Sociedade ainda é mais importante porque de fato a SBPC apenas começa a tomar conhecimento dos problemas que afligem a vida científica e cultural do Brasil. Está recém chegando esse problema e por aí vem outros! Por exemplo, as universidades brasileiras que não admitem professores sem atestado de ideologia, o que é uma infração direta de certos princípios que qualquer cientista defenderia. Então há ainda toda uma série de problemas que a SBPC apenas começa a perceber como SBPC, como instituição. Então a autonomia da SBPC em face do governo é muito importante no momento atual. Porque o governo se serve de uma série de controles repressivos a respeito do movimento intelectual e científico do Brasil. E a SBPC deve estar contra isso. E como estar contra isso se você tá recebendo o grosso do dinheiro do governo? Essa crítica serviu muito para aumentar a consciência política, crítica do cientista. Surgiu a consciência de ser independente, de discutir os objetivos políticos da ciência.

Os estudantes que entrarem na SBPC devem entender as funções institucionais dessa sociedade, que é antes de tudo uma frente de intelectuais

P - E como se coloca a participação dos estudantes, no processo de independência da SBPC?

FW - Ai está uma questão que deve ficar bem clara. Na hora do voto, na Assembléia, vota o sócio. A SBPC é uma sociedade civil; os sócios são estudantes, professores, pesquisadores, etc. A parte do público que não é sócio, seja estudante ou não, não vota. Isso é uma questão elementar da associação, que os estudantes não-sócios deverão reconhecer. Vota quem é membro, assim como o CEBRAP, no CEDEC ou no próprio Grêmio. A questão do estudante aparece por outro lado. Uma coisa é o estudante não-sócio, outra é movimento estudantil, que é um outro movimento. Ai é que a coisa é complicada. A questão passa a não ser o "só vota quem é sócio", porque muitos dos sócios podem ser do movimento estudantil. Ai o problema é outro, político. Depende de uma variação da conjuntura atual e do papel da SBPC nessa conjuntura. Então a questão é saber o que vai ser. Se há política alternativa, a distensão pode acabar. Se não há, quem não tiver política alternativa e tomar como política essa pressão para a abertura, tem que tomar muito cuidado com as tribunas que usa, para não perdê-las. Isso tem que ser levado em conta pelo movimento estudantil. Ai o problema político é grave. Eles devem ter presente que eles podem ameaçar uma instituição importante, num momento difícil para essa instituição. Então ou eles têm outra política para agir, ou é críancice. Porque eles podem desperdiçar um instrumento que tem sem conseguir outro. É o suicídio. Circulou o boato de que os estudantes iam realizar seu Encontro junto com o da SBPC. Isso é um desastre, porque isso significa que eles não foram capazes de organizar-se para aguentar a repressão sobre seu próprio movimento e não puderam realizar seu encontro. Que aliás eu acho que deviam realizar, deviam poder realizar. É que eles iam fazer uma tentativa que ia ser um simulacro de encontro. E arriscando a por a perder uma instituição que não é o lugar próprio para a realização desse encontro. Uma coisa é o estudante que tem a opinião que tiver é problema dele, sócio da SBPC. Esse estudante fala, vota, etc. Outra coisa é a orientação política do movimento estudantil. Ou orientações. Neste caso, se eles acham que a SBPC é o lugar para eles realizarem os objetivos que eles não foram capazes de atingir nas suas próprias instituições, eles cometem um erro gravíssimo. Porque transportam um problema para uma instituição que não tem capacidade para aguentar esse problema. A parte qualquer discussão sobre a linha que eles propõem.

A SBPC tem assimilado, entretanto, os estudantes, os que entram como sócios e começam a participar dela. Uma boa parte dos trabalhos do ano passado foi de estudantes de pós-graduação. Os estudantes, em Brasília, os sócios, deram uma tonalidade diferente, inclusive no plano político da SBPC. E a SBPC não rachou por isso. A SBPC vem assimilando os estudantes que participam, que se inscrevem passam a receber a revista, fazer parte da instituição. Mas a coisa pode complicar é no plano do movimento estudantil, porque aí você tem uma espécie de "entrismo" na SBPC. Gente do movimento estudantil que entra lá pretendendo dela outras funções que serão diferentes de seus próprios objetivos. Espero que os estudantes que entram na SBPC entendam as leis institucionais da SBPC. Há coisas que ela não pode fazer, porque ela é uma ampla frente intelectual e ele corta só por essa faixa, finíssima; e o grande plenário nacional dos cientistas e dos intelectuais. Ele só corta por aí. Ela tem uma linha débil. Se você romper essa linha, eu não vejo nenhuma outra instituição que a substitua, nem os jornais, regionais ou estaduais; nem as universidades, nem qualquer outra instituição no Brasil cumpre esse papel.

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 20

"Se o sistema precisa de ciências, a rigor, não precisa de cientistas. Se requer a teoria pronta, não tem condições de propiciar exercício da liberdade em que o conhecimento desabrocha por meio de conflitos teóricos e práticos. Tudo porque, a ciência não deve chegar até às raízes de sua existência." (José Arthur Gianotti, trabalho apresentado em simpósio da SBPC, no ano passado)

Em ciência, andar com as duas ou quatro pernas?

Considerando que o dinheiro é finito, grandes investimentos financeiros e em potencial de trabalho na área nuclear prejudicarão o desenvolvimento de outras áreas importantes

Ennio Candotti (*)

Entrevistado por Márcio Bueno (Rio de Janeiro)

P - Será que as relações entre o Estado e os cientistas no Brasil se desenvolvem através de ciclos, em que atualmente estaríamos vivendo novamente um ciclo de crescente desentendimento entre o governo e a comunidade científica? Por exemplo, na época do governo Costa e Silva, depois de um período em que muitos cientistas de renome saíram do país, houve um movimento por parte do governo no sentido de tentar fazer com que os cientistas voltassem ao Brasil. E muitos deles voltaram. Hoje, com os incidentes da SBPC, será que poderia ser caracterizado um novo ciclo de desentendimento entre o governo e os meios científicos?

Ennio Candotti - É uma velha ilusão acreditar que a ciência possa resolver problemas sociais ou econômicos. Ela simplesmente os substitui, criando outros, que nem sempre são menos graves. Em alguns casos, dependendo das escolhas políticas, as soluções técnicas podem contribuir à melhoria das condições de vida dos homens. Mas vejamos o caso específico de sua pergunta. Nos momentos de "alta" do ciclo o governo investiu na pesquisa, um pouco em todos os setores, sem critérios, preciso ou amplas discussões. Isto gerou resultados, evidências, projetos, que tem por objetivo a sua utilização. Os cientistas sociais produziram ou esconderam evidências sobre a realidade social, os tecnólogos produziram projetos, protótipos que necessariamente devem ser aplicados ou encontrar mercado. Os cientistas das áreas não imediatamente aplicáveis necessitam de clima favorável à própria sobrevivência e reprodução: institutos, universidades, alunos; organismos dinâmicos, pelo menos quanto às próprias atividades de pesquisa e iniciativas de ensino. A ausência de mercado para os produtos das pesquisas tecnológicas, a pouca influência política dos resultados dos trabalhos nas áreas das ciências sociais, ou o clima burocrático e inerte da universidade estão destruindo no embrião os primeiros frutos dos investimentos do período de "alta".

A questão de segurança dos reatores nucleares é uma questão polêmica em todo mundo, mas entre nós ela é minimizada. Depois, quem controlará os riscos? A censura?

P - Na sua opinião existe no Brasil, por parte dos meios científicos uma certa crise que passou a existir a partir de uma tomada de consciência de que os cientistas pesquisam, descobrem, formulam e os resultados não provocam aplicações?

EC - Lembro sempre do caso de um colega que, após resolver para a firma onde trabalhava um delicado problema de adaptação de um transformador às condições climáticas brasileiras, viu sua pesquisa levada para a matriz da firma, no exterior, e de lá exportada para o Brasil. Me parece que um dos grandes problemas da utilização da tecnologia produzida localmente está no fato de que a importação de tecnologia esconde, na verdade, remessa de lucros.

A crise existe e a contínua frustração de iniciativas e projetos a mantém viva.

P - O cientista hoje no Brasil se satisfaz simplesmente em pesquisar e divulgar os resultados do seu trabalho, que é o mínimo que se faz, ou já há uma luta efetiva dos cientistas para que, além da divulgação, haja também o aproveitamento e a aplicação do seu trabalho?

EC - Realmente há esta necessidade. Ninguém pesquisa por pesquisar, isso já morreu. O desenvolvimento de pesquisas, sua aplicação imediata ou a longo prazo, tem uma função social e mesmo os mais alienados sabem disso. O social está na própria maneira de se fazer ciência hoje. Esta não é fruto de uma mente inspirada mas de uma equipe organizada que tem seus trabalhos planejados, onde se obedece a uma rigorosa divisão do trabalho, a uma hierarquia e especialização. O trabalho em equipe exige responsáveis, planos, relatórios, burocracia.

P - O Brasil gasta muito ou gasta pouco em pesquisas científicas e tecnológicas? Em termos daquilo que se gasta os resultados objetivos são dignificantes, são benéficos para a comunidade ou têm sido relegados a segundo plano?

EC - Não é fácil gastar dinheiro. Para tanto não bastam somente idéias e projetos, são necessários homens e válidos canais de interação com a realidade social e econômica. A comunidade científica não é numerosa e o seu crescimento poderia ser mais rápido. Os que trabalham nas universidades sabem que todos os anos são destruídos preciosos talentos e desperdiçadas iniciativas. O processo de formação de pessoal sofre um conservadorismo paranoico e um eficientismo de imitação, uma salada!

Mas sobretudo, gastar requer que o produto do investimento alcance o contexto sócio-econômico. Investir a fundo perdido tem limites.

P - O Estado, por exemplo, que é grande parte é o agente financiador destas pesquisas, não pode-

ria agir como uma fonte de estímulo para que estas pesquisas tivessem um confronto com a prática?

EC - O problema da opção por pesquisas de interesse local é fundamental. A influência dos interesses multinacionais não se contorna com uma portaria. Andar com as próprias pernas, que são duas, e não quatro, exige escolhas bem delimitadas no tipo de modelo de sociedade e desenvolvimento, de participação da população na definição dos objetivos, benefícios, riscos e sacrifícios. Estes objetivos podem ser facilmente impostos ou decididos tecnocráticamente, no entanto é mais difícil impedir que paralise a sociedade. Hoje o modelo entre nós pressupõe uma economia de mercado com forte influência internacional sendo, portanto, muito pequeno o espaço reservado às soluções científico-industriais nacionais, especialmente se devem competir com os complexos internacionais.

Uma solução alternativa poderia ser a de um recuo para soluções tecnológicas "velhas", não inteiramente aproveitadas no passado, mas isso requer mudar as regras do jogo. Voltar ao computador de válvulas, talvez.

P - E do ponto de vista da ciência básica, há alguma discussão nos meios científicos sobre, por exemplo, até que ponto os centros mais desenvolvidos determinam também as linhas de pesquisa que são feitas em um país como o nosso? Na área da Física, da Química, há alguma definição de prioridades sobre o que seria mais importante para um país como o Brasil pesquisar, ou as prioridades são as mesmas que são definidas nos países mais avançados?

EC - Discute-se muito, mas a solução concreta é difícil. Para encontrá-la é necessário discutir mais as atuais opções, mas sobretudo alargar o campo de observação da realidade, ouvir mais a comunidade, as pessoas que vivem os mais diversos problemas, e sofrem o impacto da ciência e a influência direta da civilização tecnológica... Deste debate alargado entre cientistas e não cientistas podem surgir novos estímulos e necessidades e sobretudo um clima novo, valores diferentes para a determinação das linhas de trabalho e prioridades das nossas pesquisas. Mas isso já seria andar com as duas pernas...

Por enquanto a produção científica aqui, na Europa, nos EUA ou na URSS tem estrutura semelhante apesar de diferir nos resultados. Os problemas são internacionais e encontram-se discutidos em revistas de circulação internacional. São os únicos problemas? Certamente não. Nasceram nos grandes laboratórios por razões que em geral não são discutidas. Próximos aos grandes laboratórios encontram-se equipes e máquinas e para lá convergem grandes financiamentos. Existe, aliás, uma certa divisão internacional do trabalho científico. Nas áreas periféricas se fazem os cálculos e nos centros pensa-se, caricatura "ma non troppo". Aliás quem cultiva bons contatos com estes centros tem chance de pensar um pouco. Por outro lado, associar-se à moda facilita a produção de publicações, o que é muito valorizado.

Romper este círculo não é fácil, no entanto uma brecha, idéias novas, podem ser encontradas no confronto interdisciplinar, o que, aliás, a SBPC tem estimulado.

A mobilização da comunidade científica em torno do acordo nuclear claro que existe. Existe principalmente para impedir que tal empresa se transforme num dano irreparável para a nação

P - Em um país como o Brasil, carente de soluções em uma série de setores, era de se imaginar que os cientistas estivessem mobilizados em torno de projetos que viessem a significar soluções para os grandes problemas nacionais, como por exemplo, o Acordo Nuclear. Há uma mobilização efetiva da comunidade científica, por exemplo, em torno do Acordo Nuclear. Se não há, qual é a razão?

EC - A mobilização em torno do Acordo existe e está principalmente voltada a evitar que esta empresa se transforme em um dano irreparável para a nação. Das discussões destes dois últimos anos vários pontos ficaram claros: A magnitude do investimento na área nuclear é muito grande para a economia nacional. A necessidade de tanta energia é questionável pois se baseia em um modelo de crescimento exponencial do consumo que não é viável; basta para tanto pensar o que acontecerá se todos os países do mundo planejam o consumo de energia de modo semelhante. A energia nuclear não é uma opção suficientemente segura e amadurecida para sua utilização comercial. O problema da segurança de reatores é minimizada entre nós, embora represente o centro de uma grande polêmica mundial. A relação entre custos e segurança tende a crescer tornando a energia de origem nuclear anti-econômica. Assim sendo os custos do Acordo serão posteriormente acrescidos ou os índices de segurança, diminuídos. Quem controlará? A



(*) Ennio Candotti é formado em física pela Universidade de São Paulo, estagiou em laboratórios da República Federal Alemã e na Itália onde realizou pesquisas no campo da física teórica. Atualmente é professor assistente do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem 35 anos.

censura? A efetiva transferência de tecnologia é questionável e a técnica de enriquecimento do urânio, apresenta ainda muitas incógnitas. Considerando que o dinheiro é finito, grandes investimentos na área nuclear prejudicarão o desenvolvimento de outras áreas importantes, e isso aliás não acontece somente com os investimentos mas também com os engenheiros, técnicos e pesquisadores envolvidos, cujo custo de formação também é altíssimo. Enfim, possuímos enormes potenciais hidroelétricos e não temos autonomia na tecnologia relativa a este setor. O Brasil possui também enormes potenciais de bom senso, não utilizados, para planejar melhor o consumo de energia, diminuindo os desperdícios.

As escolhas tecnocratas são compatíveis com a democracia?

P - O Acordo Nuclear tem continuado o seu curso normal apesar da comunidade científica levantar estes problemas? A comunidade científica tem tido pouca condição de influenciar efetivamente no andamento do Acordo?

EC - Voltamos ao mesmo problema de perguntas anteriores. As escolhas tecnocratas são compatíveis com a democracia? É possível tomar decisões ditadas técnicas e omitir-se perante as exigências de debates com todos os interessados sobre as razões que levaram a escolha, seus riscos e vantagens?

P - De que forma essas soluções poderiam ser técnicas, mesmo admitindo-se que elas poderiam ser técnicas, se os próprios técnicos estão sendo excluídos da sua discussão?

EC - Encontrar técnicos para referendar soluções sempre é possível. Pareceres se compram, mas sobretudo compram-se omissões nos pareceres. No entanto é mais difícil comprar a galvanização de uma comunidade. Lembro que logo após a assinatura do Acordo, o presidente da Nuclebrás disse que faltava somente "galvanizar os meios científicos".

Nestes dois anos, no entanto, raramente um representante da Nuclebrás participou de debates abertos com a comunidade científica. Este debate aliás deveria ter precedido a decisão pela opção nuclear.

P - Você acha que é possível que a SBPC continue funcionando com o vigor que ela tem demonstrado nos últimos anos, sem um apoio ostensivo por parte do governo?

EC - A SBPC não financia a pesquisa, é simplesmente uma sociedade que promove a ciência e reúne todos aqueles que têm interesse pelos problemas da ciência e da cultura e sua função social. A questão das verbas é importante mas não essencial. Apoiar a SBPC parece-me ser um dever do governo como é o de garantir a educação e a própria pesquisa. O núcleo do conflito no entanto parece-me ser o da organização de debates interdisciplinares e de política científica. Não é a ciência, mas a discussão o debate, a crítica que incompatibilizou o governo com a SBPC, com a Reunião e seu programa. Aliás os fatos que levaram a transferir a reunião para São Paulo contribuíram para evidenciar, mais uma vez, a profunda ambiguidade do governo que de um lado afirma a necessidade da colaboração, galvanização, desenvolvimento científico e de outro não pode admitir um debate livre sobre os termos específicos desta participação, seu alcance e limites.

Depoimentos
CIÊNCIA E PODER / 21
"Cancelar a reunião é ceder a obscurantismo" (Maurício Rocha e Silva, biólogo, um dos fundadores da SBPC em 1948)

Uma bandeira de libertação para as sociedades civis

A crise da SBPC deve servir às outras sociedades civis brasileiras como advertência aos perigos da excessiva dependência do Estado

Modesto Carvalhosa (*)

Entrevistado por Raimundo Pereira e Tim Urbinatti

P - Você acha que a crise da SBPC pode contribuir para aumentar a independência e a consciência política dos intelectuais?

Modesto Carvalhosa - Eu acho que a crise da SBPC demonstra a necessidade de uma conscientização mais civil que política dos associados e da sua diretoria. No sentido de que realmente a SBPC nasceu - como todas as associações civis brasileiras - dentro do próprio Estado, acopladas ao Estado, submetidas à vontade do Estado e dependendo economicamente do Estado. Isso leva ao que realmente ocorreu, ou seja, as associações civis, na medida em que se submetem à hegemonia econômica do Estado acabam sendo massacradas no momento em que contrariam os detentores do poder desse Estado, sejam quais forem os detentores desse Estado. É o que está acontecendo. Quer dizer, a SBPC se inseriu dentro da dinâmica geral da sociedade brasileira, ou seja, se tornou uma sociedade civil submetida inteiramente ao poder estatal. Quando realmente ela começou a desmistificar o próprio poder, o Estado tinha todos os instrumentos para massacrá-la. Portanto, a SBPC é a prova de que, em 1º lugar, há uma submissão completa das associações civis e das sociedades civis ao Estado. Assim é com as sociedades de bairro, a mesma coisa as sociedades de defesa do consumidor, a mesma coisa as associações culturais, as associações... vamos dizer de defesa do patrimônio de educação, todas elas como a SBPC. Todas elas estão atreladas ao poder estatal. E a SBPC deve ser aproveitada como a tomada de consciência de que no Brasil as associações civis de qualquer gênero devem se afastar do estado mesmo às custas de muito sacrifício. Portanto, a maneira real de viabilizar a SBPC é em 1º lugar torná-la independente das verbas estatais de maneira radical. Em 2º lugar, fazer com que o caso da SBPC seja uma forma de conscientização das demais associações civis no Brasil para que elas se desvinculem do estado. A fim de que desta forma a SBPC se torne uma bandeira de libertação, da associação civil, portanto das sociedades civis do próprio estado, fortalecendo a sociedade civil.

P - Que razão mais ampla levaria o governo a se afastar dos chamados homens da ciência no caso específico da SBPC?

MC - No mundo, os países democráticos realmente democráticos são aqueles onde a sociedade civil é grupo de pressão do estado e o estado até de certa forma, é instrumento da sociedade civil. No Brasil não, no Brasil as sociedades civis, a sociedade civil e as suas associações que a representam realmente elas não se constituem grupo de pressão, mas se constituem grupo de reivindicação e absorvidos pelo próprio Estado, então o importante é que a SBPC se torne a bandeira da sociedade civil no sentido de auto-conscientizar-se da sua independência estrutural do próprio Estado, e em se-

guida auto-conscientizar-se de que deve ser um grupo de pressão e não de reivindicação, certo? E portanto a sociedade civil tem que se conscientizar de que ela é um poder, certo? e que o estado é a representação desse poder, então é o caso por exemplo americano, que pra mim é o exemplo

mais claro de uma sociedade realmente desenvolvida, em que realmente a sociedade civil é que tem poder, e o estado realmente representa esse poder. O caso de Nixon é típico, a sociedade civil exigiu e colocou pra fora o presidente do país. Foi pressão da sociedade civil, quer dizer então, a sociedade civil não se reivindica do estado como uma força maior que ele, mas deve simplesmente exigir do estado sendo ele a sociedade civil mais forte. É a forma de convívio que você tem nos países realmente desenvolvidos. No Brasil não, no Brasil o estado é tudo e a sociedade civil pede ao estado como se o estado fosse realmente o poder, ela não tem nenhum poder, não tem consciência, não assume esse poder. A SBPC portanto, é um exemplo disso. Ela tem que se transformar em vez de um apêndice do estado porque economicamente dependente dele, ela deve se tornar em um núcleo de pressão com poder próprio com independência e se colocando totalmente à parte do estado como uma entidade realmente poderosa e prestigiada na sociedade civil e dar esse exemplo.

E quanto às verbas, realmente é a forma de desafiar a sociedade civil a assumir as suas responsabilidades. O Brasil é o único país do mundo em nível industrializado, - o Brasil é um país subdesenvolvido industrializado segundo Bresser Pereira e ele tem toda a razão - em que não existe a autonomia da sociedade civil, ela não participa economicamente das associações civis, em que não existem fundações, não existem legados. Então realmente a sociedade civil brasileira ela não assume economicamente essas associações civis que a representam, sendo assim as associações civis são obrigadas a pedir dinheiro para o Estado e a autonomia delas se descaracteriza inteiramente. Então é um desafio para a SBPC acionar a sociedade civil para a responsabilidade econômica da entidade. E o que fez a grandeza de todos os países do mundo foi isso. A sociedade civil ao assumir economicamente as suas grandes representações, as universidades americanas e inglesas foram todas feitas com recursos particulares, por mais milionários que a pessoa seja, por mais que tenha ganho dinheiro da maneira mais escusa, sempre os recursos, grande parte das fortunas feitas nesses países foram todos doados para a ciência, para a cultura, à pesquisa, à docência ou às universidades. No Brasil não existe nenhum fato concreto de que isso tenha ocorrido, portanto a sociedade civil não assume nem conscientemente nem ideologicamente, nem economicamente as suas entidades representativas. É a chance da SBPC realmente conscientizar - e exigir e pressionar em primeiro lugar a sociedade civil para assumir a responsabilidade econômica da entidade.

P - Você vê possibilidades de que as empresas contribuam para um esforço desse tipo?

MC - Eu vejo que é um desafio para a SBPC, é um desafio para as empresas. No primeiro momento vai haver uma grande resistência mas criará pela primeira vez uma crise de consciência dos empresários.

A SBPC tem de fazer como em Congresso Eucarístico, realmente passar de casa em casa, arrematar estudantes

O problema que você está colocando é um problema sempre que volta ao mesmo ponto, quer dizer não é só a sociedade civil como as associações civis que está atrelada ao Estado e dominada pelo Estado, as empresas no Brasil também são dominadas pelo Estado, todo o dinheiro das empresas o Estado é quem realmente administra.

Portanto, a SBPC tem como função pela 1ª vez no Brasil forçar esta solicitação criando uma crise de consciência nas empresas. Para começar a conversa para que as empresas saibam, se conscientizem de que elas não tem sequer independência para dar dinheiro a uma pesquisa pura.

No plano das exatas e no plano das humanas e que é portanto função de inclusive criar essa crise no meio do empresariado. Para que o empresariado pela primeira vez discuta nas suas diretorias, nem que seja para negar um fato terrível: a sua falta de independência.

E não deve desanimar, deve continuar porque acionando todo empresariado ele vai encontrar setores onde o empresariado vai responder. E ironicamente o empresariado vai responder no setor multinacional, são as empresas e multinacionais.

P - A resposta vai vir desse setor?

MC - Faço uma aposta que a Xerox vai dar uma fortuna pra isso aí, vai dar uma gaita vivíssima. A Xerox vai dar dinheiro e como a Xerox por uma ironia do destino, muitas empresas multinacionais a quem se acusa com muita razão de não permitir o desenvolvimento tecnológico brasileiro dará para provar... (põe isso aí que é uma liçãozinha para a SBPC...) para o resto da vida para provar à comunidade brasileira que realmente a comunidade multinacional não é contra o desenvolvimento tecnológico e dará recursos ao SBPC, pode procurar no setor multinacional que vai ter. Agora no setor de Bardelinha cotadinho, que é aí uma vitima desse troço aí, porque o Bardela é um coitado né?

Sem falso moralismo, sem pruridos idiotas, e a SBPC nem teria o direito de se arrogar esse moralismo na medida em que teve recurso de um Estado que nos últimos anos foi absolutamente autoritário, certo? Desde que a SBPC aceitou um estado autoritário, de um governo autoritário durante anos e anos, recursos, porque não aceitar das multinacionais?

Então tem que fazer com que toda a população, como no congresso eucarístico, realmente passar de casa em casa, arrematar estudantes, arrematar todo mundo interessado para ir de casa em casa botar uma placa, não de congresso eucarístico, mas de congresso da SBPC. Com o efeito de mobilizar a população.

Não há na universidade a liberdade de desmistificação

P - Mas mesmo com toda dependência do Estado, na universidade não existe um certo espaço de atuação?

MC - Absolutamente não existe, 1º devido a auto-censura de todos os cientistas de todos os professores e pesquisadores é total, a internalização da censura é muito grande, quer dizer, você verifica por exemplo que dentro dessa onda depois dos pacotes de abril que as pessoas começaram a perder um pouco o medo, entende? No plano da sociedade civil englobadamente também dos professores.

Com essa cassação de Alencar Furtado a internalização do medo volta inteiramente.

É um ato de terror político que realmente tira a liberdade, depois você não tem institucionalmente dentro da universidade qualquer liberdade de desmistificação da realidade. Qualquer liberdade, seja no plano das ciências exatas, seja no plano das ciências humanas. A universidade é castradora quanto ao problema da desmistificação. Você pesquisa, você leciona em termos absolutamente do que existe, do que está dado, do que de certa maneira consagrado ou no máximo aceito. Nunca no sentido de desmistificar.

P - Quanto à participação dos estudantes; os estudantes se utilizaram da SBPC?

MC - Não, não se utilizaram. Como eles não tem outros meios de expressão, eles não souberam como lidar dentro da SBPC com a sua participação, sua participação foi de uma maneira um pouco caótica porque todos os meios de expressão dos estudantes foram negados então houve uma participação um pouco caótica deles. Eles não souberam como lidar com essa sua própria participação. Mas isto é um problema externo, não interno da SBPC, quer dizer, num país em que realmente a juventude que compõe 60% da população não pode se manifestar quando ela encontra um veículo ela se manifesta de uma maneira pouco fora das próprias condições, temáticas e espírito do congresso. Isso é inevitável de certa forma enquanto os meios de expressão dos estudantes estiverem restritos. Na medida em que houvesse possibilidade dos estudantes se expressarem em todos os temas fora da SBPC, quer dizer, dentro das suas próprias organizações, dentro da universidade, tudo mais, a SBPC poderia não continuar a ser um veículo quase que único dessa expressão.

Se colocando dentro da sociedade civil (isso é muito importante) no mesmo nível de importância da ordem dos advogados, da ABI, da Igreja. A SBPC tem que se colocar a essa altura, ou ela desaparece (o que não acredito) ou ela se torna na altura da importância institucional que tem a ABI, da OAB e da Igreja Católica, quer dizer, ela tem que ser o sustentáculo, quer dizer, ela tem que ter a importância que a imprensa tem no Brasil, que a OAB tem e que a Igreja Católica tem, ela deve ser o 4º grande poder civil do Brasil, se colocar nessa posição e ter a grandeza de passar nesses termos, de repensar-se nesses termos, se tornar numa quarta grande instituição nacional. E ela já tem toda a dimensão para isso, quer dizer, num campo fundamental que é o campo exatamente da ciência e do aperfeiçoamento da própria sociedade brasileira.



Modesto Carvalhosa é livre docente da Faculdade de Direito da USP, e é também professor membro da Faculdade Internacional de Direito da Universidade da Pensilvânia, Consultor do Instituto de Pesquisas e Estudos do Congresso Nacional.

Depoimentos
CIÊNCIA E PODER /22
"Prezado sr., comunico-lhe que, de ordem superior, está proibida a participação de técnicos da Embrapa na 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) a realizar-se em Fortaleza, Ceará, entre 6 e 13 de julho próximo, com ou sem ónus para a empresa" (Circular assinada pelo Chefe do Departamento de Recursos Humanos da Embrapa, sr. Matheus Bressan)

A sucessão, a SBPC e o poder

Cada ação do governo tem que ser decidida casuisticamente, em função de cada projeto específico. Nenhum dos três componentes do "tripé" (empresa nacional, estrangeira e estatal) se sente seguro porque nenhum controla com hegemonia o processo decisório

Carlos Estevam Martins (*)
Entrevistado por Tim Urbinatti

P-Haveria uma razão mais ampla forçando o governo a se afastar dos chamados homens de ciência?

CE - Carlos Estevam - O que eu vejo na tentativa de impedir a realização do congresso da SBPC, é que a gente não pode caracterizar isso como uma política governamental, como uma decisão que espelhe um consenso dentro dos principais formuladores da política do governo. Porque se for visto por esse ângulo, resulta ser uma decisão tremendamente irracional, desprovida de qualquer sentido político. Então, isso daí só pode ser interpretado como o resultado de uma política de grupos, dentro do governo, quer dizer grupos que conseguiram se impor, não sei de que forma, mas grupos que conseguiram se impor e que apresentaram essa decisão como sendo um ato governamental. Devem haver alguns grupos interessados em criar um grau de conflito e de antagonismo mais ainda maior do que aquele que já existe na sociedade brasileira. Só nesse sentido compreendo essa decisão, como uma decisão ligada à racionalidade dos que disputam o poder dentro do sistema.

P - Poderíamos especular que grupos são esses, estariam aliados, vamos dizer, a esfera do capital estrangeiro ou do capital nacional?

CE - Não sei responder porque não sei que grupos são esses, estou dentro de um raciocínio meramente dedutivo e dado o alto teor de irracionalidade política desse tipo de decisão, eu só posso por dedução, chegar à conclusão de que num governo que tem preocupações mais globais, como qualquer governo, com o mínimo de harmonia social, com o mínimo de integração social, com um mínimo de consenso dentro da sociedade e de consentimento dos governados em relação aos governantes, quer dizer, um governo que pensa no futuro e age como um todo, não pode tomar uma atitude desse tipo. Uma outra conclusão que pode se chegar por dedução também é que estando em andamento o processo sucessório esses grupos devem estar ligados a uma disputa pela presidência da República. São as duas conclusões principais tiradas por dedução. Agora, por informação, eu não sei, não tenho dados à respeito.

P - Dentro de uma perspectiva menos conjuntural, como cientistas e governo puderam chegar à quase ruptura?

CE - Essa modificação que você vai assistindo na mentalidade dominante, nas reuniões da SBPC, não é outra coisa senão um reflexo da crise global que o sistema está vivendo desde 73 pra cá. Parece evidentemente que setores dentro do governo que acham ainda cabível uma continuidade do *establishment* de 64. Tais setores evidentemente têm que estar em contradição com qualquer agrupamento da sociedade que já abandonou essa perspectiva, entre as quais se incluem importantes parcelas das elites civis que participaram do movimento de 64. Grande parte desses setores já abandonou qualquer tipo de esperança de continuidade do sistema de poder estabelecido. Evidentemente, dentro do governo, há ainda quem pense que é possível continuar mantendo artificialmente esse sistema, e são exatamente esses indivíduos que devem estar em contradição com aquilo que de uns tempos pra cá começou a ser a nota dominante das reuniões da SBPC, ou seja: a reivindicação pelas liberdades democráticas, pela mudança do regime e agora, mais temporaneamente, a reivindicação por uma constituinte livre com sufrágio universal e autonomia de organização das diversas correntes de opinião hoje existentes no país.

P - Qual seria a sustentação desse grupo favorável ao continuismo, qual o ponto de atrito entre essa perspectiva e outros setores?

CE - Quanto ao problema da sucessão presidencial, eu o coloco nos seguintes termos: você tem várias alternativas. Uma alternativa que é a pura e simples continuidade do que está aí. Uma outra alternativa é o reforçamento, uma virada no sentido de reforçar os traços autoritários repressivos do sistema estabelecido. Uma terceira alternativa para o encaminhamento da sucessão presidencial seria de imaginar um grupo que passasse a controlar o poder com uma perspectiva de realizar uma transição do regime que está aí para um novo tipo de regime político. Finalmente, você pode imaginar uma quarta possibilidade que seria não através de uma transição gradual e controlada, mas através de uma abertura ampla do sistema que se viabilizaria mediante a convocação de uma assembleia constituinte com plena liberdade de organização, o que supõe, por sua vez, a suspensão dos poderes excepcionais, quer dizer então que temos essas quatro alternativas, e em torno dessas quatro alternativas estão aparecendo nomes de pessoas, grupos aspirantes, correntes de opinião que estão se estruturando e isso percorre e corta as diferentes instituições. No MDB você tem várias correntes, várias tendências; há dentro do MDB quem defenda como solução a alternativa de um presidente de transição, outros que defendem a convocação de uma constituinte, assim como na Arena você também encontra essas duas correntes e encontra também aquelas que estão favoráveis ao continuismo, não o continuismo do presidente Geisel, mas a continuidade do sistema, como também estão aí aqueles que advogam um fechamento ainda maior do sistema autoritário estabelecido. Como em qualquer crise política, os grupos e interesses pas-

sam por cima das formas estabelecidas de organização da vida política, as instituições são cortadas transversalmente e perdem a aparência de blocos unitários e monolíticos. Isso acontece em toda parte: nos sindicatos, nos partidos, nas Igrejas, no meio estudantil. Acontece também nos congressos da SBPC.

P - A crise da SBPC está ligada então a sucessão?

CE - Totalmente, os pacotes de abril estão ligados, tudo o que você imagina como fato político importante hoje tem a ver com a sucessão. Se você pensar que o deputado Hebert Levy está tentando criar um novo partido político, isso no fundo é um fenômeno que está sendo deflagrado pela luta em torno do processo sucessório, todos os fatos importantes do momento têm alguma coisa que ver direta ou indiretamente com esse problema político central que é a sucessão do presidente da república. Não é simplesmente a questão do presidente da república. Não é apenas um lugar que está em jogo, é preciso compreender que o presidente da república hoje em dia no Brasil, ao assumir o cargo, faz umas 10 mil a 20 mil nomeações, de caráter crucial, em termos de pessoas para postos-chaves de comando e de decisão em vários setores, não só da burocracia civil e militar como nas empresas estatais, etc. Então, a massa de interesses que está envolvida nisso - especialmente numa situação em que se tem uma crise econômica conjugada com uma crise política - as alternativas ficam muito agudizadas. Dependendo de qual seja o grupo que conquiste a presidência da república, o país poderá caminhar ou numa direção ou noutra direção, sacrificando determinados interesses e privilegiando outros interesses. O que está inclusive, no caso, é uma mudança de modelo econômico e de modelo político, uma situação de crise muito importante e que, acredita-se, será resolvida num sentido ou noutro por meio das decisões que forem tomadas ao longo do processo sucessório.

P - No seu livro mais recente "Capitalismo do Estado e o Modelo Político no Brasil" você diz que existe uma camada de altos funcionários, uma espécie de burocracia estatal, que tem interesses independentes do capital estrangeiro, dos setores agro-exportadores, e estariam interessados numa emancipação nacional. A tentativa de emancipação da SBPC nesse quadro seria indesejável? Se os cientistas se organizarem independentemente seria um enfraquecimento dos projetos desses funcionários do capital estatal?

CE - Eu não afirmo no meu livro que a burguesia estatal e a burocracia estatal, uma ou outra, estejam diretamente interessadas numa luta pela emancipação nacional, numa ruptura da ordem internacional estabelecida, nem, muito menos, no sentido de emancipação do homem brasileiro, entendendo por emancipação do homem brasileiro a transformação das condições de vida e trabalho e das condições de vida cultural das classes populares. O que eu digo no meu é que esses setores novos que toram surgindo em função da transformação do capitalismo brasileiro num capitalismo de Estado, esses setores podem ser levados a assumir certas posições, desde que as classes populares e os setores mais esclarecidos da classe média consigam articular um sistema de aliança e entendimentos que leve essa burguesia estatal a perceber que tem a ganhar participando intensamente da luta anti-imperialista, por um lado, e ao mesmo tempo, levando essa burguesia estatal a aceitar o ingresso das classes populares na arena política do país. Quer dizer, a participação politicamente organizada em partidos e em associações de classe, dos vários integrantes das classes populares.

Caso as classes populares consigam recuperar a participação na vida política, seria de interesse delas aprofundar a estatização, especialmente nos setores-chaves

O que vejo é que, uma vez que as classes populares consigam recuperar e expandir suas possibilidades de participação na vida política, sem dúvida alguma é do interesse dessas classes populares que se aprofunde o processo de estatização, especialmente nos setores-chaves, como é o caso do setor de produção de bens de capital e insumos básicos, e como é também o caso do setor financeiro e do comércio exterior. É de pleno interesse das classes populares que esses campos de atividades econômica sejam objeto de uma intervenção crescente do Estado, desde que esse Estado passe a refletir de uma forma bastante clara os interesses e as aspirações das camadas mais amplas da população.

P - De que forma esse poder estatal - no caso de fato efetivamente pelos militares - corresponde a frações ou blocos do capital monopolista imperialista?

CE - Essa é uma questão muito importante, porque veja o seguinte: de 64 pra cá quem é o agente político que faz a mediação e permite que determinadas frações de classe tenham acesso ao poder político? Isso está sendo feito por militares, os militares são os representantes políticos daquelas clas-



Carlos Estevam Martins é professor da USP e membro do CEBRAP.

ses ou frações de classes que detêm o poder estatal. O que aconteceu nesse período todo, nesses últimos 13 anos, a meu ver, foi que o entendimento que existia em 64 - que perdurou de uma forma quase que intacta até 73 - aparentemente se dissolveu. Havia um pacto de poder estabelecido entre os diferentes setores das classes dominantes, incluindo aí desde os setores mais retrógrados como o latifúndio, até os setores mais modernos, mais dinâmicos, como a grande empresa internacional e a grande empresa nacional. Esse pacto consistia na união sagrada de todos os setores das classes dominantes, em oposição aberta e declarada às classes dominadas. A meu ver, esse pacto durou enquanto permaneceu existindo certos entendimentos básicos entre esses grandes setores, entendimentos básicos esses que se traduziam na confiança que cada um deles depositava nos militares como uma espécie de partido representativo, como executor e defensor do interesse global dessas diferentes frações das classes dominantes. Agora, o que me parece ter acontecido, especialmente de 73 pra cá, foi que alguns dos integrantes desse bloco do poder passaram a achar que seria preferível contar com um outro tipo de agente político que não fossem os militares, devido a uma desconfiança crescente quanto à capacidade dos militares de encaminhar o processo decisório de modo a beneficiar, proteger, levar em consideração os interesses desses setores.

P - Mas até onde entra, do ponto de vista desse poder exercido pelos militares, uma política de privilegiamento do capital estrangeiro, capital imperialista em relação ao capital nacional, capital desses setores nacionais?

CE - Não se pode dizer que haja uma política deliberada de privilegiar esse setor ou de prejudicar aquele setor. É justamente essa a confusão. Se houvesse uma política deliberada em relação a um setor em detrimento de outro, aí as coisas estariam muito mais claras do que estão. Na realidade, o que há é que em torno de cada novo projeto, cada novo passo vai se dar em termos de desenvolvimento econômico, se estabeleceu uma disputa bastante acesa entre os três elementos básicos do "tripé" (entre a grande empresa estrangeira, a grande empresa nacional e a empresa estatal). Na realidade, como não há uma definição política clara por parte dos detentores do poder a respeito de que setor deve ser privilegiado e que setor deve ser sacrificado, então resulta uma insegurança muito grande para todas as três principais peças do tripé. Por que diante de cada novo passo que vai se dar nenhum dos três sabe, nenhum dos três pode ter certeza de antemão que vai ser o beneficiado. Tudo tem que ser negociado, tudo tem que ser discutido e o conflito passa a permear enormemente essas negociações, daí resultando que a incerteza sobre os resultados afeta todos os três principais integrantes do tripé.

P - Outra vinculação que se coloca é com os estudantes em relação a SBPC. Que importância teria esse alinhamento maior dos estudantes com a SBPC?

CE - Acho que os estudantes não tem que participar da SBPC. A SBPC é uma coisa dos cientistas, dos profissionais, dos professores. A despeito da convergência de aspiração que passa a haver entre as reuniões da SBPC e certas propostas do movimento estudantil, eu acho que é de crucial importância que cada coisa corra no seu próprio rumo, que cada um desenvolva o seu próprio dinamismo. Tentar confundir as duas coisas na realidade cria ilusões, leva a se querer transformar a fraqueza em força, uma técnica política muito usada por tudo quanto é grupo que se sente debilitado.

Depoimentos CIÊNCIA E PODER / 23

"O Acordo Atômico é um acordo político e deve, obviamente, ser discutido e criticado pelos físicos nucleares. A política nacional do índio deve ser analisada pelo antropólogo, que é um cientista. E a política do governo com relação ao meio ambiente deve ser, é claro, discutida pelos ecologistas; o cientista não só pode, como deve, também, ter opinião política e manifestá-la com liberdade principalmente quando se refere ao seu campo de ação. Esse protesto (contra o governo) será inevitável porque o governo dificultou o encontro. Esse protesto será certamente uma posição política, que não deve ser evitada, pois o cientista estará defendendo seu direito de reunir".

(Angelo Machado, secretário da SBPC em BH)

A CIÊNCIA E O PODER

O grande debate da
XXIX reunião da SBPC

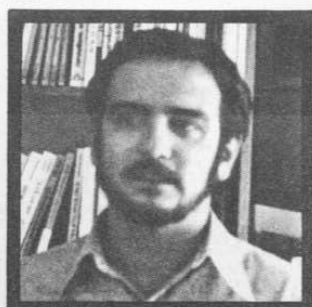
Depoimentos de:



Douglas T. Monteiro



Newton Freire Maia



Sérgio Silva



Octávio Ianni



Carmem Junqueira



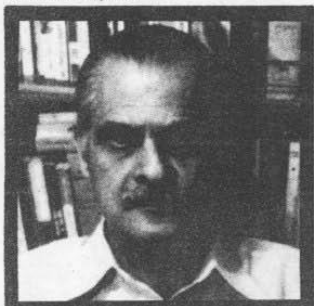
Fernando H. Cardoso



Símon Mathias



Bresser Pereira



Edgard Carone



Maria Nilde Mascellani



Ermínia Maricato



Francisco Weffort



Ennio Candotti



Modesto Carvalhosa



Carlos Estevam Martins

Mais:
o depoimento de **Bea-
triz Alvarenga** (física da
UFMG), artigos de **Cló-
vis Moura** (historiador),
Jaime Pinsky (historia-
dor, editor da revista
Contexto) e **Perseu
Abramo** (editor de Edu-
cação da *Folha de S.
Paulo*).

Depoimentos recolhidos por:

Irede Cardoso
Fátima Murad
Italo Tronça
Gilberto Galvão
Cristina Salinas
Dirceu Brisola
George Kosik

Eurico Andrade
Murilo Albernaz
Cecília Magalhães
Maria Stella Ferreira
Márcio Bueno
Raimundo Pereira
Tim Urbinatti

Coordenação: Flávio de Carvalho